

2016

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio 2016-2021

Plataforma Supraconcelhia do Cávado

vale do
cávado
comunidade intermunicipal
do cávado

Comunidade Intermunicipal do Cávado

Consultoria Externa: António Batista, Rizoma

Ficha Técnica

Elaboração Técnica:

Rizoma, Lda. – António Batista

Comunidade Intermunicipal do Cávado

*A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado
beneficiou ao longo do processo da colaboração de:*

Instituto de Segurança Social, Instituto Público – Centro Distrital de Braga

Rede Social de Amares

Rede Social de Barcelos

Rede Social de Braga

Rede Social de Esposende

Rede Social de Terras de Bouro

Rede Social de Vila Verde

Índice

Índice de Siglas	i
Índice de Quadros	ii
Índice de Figuras	iii
Sumário Executivo	1
Percurso Metodológico	3
Etapas Metodológicas	4
Capítulo I – Referencial Estratégico	10
1.1. Conceito do Índice de Desenvolvimento e Coesão Social	11
1.2. Componentes do Índice de Desenvolvimento e Coesão Social	11
1.3. Metodologia de implementação	14
Capítulo II – Estratégia	15
2.1. Eixos Prioritários de Intervenção	15
2.1.1. Eixo Prioritário de Intervenção 1 – Economia Inclusiva	15
2.1.2. Eixo Prioritário de Intervenção 2 – Sucesso Educativo	19
2.1.3. Eixo Prioritário de Intervenção 3 – Igualdade e Violência de Género	24
2.1.4. Eixo Prioritário de Intervenção 4 – Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades	30
2.1.5. Eixo Prioritário de Intervenção 5 – Capacitação para a Ação	38
2.1.6. Eixo Prioritário de Intervenção 6 – Requalificação e Reorientação das respostas sociais	39
2.2. Estratégia Inclusiva para o PDS Supraconcelhio do Cávado	41
2.2.1. Visão da EIDT Cávado e os Desafios Estratégicos	42
Capítulo III – Alinhamento Estratégico / Quadro de Medidas 2020	46
Capítulo IV – Intervenção	57
4.1. Bolsa de Projetos 2020	58
4.2. Projetos Estruturantes / Integrados	82
4.3. Projetos Estrela Supraconcelhios – disseminação de boas práticas e excelência territorial	90
4.3.1. Critérios de seleção	91
4.3.2. Requisitos de planeamento	92
Capítulo V – Eventos de Ignição do PDS	110

5.1.	Comunicação e Marketing Social da Intervenção em curso	110
5.2.	Seminários de Aceleração Temática	110
5.3.	Mostra de Projetos Cávado	111
Capítulo VI – Governação Estratégica Territorial		112
6.1.	Modelo de Governação do PDS Supraconcelhio	112
6.2.	Instrumento de Gestão Integrada	115
Bibliografia		117
Anexos		119
Anexo 1 – Sessões de Concertação da Estratégia Metodológica		119
Anexo 2 – 1º Fórum Supraconcelhio da PSC do Cávado		126
Anexo 3 – Matriz síntese da NUT com o posicionamento das problemáticas por concelho		134
Anexo 4 – Sessões com os Grupos de Trabalho Temáticos		135
Anexo 5 – Sessões de Apresentação do PDS Supraconcelhio do Cávado		162
Anexo 6 – Alinhamento Estratégico / Crescimento Inclusivo		176

Índice de Siglas

- AIDT** – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial
- CAO** – Centro de Atividades Ocupacionais
- CGA** – Caixa Geral de Aposentações
- CIM** – Comunidade Intermunicipal
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CSI** – Complemento Solidário para Idosos
- DGEEC** – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
- DLBC** – Desenvolvimento Local de Base Comunitaria
- EIDT** – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
- EP** – Eixo Prioritário
- ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- IEFP, I.P** – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- ISS, I.P** – Instituto de Segurança Social, Instituto Público
- ISS, I.P – GPE** – Instituto de Segurança Social, Instituto Público – Gabinete de Planeamento Estratégico
- NE** – Núcleo Executivo
- OT** – Objetivo Temático
- PDCT** – Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial
- PDR** – Plano de Desenvolvimento Rural
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- PE** – Prioridade Estratégica
- PI** – Prioridade de Investimento
- POR** – Programa Operacional Regional
- POT CH** – Programa Operacional Temático do Capital Humano
- POT ISE** – Programa Operacional Temático de Inclusão Social e Emprego
- PSC** – Plataforma Supraconcelhia
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- PTE** – Pacto Territorial para a Empregabilidade
- RS** – Redes Sociais
- V PNPCVDG** – V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

Índice de Quadros

Quadro 1 - Cronograma do 1º Fórum Supraconcelhio do Cávado	7
Quadro 2 - Cronograma das Sessões de Trabalho Temáticas	7
Quadro 3- Número de Desempregado inscritos no IEFP, I.P por sexo e situação perante o desemprego	16
Quadro 4 - Número de Desempregados inscritos no IEFP, I.P por faixa etária	17
Quadro 5 - Número de Desempregados inscritos no IEFP, I.P por nível de escolaridade	18
Quadro 6 - Taxa de Analfabetismo e Abandono Escolar.....	20
Quadro 7 - Taxa de Saída Antecipada e Precoce.....	21
Quadro 8 - Resultados Escolares / Escolarização	21
Quadro 9 - Taxa de Retenção/Desistência no Ensino Básico e Secundário	22
Quadro 10 - Relação de Masculinidade e Remuneração média mensal.....	25
Quadro 11 - Número de queixas de violência doméstica apresentadas e tipo de violência exercida	26
Quadro 12 - Número de casos de violência doméstica registados pela P.S.P./GNR por tipo de consequências provocada nas vítimas	27
Quadro 13 - Número de casos de violência doméstica registados pela P.S.P./GNR por tipo de relação entre vítima e agressor.....	28
Quadro 14 -Número de vítimas de violência doméstica registados pela GNR por situação perante o trabalho	29
Quadro 15 - Número de vítimas de violência doméstica dos casos registados pela GNR por nº de filhos	29
Quadro 16 - Índice de Envelhecimento.....	32
Quadro 17 - Índice de Sustentabilidade Potencial e Renovação da População Ativa	32
Quadro 18 - Número de Pensionistas e Valor médio das Pensões	33
Quadro 19 - Número de Beneficiários de CSI e Valor Médio da Prestação por Beneficiário	34
Quadro 20 - Taxa de Deficiência	36
Quadro 21 - Número de Pessoas com Dificuldades	36
Quadro 22 - Eixos Prioritários de Intervenção, Domínios e Principios Estratégicos.....	44
Quadro 23 - Alinhamento com a Estratégia Europa 2020, Portugal 2020, Norte 2020 e PDCT Cávado 2020.....	48
Quadro 24 - Programa Operacionais Temáticos	50
Quadro 25 - Alinhamento Estratégico.....	52

Quadro 26 - Agenda de Prioridades Estratégicas.....	55
Quadro 27 - Ficha de Projeto 1	58
Quadro 28 - Ficha de Projeto 2	61
Quadro 29 - Ficha de Projeto 3	63
Quadro 30 - Ficha de Projeto 4	65
Quadro 31 - Ficha de Projeto 5	67
Quadro 32 - Ficha de Projeto 6	70
Quadro 33 - Ficha de Projeto 7	72
Quadro 34 - Ficha de Projeto 8	74
Quadro 35 - Ficha de Projeto 9	76
Quadro 36 - Ficha de Projeto 10	78
Quadro 37 - Ficha de Projeto 11	80
Quadro 38 - Ficha de Projeto 12	83
Quadro 39 - Ficha de Projeto 14	85
Quadro 40 - Ficha de Projeto 15	88
Quadro 41 - Ficha de Projeto 16	94
Quadro 42 - Ficha de Projeto 17	97
Quadro 43 - Ficha de Projeto 18	101
Quadro 44 - Ficha de Projeto 19	104
Quadro 45 - Ficha de Projeto 20	105
Quadro 46 - Ficha de Projeto 21	107

Índice de Figuras

Figura 1 - Processo Metodológico.....	9
Figura 2 - Desafios Estratégicos.....	44
Figura 3 - Percurso Metodológico para os Projetos-Estrela.....	92
Figura 4 - Modelo de Governação do PDS Supraconcelhio do Cávado.....	112
Figura 5 - Modelo de Governação PDS e PTE do Cávado	115

Sumário Executivo

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado emerge do processo de co-colaboração da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado com o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P) – Centro Distrital de Braga e as Redes Sociais (RS) concelhias, em alinhamento com o acompanhamento e orientação metodológica à construção dos PDS's concelhios.

A Plataforma Supraconcelhia (PSC) do Cávado enquanto organismo intermédio do Programa Rede Social à escala sub-regional assume um papel preponderante na promoção da coesão territorial e na integração do princípio de territorialização das políticas públicas, aspeto subjacente ao paradigma da Política de Coesão, orientadora do novo quadro comunitário Portugal 2020. Pretende-se que este seja também capaz de tirar partido das oportunidades que o novo *Quadro Comunitário – Portugal 2020* apresenta no domínio do capital humano e inclusão social e emprego.

Reconhece-se a elaboração do PDS Supraconcelhio como uma aposta estratégica na promoção do crescimento inclusivo e na criação de condições para uma melhor cooperação/coordenação entre os vários níveis de planeamento, conceção das intervenções e participação de agentes intersectoriais, através de parcerias de base territorial e numa lógica multinível.

O alinhamento e cruzamento deste documento com outros instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) Cávado 2020, revela-se fundamental para a concertação das intervenções à escala concelhia e supraconcelhia e para a resposta ajustada aos problemas comuns e prioritários do território.

O processo de planeamento estratégico subjacente à elaboração deste documento em complementaridade com as RS da NUT III Cávado teve como foco a concertação/construção de um percurso metodológico negociado e partilhado à escala concelhia e supraconcelhia, e a harmonização de um conjunto de procedimentos e instrumentos de trabalho subjacentes à construção destes documentos.

Pretende-se que o PDS Supraconcelhio do Cávado seja capaz de desenvolver processos de aprendizagem e transferência de conhecimento interconcelhios, mecanismos de articulação e coordenação das intervenções entre ambas as escalas e processos de comunicação entre os diferentes agentes territoriais que operam no domínio das políticas de educação, emprego e inclusão social.

Assumindo-se na elaboração deste documento a imprevisibilidade que marca a realidade atual e o desenvolvimento de um processo de planeamento contínuo e susceptível de futuras alterações ou melhorias, integra-se uma abordagem estratégica que deixe com carácter indicativo linhas de ação que fundamentem, potenciem e orientem a emergência de outras propostas de intervenção (projetos ou ações) ao longo do período de vigência do documento.

Percurso Metodológico

O contexto de rápida evolução da realidade territorial, num momento de mudanças e de incertezas, e a resposta às complexas questões sociais com que a sub-região do Cávado e o país no seu todo, atualmente enfrentam, implica o reconhecimento dos processos de planeamento de forma contínua e em constante reconfiguração e o aumento da capacidade de resposta instalada, na atração, potenciação e diversificação de recursos ao dispor dos territórios para lhes responder.

A possibilidade de alargamento da área de influência da designada área social a outros setores, nomeadamente o económico e o educativo, com os quais deverá ser capaz de cooperar e estabelecer plataformas de convergência estratégica, é crucial.

O posicionamento estratégico intersectorial é condição para atingir o objetivo de reforço da capacidade e de protagonismo na definição de políticas locais e regionais, na liderança de propostas e modelos de intervenção com a conseqüente construção de mecanismos de intervenção.

Só com o desenvolvimento social entendido como um processo organizado e sistemático de inovação, reorientação e coordenação dos serviços prestados à comunidade se poderão criar mecanismos de resposta à complexidade e multidireccionalidade das problemáticas sociais.

O planeamento estratégico é a ferramenta ao dispor da PSC do Cávado para definir uma abordagem estratégica do desenvolvimento social. Baseia-se na construção de um horizonte de futuro que posicione noutra patamar a resposta aos problemas e necessidades sociais.

A metodologia de planeamento estratégico orientadora da construção do PDS Supraconcelhio do Cávado baseia-se nesta lógica de amplificar e abrir possibilidades de áreas de intervenção social.

O processo de planeamento estratégico desenvolvido para a elaboração deste documento teve subjacente o intuito de construção de um instrumento ativo, contínuo e com capacidade de se posicionar e ajustar às alterações conjunturais sofridas ao longo do tempo e aos movimentos dinâmicos que possam gerar mudanças e impactos na realidade territorial.

Neste contexto, a elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado pautou-se pelo desenvolvimento de um processo de planeamento construído e concertado com um conjunto de interlocutores territoriais, introduzindo oportunidades de aprendizagem coletivas entre os mesmos e a disponibilização de uma estrutura dinâmica em que participam, de forma integrada, os agentes.

Etapas Metodológicas

Tendo como referência o documento orientador para os Referenciais Estratégicos das PSC (Rede Social – ISS, I.P, 2009) e perante a situação originária da PSC do Cávado¹, encetou-se o processo de planeamento estratégico pelo reconhecimento do território (análise de informação quantitativa e qualitativa), em contínua articulação com as RS concelhias, e o desenvolvimento de um conjunto de etapas metodológicas que se explicitam.

Etapa Metodológica Transversal

O desenvolvimento em paralelo de espaços de trabalho coletivos entre a CIM Cávado, consultor, técnicas coordenadoras das RS e interlocutora do ISS, I.P. – Centro Distrital de Braga teve como objetivo a concertação/construção de um processo de planeamento estratégico negociado e partilhado à escala concelhia e supraconcelhia, bem como harmonizar um conjunto de procedimentos e instrumentos de trabalho subjacentes à construção dos PDS's. De acordo com os pressupostos de intervenção numa lógica *bottom-up*², pretendeu-se com esta articulação técnico-institucional aproximar ambas as escalas de intervenção e revelou-se imprescindível pelo conhecimento e experiência de intervenção que estes interlocutores detêm sobre este território sub-regional para a criação de bases estruturais no desenvolvimento de plataformas temáticas integradas, dada a necessidade de estruturação da intervenção, em alguns domínios, à escala sub-regional.

1. Sessões de trabalho coletivas com as técnicas coordenadoras das RS, interlocutora do ISS, IP – Centro Distrital de Braga, Consultor e CIM Cávado:

- a) Apresentação, discussão e definição partilhada de estratégias de apoio e acompanhamento às RS concelhias, procedimentos e instrumentos a adotar para a

¹ “A situação originária corresponde à das Plataformas Supraconcelhias que ainda não iniciaram qualquer trabalho de planeamento e que têm escasso conhecimento dos CLAS que a constituem ou do seu território.” (Rede Social – ISS, I.P, 2009:15)

² Na ótica dos investigadores envolvidos na avaliação do PRS (IESE, 2012) e de Almeida (2008), a intervenção assente numa lógica *bottom-up*, coloca o seu enfoque na participação dos agentes locais e nas especificidades de cada território enquanto aspetos geradores de planeamento e produtores de iniciativas, conhecimento e decisões.

elaboração dos PDS's concelhios e pontes de articulação a estabelecer com o PDS Supraconcelhio.

2. Sessões de trabalho com a interlocutora do ISS, IP – Centro Distrital de Braga, Consultor e CIM Cávado:

- a) Discussão e preparação de documentos de suporte à construção do PDS Supraconcelhio e definição de espaços e dinâmicas de auscultação dos agentes da PSC do Cávado.

3. Sessões de trabalho com a equipa técnica do Pacto Territorial para a Empregabilidade (PTE) do Cávado³:

- a) Perante os domínios do emprego, empreendedorismo e sucesso educativo presentes em ambos os processos em curso, procedeu-se à análise de pontos de articulação, domínios de intervenção e grupos-alvo a balizar entre ambos, no sentido de evitar sobreposições de intervenção no território.

Etapa Metodológica 1

Concertação da Estratégia Metodológica (cf. Anexo 1)

Esta etapa corresponde a uma fase de arranque para a elaboração, concertação e negociação conjunta da estratégia metodológica a implementar no processo de construção dos PDS's concelhios e supraconcelhio.

Foram realizadas, para o efeito, num primeiro momento sessões de trabalho entre a CIM Cávado, consultor, interlocutora do ISS, IP – Centro Distrital de Braga e técnicas coordenadoras das RS e num segundo momento um Conselho de Vereadores com o Pelouro de Ação Social com a participação da CIM Cávado, Vereadores (as) do Pelouro de Ação Social dos Municípios do Cávado, consultor e interlocutoras do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga para apreciação do processo de planeamento estratégico a implementar.

Posteriormente, a estratégia metodológica foi submetida a apresentação e validação junto dos parceiros da PSC do Cávado.

³ No âmbito da montagem técnico-institucional do PTE do Cávado, liderado pela CIM Cávado e sob consultoria da Quaternaire Portugal, e perante a construção do PDS Supraconcelhio que integrava como dimensões de intervenção as questões relacionadas com o emprego, empreendedorismo e sucesso educativo, importava prevenir possíveis sobreposições de intervenções no território.

Etapa Metodológica 2

Sessões de formação-ação nas RS da NUT III Cávado

Em alinhamento com a estratégia metodológica concertada inicialmente desenvolveram-se três sessões de formação-ação junto dos Núcleos Executivos (NE) das seis RS da NUT III Cávado e agentes locais representativos das diferentes áreas de intervenção, até um limite máximo de 20 participantes.

As sessões de formação-ação tiveram como objetivo encetar e/ou aprofundar o processo de planeamento estratégico em cada RS, nomeadamente quanto à definição das linhas/eixos de intervenção, consensualização entre os participantes (parceiros) de representações teórico-práticas sobre as mesmas e identificação de algumas tipologias de projetos a incluir nos respetivos PDS's concelhios.

A elaboração participada dos planos à escala concelhia foi simultaneamente uma ferramenta de auscultação e ligação da dimensão supraconcelhia aos concelhos, criando canais de comunicação e articulação entre estes dois níveis de decisão e planeamento. O percurso metodológico de elaboração do PDS Supraconcelhio deixa instituídos processos de reflexão e visão de desenvolvimento comuns aos dois níveis que resultam numa coesão institucional acrescida entre os concelhos e a CIM Cávado.

Etapa Metodológica 3

1º Fórum Supraconcelhio da PSC do Cávado (cf. Anexo 2)

A realização deste fórum, à escala supraconcelhia, teve como objetivo debater o planeamento estratégico à escala supraconcelhia, em articulação com as linhas de intervenção que emergiram dos fóruns participativos e sessões de formação-ação dinamizados à escala concelhia.

Para o efeito, foram analisados os principais resultados dos espaços participados à escala concelhia, designadamente os principais eixos de intervenção, com o objetivo de identificar os eixos prioritários que devem integrar e assumir uma escala de intervenção supraconcelhia. Este exercício de análise teve por base os seguintes critérios: cruzamento dos resultados que emergiram das RS concelhias (cf. Anexo 3); fortes lacunas nas redes de resposta; domínios de intervenção que requerem um investimento à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e capacitação para alcançar um novo patamar de excelência.

Após este cruzamento elaborou-se uma proposta de eixos prioritários de intervenção para o PDS Supraconcelhio e estrutura do modelo de governação a incluir no documento, para auscultação, concertação e validação junto dos parceiros da PSC do Cávado.

Quadro 1 - Cronograma do 1º Fórum Supraconcelhio do Cávado

1º Fórum Supraconcelhio da Plataforma Supraconcelhia do Cávado	
Local de realização	GNRation
Data de realização	16/06/2015
Número de participantes	25

Etapa Metodológica 4

Sessões de trabalho temáticas (cf. Anexo 4)

A partir da definição e validação, junto dos parceiros da PSC do Cávado, dos principais eixos prioritários de intervenção, foram desenvolvidas quatro sessões de trabalho com os agentes territoriais por domínio temático de intervenção.

Estas sessões tiveram como objetivo encetar o planeamento operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado, a partir da discussão e definição do quadro de projetos / ações a implementar. Para o efeito, tomou-se como ponto de partida para a discussão a identificação das principais linhas de projeto / ação a implementar no território e não o levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (Norte 2020) e sub-regional (EIDT Cávado 2014-2020). Os contributos debatidos e concertados com os participantes das sessões foram sistematizados em grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e posteriormente devolvidos aos mesmos para apreciação, contributos e validação das mesmas.

Quadro 2 - Cronograma das Sessões de Trabalho Temáticas

Grupos de Trabalho	Local de realização	Data de realização	Nº de Participantes
<i>Igualdade de Género e Violência Doméstica</i>	GNRation	04/11/2015	21
<i>Empregabilidade e Empreendedorismo</i>			18
<i>Sucesso Educativo e Capacitação</i>		05/11/2015	15
<i>Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades</i>			18

Etapa Metodológica 5

Apresentação e aprovação do PDS Supraconcelhio do Cávado (cf. Anexo 5)

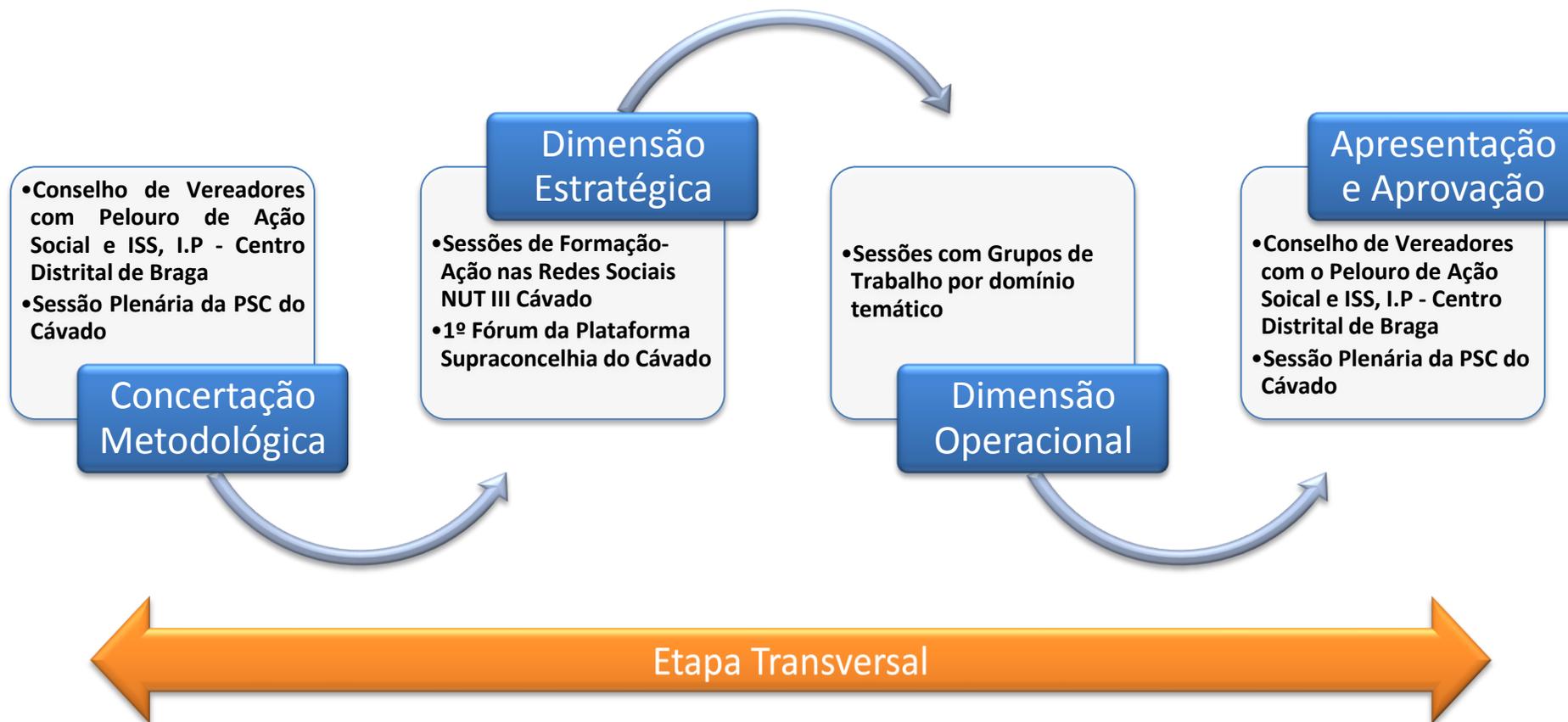
Após o debate e construção da dimensão operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado procedeu-se à redação, sistematização dos conteúdos estruturantes e produção do documento final, da responsabilidade do Consultor e elemento técnico da CIM Cávado.

Este foi num primeiro momento, apresentado como um documento de trabalho, às técnicas coordenadoras das RS da NUT III Cávado e à interlocutora do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga, com o objetivo de validar os conteúdos do documento e incluir possíveis propostas e recomendações entretanto consideradas pertinentes pelos representantes.

Num segundo momento, foram realizados dois Conselhos de Vereadores (as) dos Municípios do Cávado com o Pelouro de Ação Social e ISS, I.P – Centro Distrital de Braga para apresentação da dimensão operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado (Bolsa de projetos 2020, Projeto Estruturantes e Projetos-estrela, bem como a), e para apresentação do trabalho desenvolvido pelo PDS Supraconcelhio do Cávado e PTE do Cávado, em fase de conclusão, bem como a análise dos âmbitos de intervenção respetivos.

Posteriormente foi realizada uma sessão Plenária da PSC do Cávado para apresentação, envio de contributos e aprovação do documento final.

Figura 1 - Processo Metodológico



Sessões de trabalho coletivas com as técnicas das Redes Sociais e interlocutora do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga | Sessões de trabalho com a interlocutora do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga, Consultor e CIM Cávado | Sessões de trabalho com a equipa técnica do Pacto Territorial para a Empregabilidade (PTE) do Cávado

Capítulo I – Referencial Estratégico

Proposta de construção do Índice de Desenvolvimento e Coesão Social do Cávado

A consolidação da identidade de um território como o Cávado baseia-se na preservação da diversidade e multiplicidade urbano rural, social e económica que a caracteriza mas também, na identificação de alguns traços e denominadores comuns que simultaneamente a definem como um todo diferenciado com identidade própria.

O desafio de gerar coesão social no Cávado, tornando-o mais equitativo e homogéneo em termos de oportunidades pela distribuição dos recursos e competitivo na diferenciação assimétrica dos concelhos estimulando polos de inovação e competitividade, justifica e sustenta a construção de uma ferramenta de análise que permita identificar e monitorizar essa dinâmica de desenvolvimento, orientando-o no sentido da equidade.

O fundamento conceptual do índice de desenvolvimento e coesão social do Cávado baseia-se na aplicação do modelo policêntrico de desenvolvimento do território, atribuindo aos polos de desenvolvimento e qualificação mais avançado e diferenciados a função de referencial de desenvolvimento para o resto do território.

Esta aplicação do modelo policêntrico designada de “policentrismo desafiador” pretende implementar a lógica da competição colaborativa interna em que os concelhos em posição menos competitiva ou qualificada são os alvos prioritários das políticas de atribuição e gestão dos recursos para se aproximarem dos níveis mais elevados.

Os **objetivos do índice de desenvolvimento e coesão social do Cávado** são os seguintes:

1. Criar um agregado de indicadores que permitirão definir um perfil “BI - Identidade e Território” que será passível de monitorização e controlo sobre o processo de desenvolvimento social;
2. Identificar as assimetrias entre os concelhos do Cávado, permitindo a fundamentação para a priorização da intervenção no Cávado;
3. Criar uma ferramenta de comparação entre concelhos como um Ranking Positivo em que os concelhos possam avaliar a sua posição relativa e definir prioridades internas concelhias;

4. Apoiar a função de pilotagem da intervenção no território, monitorizando indicadores específicos que sinalizam a progressão e o impacto dos projetos, da EIDT do Cávado e das várias ferramentas de planeamento: PDS's concelhios, supraconcelhio e PTE;
5. Produção de conhecimento e produção de informação qualificada sobre a dinâmica em determinadas áreas específicas e caracterizadoras do Cávado.

1.1. Conceito do Índice de Desenvolvimento e Coesão Social

O território é abordado neste índice na perspetiva da capacidade de resposta à crise e aos problemas sociais. Pretende-se tornar mensuráveis fatores dinâmicos como expressão da capacidade de criação de valor nos diversos domínios em que as temáticas sociais se enquadram.

É um índice dinâmico que não retrata patamares comparativos estáticos mas sim a assimetria entre os diferentes concelhos. A razão é que a análise de indicadores estruturais refletem mudanças longas e significativas de características históricas cuja transformação é complexa e de longo prazo enquanto a análise dos fatores dinâmicos expressam as mudanças induzidas por políticas de desenvolvimento do território de curto ou médio prazo.

A “Dinâmica Territorial”, neste contexto, é perspetivado como a capacidade de resposta em cada domínio considerado reflexivo do desenvolvimento social, verificável nos resultados da iniciativa e das políticas locais.

O desenvolvimento social é aqui entendido como o nível verificável dos processos de construção de soluções, de criação de iniciativas, e de projetos de desenvolvimento, expressando a capacidade institucional e socioeconómica de desenvolver iniciativas e propostas de desenvolvimento próprias.

1.2. Componentes do Índice de Desenvolvimento e Coesão Social

O índice de desenvolvimento e coesão social do Cávado é constituído por um referencial de avaliação e monitorização da situação comparativa nos concelhos. Esta avaliação baseia-se nos indicadores estatísticos considerados reveladores do grau e intensidade comparativa do desenvolvimento social no Cávado de acordo com a perspetiva apresentada.

As áreas de análise do índice de desenvolvimento e coesão social são as seguintes:

1. Capacidade de infraestruturação do território na cobertura Equitativa em Equipamentos

O grau de infraestruturação do território em equipamentos reflete a capacidade de apresentação de propostas e iniciativas de comunidade para a resolução dos problemas sociais de serviços para os extratos sociais mais fragilizados.

Indicador proposto – taxa de cobertura concelhia nas respostas tipificadas: idosos e infância.

2. Nível da capacidade de Escolarização / Qualificação

A escolarização e a qualificação do território é determinante como capital humano. Mas neste índice interessa sobretudo perceber a aquisição e dinâmica de qualificação e não o nível adquirido, verificando o nível de progressão na escolarização e qualificação através dos resultados escolares.

Indicador proposto – taxa de sucesso escolar com a análise percentual dos níveis de sucesso escolar.

3. Dinâmica da criação de emprego e autoemprego

A taxa de emprego e desemprego são indicadores relevantes como variáveis socioeconómicas de desenvolvimento mas expressam sobretudo o impacto no território das variáveis exógenas dos ciclos e flutuações económicas globais. Na perspetiva do desenvolvimento social interessa perceber a capacidade endógena de resposta a esses ciclos através da dinâmica da criação de emprego associada à atividade económica do território.

Indicador proposto – taxa líquida e criação de emprego e autoemprego no Cávado e nos concelhos.

4. Atratividade demográfica

A dinâmica demográfica é em grande parte estrutural e manifesta tendências estáveis e continuadas relativamente independentes dos ciclos curtos das políticas sociais e económicas nos territórios. Interessa perceber a posição relativa e a competitividade do Cávado na atração de população que é o maior ativo do desenvolvimento social.

Os movimentos migratórios de população para o acesso a oportunidades de emprego, habitação, serviços de apoio social, recursos sociais, bem-estar social ou qualidade de vida, manifesta a capacidade diferenciadora de um território através da atração da população.

Indicador proposto – saldo migratório no Cávado e nos concelhos.

5. Inovação nos serviços e respostas sociais

A capacidade de inovação é um dos indicadores determinantes do desenvolvimento social. A sua mensurabilidade exige a produção de informação específica. O mapeamento da inovação deverá ser um dos objetivos dos projetos de governação do PDS Supraconcelhio.

Indicador proposto – Taxa de projetos e respostas sociais consideradas inovadoras nos concelhos e no Cávado.

6. Resposta à crise e à conjuntura

A capacidade de resposta a conjunturas negativas ou a situações de crise demonstra a dinâmica de desenvolvimento de um território. A dinamização da economia num período de contração económica demonstra a possibilidade de gerar crescimento e desenvolvimento com origem nas capacidades criativas e competitivas do território.

Indicador proposto – taxa de criação de empresas / taxa de empreendedorismo.

7. Resposta ao risco

Os fatores de risco são inerentes à complexidade das nossas sociedades. Mais do que eliminar ou prevenir o risco, será importante identificar a capacidade de resposta a esses mesmos riscos. De entre os fatores de risco, social e económicos identificamos o risco comportamental coletivo como mais significativo do desenvolvimento social do território.

A sinalização do risco é um dos principais indicadores da resposta ao risco. Invertendo a lógica descritiva do território em relação à prevalência ou incidência do problema, interessa identificar a capacidade institucional de sinalização e identificação do problema. Seleciona-se o risco associado ao alcoolismo por ser transversal ao território e manifestar sofisticação dos serviços na identificação sistemática deste fator de risco.

Indicador proposto – Sinalizações de alcoolismo por concelho e no Cávado

8. Nível de integração em rede e de produção de conhecimento

A integração em rede é determinante no desenvolvimento social do território. Se essa integração for simultaneamente associada à produção de conhecimento e à inovação tecnológica identificamos uma dimensão determinante do desenvolvimento social do Cávado.

Indicadores propostos - Nº projetos e candidaturas apresentadas nos concelhos e no Cávado; Nível de parcerias nos projetos apresentados; e, Nível de intensidade tecnológica no tecido industrial.

1.3. Metodologia de implementação

Com o objetivo de construir o referencial de posicionamento do território será elaborado o - Ranking Territorial do Cávado. Este ranking será formulado como a medida do grau de afastamento de cada concelho do Cávado em relação ao que estiver melhor posicionado em cada um dos indicadores. A agregação da média de afastamento permitirá atribuir a cada concelho um valor de referência que traduzirá o seu grau de desenvolvimento social no Cávado.

Implementação

Ao longo da vigência do PDS Supraconcelhio do Cávado serão monitorizados os indicadores de referência e divulgado o ranking de cada concelho no cômputo global do Cávado.

Capítulo II – Estratégia

O processo de planeamento estratégico desenvolvido para a construção do PDS Supraconcelhio do Cávado, acontece numa conjuntura de imprevisibilidade que marca a realidade atual, a rápida evolução da realidade territorial (mudanças e incertezas) e o desenvolvimento de um processo que não se centre em morosas avaliações diagnósticas mas num planeamento contínuo e suscetível de futuras alterações ou melhorias.

A abordagem estratégica de planeamento implementada em prol do desenvolvimento social do território, tem como foco a identificação de fatores críticos e desafios estratégicos e a amplificação e abertura de possibilidades da intervenção social para a construção de um horizonte/visão de futuro que posicione noutra patamar a resposta aos problemas e necessidades sociais.

Neste contexto, a elaboração do PDS Supraconcelhio tem subjacente a conceção e definição partilhada e negociada de uma estratégia assente em três pilares: identificação das principais linhas de intervenção para determinados domínios (problemas/necessidades); organização e sistematização da dimensão operacional (projetos e ações) para cada um dos domínios de intervenção; e, integração das intervenções no contexto territorial envolvente e formulação de parcerias estratégicas.

2.1. Eixos Prioritários de Intervenção

2.1.1. Eixo Prioritário de Intervenção 1 – Economia Inclusiva

O conceito de economia inclusiva tem vindo a revelar crescente operacionalidade na abordagem à questão da empregabilidade. Propõe a ativação de interfaces entre grupos sociais com vulnerabilidades e necessidades específicas no campo da empregabilidade com dispositivos internos ao tecido empresarial para que a inclusão resulte no aumento da competitividade da economia real.

A economia inclusiva pretende criar mecanismos de flexibilidade partilhada no tecido empresarial e nos grupos de baixa empregabilidade ou já excluídos do mercado de trabalho, com projetos partilhados, nichos de especialização, empreendedorismo ou reorientação de competências para a inovação de produtos e serviços, gerando investimentos reais no capital humano e social, capazes de criar valor na economia.

A promoção da inclusão ativa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho, a qualificação da mão-de-obra e a geração de oportunidades de (re)inserção laboral, são linhas estratégicas assumidas pela Comissão Europeia nas iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020, no domínio do crescimento inclusivo.

A crise económico-financeira e o programa de ajustamento implementado em Portugal nos últimos anos abarcou consigo um conjunto de problemas para os territórios, nomeadamente a perda de postos de trabalho, a precarização da situação laboral dos ativos e a agudização das dificuldades/obstáculos de determinados grupos-alvo acederem ao mercado de trabalho.

O conjunto de mutações sucedidas no mercado de trabalho implica uma aposta estratégica, por um lado, em processos de capacitação das populações com menores níveis de empregabilidade, dotando-as de competências e qualificações necessárias para a adaptação aos novos padrões de organização do mercado de trabalho, eventuais processos de requalificação para outras áreas laborais e orientação técnica para o acesso às oportunidades de emprego. Por outro lado, no desenvolvimento de estratégias integradas para a inclusão ativa dos grupos com maiores obstáculos de inserção no mercado de trabalho a partir da conjugação de mercados mais inclusivos e serviços sociais sustentados.

O fenómeno de desemprego na sub-região do Cávado regista, à semelhança da realidade nacional, um aumento de 7% entre os dois últimos períodos censitários (2001-2011). Tomando por referência os dados disponíveis nas estatísticas oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público (IEFP, I.P), contabilizam-se em Outubro de 2015, 20.578 desempregados inscritos nos Centros de Emprego da sub-região do Cávado, maioritariamente do sexo feminino. Quanto à situação perante o desemprego regista-se que a maioria dos desempregados inscritos se encontra à procura de novo emprego e com a inscrição num horizonte temporal inferior a um ano.

Quadro 3- Número de Desempregado inscritos no IEFP, I.P por sexo e situação perante o desemprego

	Desempregados inscritos		Tempo de inscrição		Situação face à procura	
	Feminino	Masculino	< 1 ano	1 ano ou mais	1º Emprego	Novo Emprego
Continente	270.331	238.519	262.010	246.840	59.122	449.728
Norte	123.710	106.539	107.994	122.255	29.599	200.650
Cávado	11.083	9.495	11.145	9.433	2.663	18.514
Amares	652	535	565	622	196	991
Barcelos	2.335	2.373	2.699	2.009	716	3.992

Braga	5.878	4.820	5.618	5.080	1.143	9.555
Esposende	742	605	800	547	165	1182
Terras de Bouro	216	156	169	203	53	319
Vila Verde	1.260	1.006	1.294	972	390	1.876

Fonte: IEFP, I.P / Outubro 2015

Analisando a distribuição por situação face à procura de emprego e a caracterização dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego por faixa etária, evidencia-se que o desemprego de longa duração e muito longa duração assume uma predominância no território, dado que aproximadamente 90% se encontra à procura de novo emprego, 42,5% têm entre 35 a 54 anos e 22,5% tem 55 e mais anos. Por seu turno, o desemprego jovem (até aos 34 anos) representa aproximadamente 35% dos desempregados inscritos na sub-região do Cávado, realçando a diversidade de perfis de desempregados presentes no território.

O progressivo afastamento dos desempregados de longa e muito longa duração do mercado de trabalho acarreta uma diminuição do rendimento das famílias, gradual exposição a situação de risco de pobreza e exclusão social e contributo para a transmissão intergeracional de ciclos de pobreza.

Quadro 4 - Número de Desempregados inscritos no IEFP, I.P por faixa etária

	Desempregados por faixa etária				
	Total	<25	25-34	35-54	55+
Continente	508.850	66.119	98.545	228.397	115.789
Norte	230.249	32.111	41.954	101.919	54.265
Cávado	20.578	3.022	4.175	8.753	4.628
Amares	1187	214	220	496	257
Barcelos	4708	908	903	1.729	1.168
Braga	10698	1.176	2.260	4.881	2.381
Esposende	1347	221	258	526	342
Terras de Bouro	372	51	74	165	82
Vila Verde	2266	452	460	956	398

Fonte: IEFP, I.P / Outubro 2015

Relativamente aos níveis de escolaridade, denota-se que na sua grande maioria, 52,6% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego da sub-região do Cávado, possui apenas o

ensino básico (9º Ano de escolaridade), seguindo-se 34,3% com o ensino secundário e 18,3% com ensino superior.

Reconhece-se que atualmente o mercado de trabalho é cada vez mais especializado e com necessidade de mão-de-obra mais qualificada, em que os baixos níveis de qualificação que grande parte dos desempregados do território do Cávado detêm requer uma aposta estratégica em processos de aquisição de competências profissionais facilitadoras do reingresso no mercado de trabalho e de aumento das qualificações.

Quadro 5 - Número de Desempregados inscritos no IEFP, I.P por nível de escolaridade

	Desempregados inscritos por nível de escolaridade					
	<1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior
Continente	29.307	103.835	78.217	99.315	125.614	72.562
Norte	12.183	12.183	37.248	42.233	50.988	31.200
Cávado	983	4.352	2.794	3.672	5.009	3.768
Amares	79	256	170	207	304	171
Barcelos	143	1.135	696	821	1.113	800
Braga	589	2.134	1.348	1.896	2.548	2.183
Esposende	589	235	180	254	351	293
Terras de Bouro	19	82	67	80	82	42
Vila Verde	119	510	333	414	611	279

Fonte: IEFP, I.P / Outubro 2015

No decurso do processo de elaboração do PDS Supraconcelhio foi encetada a montagem técnico-institucional do PTE do Cávado e a elaboração do Diagnóstico de Antecipação das Necessidades Formativas. Os focos de intervenção do PTE centram-se na territorialização das políticas de emprego, na ligação dos sistemas de educação e formação com o mercado de trabalho e incentivos financeiros para a inserção profissional.

Neste contexto, a **articulação entre o PDS Supraconcelhio e o PTE do Cávado** foi prioritária na elaboração destes documentos. Embora com âmbitos muito aproximados e aparentemente sobrepostos, a concertação permitiu identificar o foco de cada um deles e perspetivar as mesmas problemáticas em ângulos diferenciados mas complementares.

No caso da empregabilidade que consta, igualmente no PDS como problemática prioritária, foi neste documento, analisada como ferramenta de inclusão para os grupos e perfis sociais de

muito baixa empregabilidade e que estão à margem dos sistemas de empregabilidade formal abordados no Pacto.

No PDS foi equacionado para estes grupos em situação de exclusão mecanismos de empregabilidade atípicos e à medida destas necessidades específicas. O empreendedorismo de base local como oportunidade de inclusão na economia real de desempregados de longa duração que detêm competências de nicho e que poderão gerar atividade económica sustentável em mercados de grande proximidade.

O trabalho inclusivo como mecanismo de aproximação ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência ou profissionalmente muito desqualificadas, atualmente apoiadas pelas medidas sociais e que poderão, se devidamente enquadradas, superar etapas na aproximação ao mercado de trabalho em processos de qualificação sucessiva. Estes mecanismos são eminentemente sociais e não colidem com as estratégias de empregabilidade acionadas pelo PTE do Cávado.

2.1.2. Eixo Prioritário de Intervenção 2 – Sucesso Educativo

As questões relacionadas com a educação e formação, e no que ao fenómeno do abandono e insucesso escolar dizem respeito, assumem uma predominância particular com a fixação de metas europeias até 2020, para a redução da taxa de abandono escolar, subjacente à prioridade da Estratégia Europeia no domínio do crescimento inclusivo.

Perante o contexto de crise socioeconómica e conseqüente retração do crescimento económico, subsiste o risco de progressivo aumento da taxa de abandono escolar, associado a situações de insucesso escolar e retenção, e a pressão sobre as instâncias educativas para reduzir os recursos imputados para o desenvolvimento de medidas ao seu combate (Álvares, Calado, Estevão, Merlini & Nalha, 2015).

Encarando-se o combate ao fenómeno do abandono/insucesso escolar e a relevância das qualificações como instrumento fundamental para o desenvolvimento social dos territórios, devemos ter como base de análise a conjugação destes fenómenos com fatores de natureza individual, familiares e sociais, bem como o papel ativo que a escola assume na promoção de igualdade de oportunidades (Álvares, Calado, Estevão, Merlini & Nalha, 2015).

Tomando como ponto de partida a taxa de analfabetismo e de abandono escolar verificamos que a sub-região do Cávado tem acompanhado a evolução positiva da realidade nacional e regional. De registar a posição atual mais favorável em relação ao contexto nacional e regional,

com a diminuição de ambas as taxas em 3,12% e 1,21% respetivamente, entre os últimos períodos censitários.

Quadro 6 - Taxa de Analfabetismo e Abandono Escolar

Território	Taxa Analfabetismo		Taxa de Abandono Escolar	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	9,03	5,22	2,79	1,7
Norte	8,34	5	3,49	1,53
Cávado	7,61	4,49	2,62	1,41
Amares	10,79	6,15	3,99	1,68
Barcelos	7,55	4,59	3,02	1,33
Braga	5,75	3,35	1,41	1,34
Esposende	7,29	4,28	3,05	1,46
Terras de Bouro	15,55	9,34	4,12	1,13
Vila Verde	11,86	7,32	4,44	1,74

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) / 2015

Importa, no entanto, sublinhar que apesar de a NUT III Cávado apresentar na globalidade uma evolução extremamente positiva na última década em ambas as taxas, denota-se ainda que persistem algumas desigualdades internas em territórios com níveis acima da média nacional e regional, no que ao analfabetismo (Amares, Barcelos, Terras de Bouro e Vila Verde) e abandono escolar (Amares, Esposende e Vila Verde) aportam.

Apesar de a realidade sub-regional ao nível do abandono escolar registar uma progressão bastante positiva, as assimetrias registadas em alguns concelhos, requerem uma abordagem de intervenção preventiva de combate/eliminação do fenómeno, dado que na maioria das vezes resultam de trajetórias prolongadas de níveis de insucesso e retenção.

De acordo com algumas investigações sobre o fenómeno e a EIDT do Cávado 2014-2020, as principais causas do abandono e do insucesso escolar podem estar associadas com o contexto de vulnerabilidade social de algumas famílias, a excessiva padronização do ensino e a fraca diversidade da oferta educativa face à diversidade socioeconómica e territorial.

Esta realidade torna premente a necessidade de se desenvolverem estratégias de intervenção em proximidade com os alunos em situação ou em risco de abandono escolar, das famílias e da comunidade educativa, em colaboração com entidades locais como os serviços de ação social e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) concelhias. Investir precocemente num

processo de sinalização, apoio e acompanhamento próximo dos alunos, pode revelar-se uma estratégia fundamental para ultrapassar as dificuldades de aprendizagem.

Também ao nível das taxas de saída antecipada e precoce, a sub-região do Cávado regista uma linha de progressão muito favorável, entre os últimos períodos censitários, com níveis médios inferiores à realidade nacional e regional. Pese embora este cenário positivo, as desigualdades internas entre concelhos da NUT III Cávado sublinham-se mais uma vez, como pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 - Taxa de Saída Antecipada e Precoce

Território	Saída Antecipada		Saída Precoce	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	24,6	9,1	44,8	27,1
Norte	32,1	9,5	51,2	28,9
Cávado	34,0	6,8	54,4	25,5
Amares	38,6	7,9	58,0	25,2
Barcelos	43,9	7,7	64,6	31,6
Braga	20,9	5,4	41,3	19,4
Esposende	39,3	7,5	60,4	27,9
Terras de Bouro	40,6	6,4	60,6	25,5
Vila Verde	46,3	8,7	65,5	30,5

Fonte: INE / 2015

Em termos de resultados escolares, constata-se que a sub-região do Cávado regista valores superiores às médias nacionais e regionais no que se refere às taxas de pré-escolarização e à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, excetuando a taxa bruta de escolarização no ensino básico que se encontra ligeiramente abaixo. Também nestes indicadores emergem as assimetrias entre os concelhos da NUT III Cávado com o registo em alguns concelhos de valores inferiores face às restantes escalas territoriais apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Resultados Escolares / Escolarização

Território	Taxa Bruta de Pré-Escolarização	Taxa Real de Pré-Escolarização	Taxa Bruta de Escolarização	
			Ensino Básico	Ensino Secundário
Portugal	----	87,8	110,3	116,3
Norte	94,4	93,3	108,6	112,8

Cávado	96,6	95	105,4	121,7
Amares	93,4	92,6	92,4	70,6
Barcelos	96,4	95,3	99,8	85,7
Braga	100,2	98,2	114	173,3
Esposende	84,6	83,6	101,7	83,9
Terras de Bouro	109,4	100	112	68,9
Vila Verde	91,8	90,8	94,2	81,6

Fonte: DGEEC⁴ / 2013-2014

Associado às questões do abandono escolar estão na maioria das vezes percursos de níveis de insucesso escolar, absentismo e retenções sucessivas. O Cávado tem registado desde o ano letivo de 2008/2009 (5,1%) um aumento dos níveis da taxa de retenção e desistência no ensino básico, com exceção no ano letivo de 2010/2011 (4,7%), situando-se em 2013/2014 nos 6,7%. Quanto aos níveis de retenção e desistência no ensino secundário regista-se um aumento entre os anos letivos de 2008/2009 (15,7%) e 2010/2011 (17,5%) e uma diminuição entre 2011/2012 (16,6%) e 2013/2014 com uma média de 15,5%.

Quadro 9 - Taxa de Retenção/Desistência no Ensino Básico e Secundário

Território	Taxa de Retenção/Desistência			
	Ensino Básico			Ensino Secundário
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Portugal	5	11,4	15,1	18,5
Norte	3,9	9,1	13,4	15,6
Cávado	3,4	7,1	10,7	15,5
Amares	3	20,2	13,6	16,1
Barcelos	3,7	5	10,9	12,5
Braga	3,1	6,6	9,6	17,1
Esposende	2,8	4	10,3	13,2
Terras de Bouro	4,4	3,5	10,9	11
Vila Verde	4,5	11,6	14,7	16,5

Fonte: DGEEC / 2013-2014

⁴ DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>)

Tal como a EIDT Cávado 2014-2020 sublinha, a sub-região do Cávado apresenta ainda valores comparativamente mais favoráveis do que as restantes escalas territoriais, em matéria de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário regular, apenas Amares, Braga e Vila Verde apresentam uma taxa superior à da Região Norte. No entanto, os valores apresentados de retenção e desistência no ensino básico, assumem contornos diferenciados nos concelhos da NUT III Cávado ao nível do 1º ciclo (valores superiores em Terras de Bouro e Vila Verde), 2º ciclo e 3º ciclo (valores superiores em Amares e Vila Verde).

A incidência diferenciada dos níveis de insucesso escolar nos concelhos da NUT III Cávado pressupõe o desenvolvimento de abordagens de intervenção adaptadas às realidades territoriais, com vista à promoção da melhoria do desempenho escolar e processos de aprendizagem dos alunos.

Face aos pressupostos enunciados com recurso a alguns indicadores estatísticos, o sucesso educativo emerge como eixo prioritário de intervenção pelo reconhecimento do potencial que as práticas e experiências em contexto escolar concelhio e o processo de aprendizagem e transferência de conhecimento à escala supraconcelhia podem aportar para a promoção do desenvolvimento social do território.

Assume-se como aposta estratégica um acompanhamento especializado aos alunos em situação ou em risco de abandono e insucesso escolar, com recurso à diversificação das metodologias de aprendizagem mais adaptadas às características do público-alvo, bem como no desenvolvimento de projetos educativos que têm por base o desenvolvimento integral dos alunos, a nível pessoal e social, e extracurriculares ligados às práticas artísticas e à comunidade.

A intervenção complementar e o incremento de recursos ao desenvolvimento do processo educativo em contexto escolar foi outra dimensão estratégica apontada, para a diferenciação das estratégias de aprendizagem, face à atual dimensão das turmas e à complexidade das situações psicossociais a que os professores têm de fazer face. Os recursos que os professores dispõem para elaborar estratégias diferenciadas à medida dos alunos com necessidades específicas ou de adequação pedagógica e curricular para alunos em diferentes patamares de aprendizagem, são por vezes escassos ou inexistentes. A disponibilização de recursos complementares que permitam maior adequação das estratégias pedagógicas na sala de aula é crucial para a melhoria do processo de aprendizagem.

Outra das dimensões estratégicas identificadas como necessidade de intervenção passa pela aposta no desenvolvimento e fortalecimento das competências parentais das famílias e a capacitação técnica considerada como uma das ferramentas fundamentais para a aquisição de

novos instrumentos e abordagens metodológicas para o fortalecimento das competências parentais das famílias em situação de vulnerabilidade social e o seu envolvimento ativo no percurso educativo dos alunos, bem como responder às necessidades específicas de educação, promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Estas várias dimensões de intervenção são orientadas para as necessidades sociais mais relevantes na criação de um território socialmente qualificado e competitivo.

A **articulação entre o PDS Supraconcelhio e PTE do Cávado** foi também realizada no campo educativo, embora com dimensões de análise e intervenção diferenciadas mas simultaneamente complementares.

Foi o caso da educação formal em que a questão do abandono/insucesso escolar, absolutamente crucial para o desenvolvimento social e para a empregabilidade, foi abordada de modo distinto nos dois instrumentos de planeamento: no caso do PDS o insucesso escolar nas etapas mais precoces e nos processos internos da prática educativa tentando centrar-se nos processos de aprendizagem e condicionamentos sociais para o sucesso educativo, e no caso do PTE esta mesma questão foi considerada do ponto de vista da oferta curricular e da definição de percursos de aproximação e inserção no mundo laboral e respetiva qualificação.

2.1.3. Eixo Prioritário de Intervenção 3 – Igualdade e Violência de Género

A reconfiguração dos papéis sociais associados ao género abarcou consigo uma alteração profunda das conceções e representações, designadamente pela entrada e fortalecimento do papel das mulheres no mercado de trabalho, o investimento progressivo nas qualificações e o retardamento associado à constituição da vida familiar. Tem existido um progressivo investimento a nível europeu, nacional e regional, na promoção da igualdade de género (em termos sociais, económicos, políticos, cívicos e culturais) enquanto princípio de justiça social e alicerce da democracia.

É ainda notório na realidade atual a persistência de situações de desigualdades e de assimetrias na situação comparada de homens e mulheres, quer ao nível do rendimento auferido e segmentação do mercado de trabalho em profissões e setores de atividade quer ao nível da sub-representação feminina nos órgãos de decisão política e económica.

Atente-se aos indicadores apresentados no quadro seguinte e onde é visível o nível inferior de remuneração média mensal auferida pelas mulheres face aos homens na sub-região do

Cávado, bem como o valor superior da relação de masculinidade comparativamente à escala nacional e regional.

Na ótica dos agentes locais muitos têm sido os progressos alcançados no domínio da promoção da igualdade de género e para o qual têm contribuído, em alguns concelhos, a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.

Numa escala supraconcelhia, consideram que a aposta estratégica ao nível da promoção da igualdade de género, deve passar pelo desenvolvimento de ações de prevenção, sensibilização e formação junto das crianças e jovens, numa lógica de prevenção, e pela certificação da formação de professores neste âmbito.

Quadro 10 - Relação de Masculinidade e Remuneração média mensal

Território	Relação de Masculinidade	Remuneração média mensal (Trab. conta de Outrem)	
		Masculino	Feminino
Portugal	90,7	993,2	815,6
Norte	91,1	875,8	729
Cávado	91,7	815	685,8
Amares	93,6	669,2	629,7
Barcelos	93	740,6	636
Braga	90,7	887,9	745,4
Esposende	90,6	749,4	639,8
Terras de Bouro	91,6	911,7	591,4
Vila Verde	92,3	710,5	631

Fonte: INE e PORDATA / 2013

A promoção da igualdade de género e o combate aos comportamentos abusivos nas relações familiares contribuíram nos últimos anos para o reconhecimento progressivo do fenómeno da violência doméstica. Também colaboraram para o reconhecimento público deste fenómeno, enquanto crime público, o desenvolvimento progressivo de planos nacionais contra a violência doméstica.

Atualmente encontra-se em vigor o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG) 2014-2017, que procura em alinhamento com as orientações europeias e internacionais, consolidar o trabalho realizado neste domínio e

projetar um conjunto de estratégias concertadas e articuladas para o desenvolvimento de uma intervenção efetiva no combate à violência de género.

Neste contexto, o fenómeno da violência doméstica adquire um enfoque estratégico à escala supraconcelhia pela necessidade de intensificar/consolidar uma intervenção em rede e aumentar a capacidade de resposta instalada no território do Cávado, quer ao nível dos serviços de atendimento de 1ª linha quer ao nível das respostas sociais disponíveis para estas situações.

Foi sublinhado como aposta estratégica a necessidade de por um lado, se fortalecer o apoio, atendimento e acompanhamento especializado de primeira linha em parte do território do Cávado que não possui este tipo de serviço de proximidade, e por outro lado, encontrar estratégias que possam colmatar a ausência de resposta efetiva em termos de oferta de habitação social e de espaços de transição para as vítimas.

Complementarmente os agentes que intervêm neste contexto territorial sublinharam que se defrontam com alguns constrangimentos, designadamente o funcionamento dos gabinetes de apoio, atendimento e acompanhamento especializado dependentes de candidaturas a financiamento comunitário, ausência de protocolos de cooperação para respostas sociais específicas neste domínio, acarretando um esforço para as organizações do 3º setor, bem como as dificuldades de agilização de procedimentos com diversos serviços públicos.

Reportando-se aos dados disponibilizados pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP) verificamos que em 2014 ocorreram na sub-região do Cávado 477 queixas de violência doméstica, nas quais 77 vítimas eram do sexo masculino e 402 do sexo feminino e tinham na sua maioria associados o exercício de violência psicológica/emocional, física e social. No seio dos concelhos do Cávado, denota-se que é nos concelhos urbanos de Braga e Barcelos que o número de queixas tem maior representatividade (cf. Quadro 11).

Quadro 11 - Número de queixas de violência doméstica apresentadas e tipo de violência exercida

Território	Queixas (Nº)	Tipo de Violência Exercida (Nº)				
		Viol. Física	Viol. Sexual	Viol. Psicológica / Emocional	Viol. Económica	Viol. Social
Cávado	477	295	8	367	67	100
Amares	47	26	1	37	8	11
Barcelos	148	90	4	115	23	45
Braga	117	67	0	97	15	19
Esposende	71	48	2	54	10	13

Terras de Bouro	11	8	1	6	1	1
Vila Verde	83	56	0	58	10	11

Fonte: GNR e PSP / 2014

Ao analisar-se o tipo de consequências provocadas nas vítimas de violência doméstica denotamos que maioritariamente registam-se situações sem lesões ou ferimentos ligeiros associados.

Quadro 12 - Número de casos de violência doméstica registados pela P.S.P./GNR por tipo de consequências provocada nas vítimas

Território	Consequências provocadas nas vítimas (Nº)			
	Ferimentos Ligeiros	Ferimentos Graves	Sem Lesões	Desconhecido
Cávado	189	4	260	24
Amares	14	0	29	4
Barcelos	61	1	81	5
Braga	44	0	70	3
Esposende	36	0	31	4
Terras de Bouro	4	0	4	3
Vila Verde	30	3	45	5

Fonte: GNR e PSP / 2014

De acordo com os dados fornecidos quanto ao número de casos de violência doméstica por tipo de relação entre vítima e agressor, regista-se que as três tipologias mais incidentes são o exercício de violência entre cônjuges, companheiro/a (união de facto/relação análoga à de cônjuges) e ex-cônjuges (cf. Quadro 13).

Tendo por base a terceira área estratégica do V PNPCVDG e a proximidade de risco existente em muitas situações entre vítimas diretas/indiretas e agressores(as), impera a necessidade de se proteger as vitimas, prevenir a reincidência e contribuir para a interrupção de ciclos de reprodução de comportamentos violentos. Para este efeito, os agentes territoriais consideram prioritário o desenvolvimento de um programa de intervenção com agressores, assente numa abordagem psicoeducativa.

Quadro 13 - Número de casos de violência doméstica registados pela P.S.P./GNR por tipo de relação entre vítima e agressor

Relação entre Vítima e Agressor	Território						
	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde
Companheiro/a	69	5	24	16	11	2	11
Cônjuge	233	21	60	64	38	5	45
Ex-companheiro/a	23	5	11	2	3	---	2
Ex-cônjuge	58	4	25	10	8	2	9
Ex-Namorado/a	23	3	8	2	2	---	8
Filho/a ⁵	21	4	---	5	4	2	6
Mãe ⁶	21	4	10	3	4	---	---
Pai ⁷	13	---	4	8	1	---	---
Outra ⁸	5	1	6	7	---	---	2

Fonte: GNR e PSP / 2014

Debruçando-se sobre a situação perante o trabalho das vítimas de violência doméstica regista-se que a maior representatividade situa-se nas que se encontram ativos/empregados ou desempregados. Importa ainda ter em consideração que as situações de vítimas reformadas/aposentados ocupam a terceira categoria com o valor mais elevado, podendo ser indicativo de situações de violência contra idosos.

Também a este nível, os agentes sublinharam como aposta estratégica, a construção de percursos socioprofissionais de integração através da criação de instrumentos à medida. Sublinhou-se a importância na mobilização das medidas de apoio ao emprego disponíveis no IEFP, I.P e a existência de um interlocutor específico neste organismo para o atendimento a casos de vítimas de violência doméstica.

⁵ Vítima é filho/a do/a denunciado/a

⁶ Vítima é mãe do/a denunciado/a

⁷ Vítima é pai do/a denunciado/a

⁸ Incluem-se nesta categoria as tipologias de agressor menos representativas (tio/a, sogro/a; namorado/a; imã/ão; enteado/a).

Quadro 14 - Número de vítimas de violência doméstica registados pela GNR por situação perante o trabalho

Situação perante o Trabalho	Território						
	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde
Ativo/Empregado	190	18	81	31	26	6	28
Desempregado/a	110	8	31	28	22	1	20
Doméstico/a	26	3	4	10	4	---	5
Estudante	16	2	2	6	1	1	4
Reformado/a, Aposentado/a	63	7	20	11	12	1	12
Outra	19	4	4	5	2	1	3
Desconhecida	29	5	3	6	4	---	11

Fonte: GNR / 2014

Um dos aspetos também sublinhado pelos agentes que intervêm neste domínio passa pela preocupação com a exposição de muitas crianças e jovens a situações de vitimização, o que pode gerar ou ser potenciador de ciclos geracionais de comportamentos agressivos. Na ótica dos agentes tem de existir uma forte aposta ao nível da prevenção secundária através do desenvolvimento de programas de capacitação e serviços especializados de intervenção psicoeducativa junto deste público-alvo. Esta dimensão vai ao encontro da primeira área estratégica do V PNPCVDG, que destaca a atuação pela prevenção como veículo de combate ao fenómeno da violência.

Analisando o número de vítimas de violência doméstica dos casos registados pela GNR por número de filhos a cargo, denota-se que existem maioritariamente 1 a 2 filhos por situação de violência doméstica reportada a este organismo de segurança.

Quadro 15 - Número de vítimas de violência doméstica dos casos registados pela GNR por nº de filhos

Território	1Filho	2Filhos	3Filhos	4Filhos	5Filhos	6 ou + Filhos
Cávado	46	50	5	1	1	1
Amares	3	4	---	---	1	---
Barcelos	19	9	---	1	---	---
Braga	13	6	4	---	---	1
Esposende	6	11	1	---	---	---
Terras de Bouro	---	1	---	---	---	---

Vila Verde	5	---	---	---	---	---
------------	---	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: GNR / 2014

O processo de intervenção e a complexidade associada ao fenómeno da violência doméstica aporta para os profissionais a necessidade de uma constante atualização e aquisição de conhecimentos e competências técnicas específicas, tal como explanado na quarta área estratégica do V PNPCVDG. Esta dimensão de capacitação dos profissionais que intervêm ao nível do atendimento de 1ª linha (na avaliação, no encaminhamento e na intervenção) assume-se estratégica na ótica dos agentes, designadamente na construção e definição de um circuito harmonizado de procedimentos e comunicação entre as equipas locais.

Numa abordagem mais colaborativa e de fortalecimento dos níveis de intervenção dos agentes locais neste domínio, foi identificada a necessidade de se mobilizar e envolver por um lado, o sistema judicial (literacia jurídica) no decurso do processo de intervenção, e por outro lado, o setor da saúde no reforço de tratamento e suporte para o atendimento na sintomatologia da vitimização. Este facto requer um forte envolvimento da tutela judicial e de saúde (pacto intersectorial) para a negociação e uniformização de procedimentos à medida para as situações de violência doméstica.

A constituição de uma plataforma colaborativa à escala supraconcelhia pode potenciar o reforço da intervenção em rede das equipas locais e o desenvolvimento de situações de ensaio e experimentação de novas técnicas / abordagens de intervenção em profunda articulação com investigadores (reforço da validação científica das intervenções). O foco no trabalho em rede entre as várias instituições que atuam nas diferentes dimensões da violência doméstica, é também referenciado na segunda área estratégica do V PNPCVDG, face à complexidade e tipologias de respostas que as situações requerem (aconselhamento jurídico, apoio psicológico, apoio social e económico, alojamento, formação e apoio na procura de emprego).

2.1.4. Eixo Prioritário de Intervenção 4 – Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades

O processo de envelhecimento da população é cada vez mais uma questão demográfica estrutural e um processo contínuo, caracterizado por alterações morfológicas, funcionais, psicológicas e sociais que vão acontecendo ao longo do ciclo de vida, pelo que importa que se repensem as estratégias de intervenção consoante o público-alvo com que nos deparamos.

As questões da autonomia VS dependência encontram-se muitas vezes associadas à temática do envelhecimento, da deficiência e de situações com patologias mentais / demências, quer pela existência de obstáculos físicos ou cognitivos para o exercício pleno da cidadania quer pela perda progressiva de capacidades cognitivas e motoras. É neste âmbito, que se assumiu como dimensão estratégica à escala supraconcelhia, o envelhecimento ativo, a deficiência e as incapacidades, nomeadamente a saúde mental.

Sublinharam-se como preocupações fundamentais a necessidade de fortalecer a rede territorial de serviços especializados ao nível do apoio em proximidade a situações de saúde mental, bem como o investimento em projetos de intervenção que desencadeiem processos de autonomização na comunidade com o acompanhamento e apoio especializado para a reinserção na vida quotidiana (fóruns, formação profissional, reabilitação em contexto).

O posicionamento da população idosa quanto ao retardamento de processos de institucionalização, à ocupação do tempo livre e a forma de encarar a fase de reforma ou pré-reforma vai evoluindo consoante as “mentalidades”, riscos e oportunidades que experimentaram ao longo da vida e o próprio ciclo geracional futuro. Esta realidade pressupõe que se aposte estrategicamente na estimulação de processos de envelhecimento cada vez mais ativos enquanto veículo de promoção da qualidade de vida e de contínua participação ativa na vida em sociedade.

A promoção do **envelhecimento ativo** foi considerado, durante o processo de planeamento estratégico, à escala concelhia e supraconcelhia, uma temática de cariz estratégico e que pode gerar oportunidades de modernização e qualificação dos serviços e respostas existentes ao nível da sub-região do Cávado.

Pese embora a sub-região do Cávado registe ao nível do índice de envelhecimento valores bastante inferiores comparativamente à escala regional e nacional, a tendência de aumento deste indicador é visível ao longo dos últimos períodos censitários, evidenciando-se uma relevância social muito significativa pela complexidade da problemática no território.

São também visíveis as assimetrias existentes entre os valores registados nos concelhos da NUT III Cávado, existindo uma agudização da problemática nos concelhos mais rurais (Amares, Terras de Bouro e Vila Verde) que registam níveis de envelhecimento muito próximos e por vezes muito superiores às escalas territoriais apresentadas (cf. Quadro 16). Importa ainda, denotar em alinhamento com a EIDT Cávado 2014-2020, que o aumento do índice de envelhecimento começa a ser também visível em algumas freguesias dos concelhos urbanos (Braga e Barcelos).

Quadro 16 - Índice de Envelhecimento

Território	Índice de Envelhecimento (Nº)			
	1991	2001	2011	2014
Portugal	72,1	102,6	127,6	141,3
Norte	54,7	80,7	114,1	132,2
Cávado	41,7	61,2	87	103
Amares	52,7	76,7	98,5	118,5
Barcelos	36,3	54,3	85,7	104,9
Braga	38,8	57,8	79,5	94,1
Esposende	41,7	60,3	85,3	99,5
Terras de Bouro	77,5	132,4	190,4	220,1
Vila Verde	53,4	75,7	103,2	116,4

Fonte: INE / 2015

Em detrimento do aumento da população idosa na sub-região do Cávado, regista-se uma diminuição de 1,1% do número de indivíduos em idade ativa por idoso e de forma ainda mais acentuada de aproximadamente 97% da renovação da população em idade ativa.

Quadro 17 - Índice de Sustentabilidade Potencial e Renovação da População Ativa

Território	Índice de Sustentabilidade Potencial		Renovação da população em idade ativa	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	4,1	3,5	143	94,34
Norte	4,9	4	165,9	98,26
Cávado	5,9	4,8	214,1	117,33
Amares	4,6	4,1	192,3	117,13
Barcelos	6,4	5,1	231,9	115,19
Braga	6,5	5,4	221,3	119,21
Esposende	5,7	4,7	211,2	113,24
Terras de Bouro	2,9	2,6	125,6	88,67
Vila Verde	4,4	3,8	180,1	123,97

Fonte: INE / 2015

Ao nível das medidas de política social denotamos que existiam em 2014, 105.823 pensionistas no Cávado, maioritariamente do regime de segurança social do que da Caixa Geral de

Aposentações (CGA), e uma média de pensionistas por 1000 hab. bastante inferior face à realidade nacional e regional, com 289,42%. Comparativamente com os indicadores anteriores, a expressividade destes indicadores nos concelhos da NUT III Cávado, é no primeiro mais prevacente nos concelhos urbanos (Barcelos e Braga) e o segundo nos concelhos rurais (Amares, Terras de Bouro e Vila Verde).

Por seu turno, o valor médio anual das pensões no Cávado é inferior à média nacional e regional, registando um valor mensal de 358,16€ face aos 416,5€ e 389,5€ respetivamente. Sublinham-se novamente as assimetrias internas, em que o valor médio anual nos concelhos urbanos é muito próximo ou superior ao da sub-região, mas os restantes concelhos apresentam valores inferiores, conforme se apresenta no Quadro 18.

Tendo presente o contexto de crise económico-financeira e o programa de ajustamento implementado nos últimos anos em Portugal, importa ter presente que este valor médio das pensões é, em muitos casos, a única fonte de rendimento existente neste segmento populacional, o que requer um acompanhamento e apoio acrescido à população idosa. Esta preocupação com a privação material e a maior exposição ao risco de pobreza na população idosa é sublinhada numa das iniciativas emblemáticas da Europa 2020, designadamente a “Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social”, que aponta a longo prazo para uma agudização desta situação.

Quadro 18 - Número de Pensionistas e Valor médio das Pensões

Território	Pensionistas (Nº)			Pensionistas por 1000Hab. (%)	Valor médio das Pensões (€)
	Seg. Social	CGA	Total		
Portugal	2.943.645	591.777	3.535.422	340,43	4.998
Norte	951.831	139.753	1.091.584	326,66	4.674
Cávado	91.578	14.245	105.823	289,42	4.298
Amares	4.480	460	4.940	308,07	3.776
Barcelos	28.041	2.504	30.545	302,5	4.248
Braga	36.861	8.970	45.831	266,35	4.682
Esposende	7.301	921	8.222	279,85	3.974
Terras de Bouro	2.609	387	2.996	438,94	3.810
Vila Verde	12.286	1.003	13.289	321,84	3.700

Fonte: PORDATA / 2014

Outra das medidas de política social implementada para reforçar o poder de compra da população idosa e minimizar as dificuldades financeiras de idosos com baixas pensões, foi o Complemento Solidário para Idosos (CSI). Regista-se no Cávado a existência de 8.305 beneficiários (5.553 do sexo feminino e 2.752 do sexo masculino), segundo os dados fornecidos pelo ISS, I.P – Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE).

Quadro 19 - Número de Beneficiários de CSI e Valor Médio da Prestação por Beneficiário

Território	Beneficiários com processamento CSI (Nº)			Valor médio mensal da prestação CSI por beneficiário		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Cávado	5.553	2.752	8.305	---	---	---
Amares	286	149	435	82	77,1	58
Barcelos	1.860	944	2.804	78,9	73,5	66,2
Braga	1.790	883	2.673	76,4	67,1	67,7
Esposende	526	213	739	88,7	90,7	58,5
Terras de Bouro	172	127	299	83,9	75,7	57,4
Vila Verde	919	436	1.355	80,6	84,6	68,5

Fonte: ISS, IP - GPE / 2015

De acordo com o enunciado, a promoção do envelhecimento ativo foi uma das linhas de intervenção que emergiu como estratégica, pelo reconhecimento da necessidade de criar condições sustentáveis para a participação ativa da população idosa na comunidade onde se inserem e na própria definição de estratégias de intervenção que reforcem a proximidade deste segmento da população do contexto social e comunitário onde se inserem.

Assume-se como estratégico a promoção da qualidade de vida e o (re)posicionamento social deste segmento populacional, a partir da construção e dinamização de espaços que possibilitem a auscultação das expetativas e vontades reais deste público-alvo, enquanto atores sociais participativos, na definição de serviços de proximidade e respostas adequadas às necessidades territoriais e de programas educativos, culturais e de ocupação dos tempos livres. O investimento em ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável é reconhecido pelos agentes como uma forma de prevenção e retardamento de debilidades e doenças crónicas associadas a este período da vida humana, bem como de promoção de melhores níveis de bem-estar e da capacidade funcional, por via da prática de qualquer atividade e não apenas do exercício físico.

Outras das dimensões estratégicas identificadas, como consequência do processo de envelhecimento, passa pela diminuição gradual da capacidade funcional, a perda progressiva de autonomia (restrição/perda ou dificuldade/incapacidade das condições motoras e cognitivas) no desempenho de tarefas diárias, a ausência e o aparecimento de casos demenciais a partir de determinada idade. Esta realidade pressupõe o desenvolvimento da intervenção social cada vez mais articulada e integrada possível com o setor da saúde, por via do planeamento e implementação de programas direcionados para o apoio e acompanhamento especializado na prevenção/minimização dos fatores de risco relacionados com a perda de autonomia e no investimento de ações de reabilitação.

O processo de dependência gera necessidades de apoio nas atividades de vida diária, muitas vezes surtidas pela rede familiar ou pelo recurso a serviços especializados de reabilitação, cuidados continuados e apoio social. A coexistência destas duas tipologias de rede de suporte requer um investimento estratégico no fortalecimento do compromisso e atuação em parceria/complementaridade entre o setor da saúde e proteção social, reforçando-se a rede de cuidados primários e na agilização do processo de sinalização, apoio e acompanhamento especializado destas situações.

A maximização de recursos e metodologias de promoção da reabilitação profissional e residencial entre os serviços de saúde mental e outros setores de intervenção, numa lógica de articulação intersectorial, são aspetos sublinhados no Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016.

A temática da **deficiência e incapacidades de foro cognitivo, motoras e psicológicas** adquire também uma dimensão estratégica, à escala concelhia e supraconcelhia, subjacente às linhas de intervenção da Estratégia Europeia para a Deficiência 2020 e o Plano Nacional de Saúde 2020. Focaliza-se por um lado, a promoção da capacitação das pessoas com deficiência e a criação de condições/oportunidades para que possam usufruir e beneficiar dos seus direitos e participação na sociedade, e por outro lado, na equidade e acesso adequado aos cuidados de saúde de acordo com as necessidades territoriais e na promoção de práticas de prevenção das doenças crónicas, reabilitação e/ou integração de pessoas com limitações funcionais.

Subjacente à alteração de terminologia relativa à temática da deficiência, entre os dois últimos períodos censitários, para a designação de pessoas com dificuldades, revela-se uma “inquietação” quanto à explicitação de alguns indicadores estatísticos mais recentes. Torna-se difícil “apurar” o universo real das pessoas com deficiência, na medida em que a nova terminologia adotada não permite distinguir com rigor as pessoas com deficiência e/ou incapacidades (visão, audição, mobilidade ou outra) adquiridas ou devido à idade.

Ainda assim, e recorrendo aos dados estatísticos de 2001, registava-se na sub-região do Cávado uma taxa de deficiência equitativa com a média regional e inferior à média nacional. Comparativamente com estas escalas territoriais, destacam-se os valores muito próximos (Amares e Barcelos) e em alguns casos superiores de alguns concelhos da NUT III Cávado (Esposende e Braga). A não existência de dados posteriores a 2001 demonstra a clara necessidade de elaboração de um diagnóstico de proximidade atualizado nesta área.

Quadro 20 - Taxa de Deficiência

Taxa de deficiência da População Residente (2001)	
Portugal	6,1
Norte	5,9
Cávado	5,9
Amares	5,8
Barcelos	5,7
Braga	6,3
Esposende	6,5
Terras de Bouro	5
Vila Verde	5,1

Fonte: INE / 2001

No último período censitário, a sub-região do Cávado apresentava um total de 61.416 pessoas com dificuldades, maioritariamente do sexo feminino (60%) que do masculino (40%) e com 1 ou 2 dificuldades, conforme podemos visualizar no quadro seguinte.

Quadro 21 - Número de Pessoas com Dificuldades

	Pessoas com dificuldades (Nº)						
	Total	1 dificult.	2 dificult.	3 dificult.	4 dificult.	5 dificult.	6 dificult.
Portugal	1.792.719	821.298	407.277	224.595	149.048	88.291	102.210
Norte	606.285	276.936	137.978	75.799	50.307	29.385	35.880
Cávado	61.416	28.790	13.890	7.441	5.002	2.862	3.431
Amares	2.735	1.241	610	313	220	122	229
Barcelos	19.372	8.920	4.610	2.384	1.562	889	1.007
Braga	23.904	11.696	5.156	2.794	1.900	1.107	1.251

Esposende	5.199	2.449	1.182	633	394	240	301
Terras de Bouro	1.596	669	344	247	162	78	96
Vila Verde	8.610	3.815	1.988	1.070	764	426	547

Fonte: INE / 2011

A construção de um diagnóstico estratégico nestas temáticas requer algum trabalho de proximidade territorial, para evidenciar o real universo de pessoas com deficiência ou incapacidades na sub-região do Cávado, sendo uma das necessidades e apostas estratégicas sublinhadas pelos agentes locais que intervêm no domínio da deficiência e incapacidades.

Foi sublinhada a necessidade estratégica de se apostar na criação de condições e oportunidades de aproximação destes públicos-alvo dos contextos formativos, laborais e sociais para a geração de uma “real” igualdade de oportunidades, plena participação e processo de autonomização pessoal e social.

Uma linha estratégica passa por promover o fortalecimento das respostas de reabilitação e formação profissional existentes no território, com o objetivo de proporcionar no território onde se inserem condições para que haja o acesso a processos de ensino e aprendizagem, por vezes profissionalizantes na aquisição de competências em contexto real de trabalho e na facilitação da futura inserção no mercado de trabalho.

Outra linha estratégica assinalada passa pelo investimento em processos de intervenção e inclusão social com recurso a práticas artísticas, que se pode revelar agregador e potenciador da melhoria dos níveis de bem-estar físico e psicológico destes segmentos da população. Por seu turno, proporciona a aquisição de competências e aprendizagens e fomenta a melhoria de autoconfiança e autoestima.

Existe também a necessidade de investimento ao nível das respostas sociais e serviços de acompanhamento dos percursos de vida dos jovens com deficiência com 18 e mais anos, que não têm enquadramento nas respostas tipificadas de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Lar residencial. Por outro lado, foi assinalada a preocupação com as situações de deficiência adquirida que não possuem atualmente resposta de reabilitação e reconversão profissional no território do Cávado.

2.1.5. Eixo Prioritário de Intervenção 5 – Capacitação para a Ação

A capacitação institucional/organizacional e dos destinatários da intervenção social, é um processo de sistematização das práticas técnicas e sociais e de disponibilização de recursos técnico instrumentais que sirvam de referencial aos atores sócio institucionais para a ação.

O processo de acesso e aquisição desses referenciais não é de natureza formativa mas sim da prática apoiada e qualificada. A capacitação para a ação dos agentes territoriais dos concelhos do Cávado deverá traduzir-se em protocolos de ação técnica e referenciais de ação que sejam partilhados e instituídos no território.

O processo de capacitação está diretamente associado aos projetos previstos e em curso na região que deverão deixar, no seu âmbito de ação, procedimentos definidos e instituídos. A produção de conhecimento intrínseca aos projetos é de fácil incorporação no seu território de intervenção.

O contexto atual em que as necessidades sociais são cada vez mais complexas exige organizações com capacidade técnica e competências avançadas que permitam formatar novas respostas para novos problemas e necessidades. A dimensão da capacitação na relação com a inovação e as novas necessidades sociais deverão traduzir-se em práticas inovadoras face às problemáticas existentes de acordo com a sua crescente complexidade e inovadoras face às novas problemáticas que são cada vez mais prementes.

A complexidade requer especialização e as organizações da área social do Cávado são confrontadas com crescentes exigências de qualidade, especialização e orientação para resultados a que só poderão responder com a profissionalização da gestão e com a valorização interna da capacidade técnica dos seus quadros e colaboradores.

A capacitação institucional/organizacional passa também pela requalificação interna das práticas de gestão estratégica e operacional através da atualização do seu know-how e aquisição de “massa crítica” dos colaboradores especializados, aspetos sublinhados pelos agentes territoriais nos espaços participativos dinamizados.

As áreas prioritárias de capacitação para a qualificação das instituições e das respostas sociais por elas prestadas e identificadas pelos agentes são as seguintes:

- Qualificação da gestão estratégica e operacional das instituições (processos de formação-ação in loco);
- Qualificação dos processos internos de comunicação, decisão e valorização dos colaboradores;

- Aquisição de competências para intervir nas novas problemáticas sociais: demências e doenças neuro degenerativas; intervenção em famílias multiproblemáticas; abordagens psicoeducativas e psicoterapêuticas na doença mental (crianças, jovens e adultos); promoção da empregabilidade e empreendedorismo na economia social; metodologias de planeamento de projeto e elaboração de candidaturas; intervenção com vítimas e agressores; e intervenção na multideficiência.

2.1.6. Eixo Prioritário de Intervenção 6 – Requalificação e Reorientação das respostas sociais

A requalificação e reorientação das respostas sociais é uma oportunidade de excelência para os concelhos do Cávado se dotarem de uma rede de equipamentos e respostas sociais de nova geração e mais capazes de responder às alterações verificadas no conjunto da sociedade.

Nos últimos anos emergiram novos grupos com necessidades de resposta social em moldes diferenciados da rede de respostas tal como está desenhada.

Para os séniores ativos e participativos não existem respostas sociais adequadas à sua capacidade de organização e dinamização da comunidade em que se enquadram.

Os idosos com dependências e reduzida mobilidade ou autonomia carecem cada vez mais de cuidados especializados e a rede existente nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) é excessivamente generalista não estando capacitada para responder às questões do envelhecimento avançado com problemáticas de saúde muito presentes.

As demências e doenças neuro degenerativas com um crescimento epidémico entre idosos e não só, requer igualmente cuidados muito especializados e também espaços organizados que não existem, de modo a que as rotinas de controlo e manutenção para estas pessoas se possam exercer.

Os idosos na chamada quarta idade, em que têm necessidades de cuidados de saúde mas relativa autonomia, estão nos Centros de Dia que congregam idosos muito dependentes e com demências e seniores ativos que procuram resposta para o seu isolamento, não sendo a resposta adequada para uns e outros.

O apoio domiciliário, resposta fundamental pela sua flexibilidade e relação custo benefício e por manter os idosos no seu espaço até à impossibilidade física, poderia ser potenciado se redefinido a partir de outras premissas de resposta: mais serviços, maior incorporação da saúde e maior possibilidade de atividades de socialização.

Também no domínio da saúde mental começam a emergir serviços de apoio ao domicílio especializados no território do Cávado, que na ótica dos agentes pode ser alvo de um processo de disseminação e partilha de boas-práticas. Ainda neste domínio de intervenção foi mencionada a necessidade de se apostar em respostas e serviços de reabilitação em profunda articulação com a saúde e em processos de autonomização na comunidade com o acompanhamento e apoio especializado para a reinserção na vida quotidiana (fóruns, formação profissional, reabilitação em contexto).

Os jovens com deficiência sem enquadramento nas respostas tipificadas de CAO e Lar Residencial, o combate à integração das pessoas com deficiência em respostas não adequadas (ex: Centros de Dia) e a criação de uma resposta na área da deficiência fora do tipificado, é outra das preocupações sublinhadas pelos agentes.

O mapeamento deverá ter em conta a oportunidade de abrir para outras tipologias incentivando a cobertura por outras tipologias a definir no Cávado.

O PDS Supraconcelhio propõe a estratégia de reconversão e reorientação das respostas sociais em função de tipologias pré definidas, na seguinte perspetiva:

- Especialização de pelo menos um equipamento para idosos em cada concelho, especializado na intervenção para as demências e doenças neuro degenerativas. O objetivo é que o Cávado seja a região pioneira na cobertura de respostas vocacionadas para esta problemática;
- Reconversão dos Centros de Dia em Centros comunitários para o envelhecimento ativo, também com o objetivo de cobrir o Cávado enquanto região pioneira neste tipo de respostas;
- Reconversão de alguns micro-equipamentos como espaços de apoio logístico ao Serviço de Apoio Domiciliário redefinido em moldes mais adequados às necessidades dos idosos;
- Reconversão e reorientação dos Centros de Dia para espaços de saúde comunitária e rede primária de cuidados, como recurso e suporte à rede regional de respostas e equipamentos de saúde, em projeto a protocolar com Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte e Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Cávado.

O mapeamento dos equipamentos sociais deverá orientar-se pelos seguintes princípios genéricos na sua implementação:

1. **Equidade territorial:** não criar desigualdade entre os municípios no acesso aos recursos, não criar assimetrias entre os municípios rurais e urbanos, não acentuar a

heterogeneidade entre o centro urbano e a periferia. Para tal deverão ser aplicados critérios de “discriminação positiva” nos concelhos sempre que estes critérios não se sobreponham ao da equidade.

- 2. Inovação:** o mapeamento deverá ser orientado para a resposta às novas necessidades sociais para as quais existe um défice acentuado de respostas no território.
- 3. Sustentabilidade:** as opções de requalificação e funcionalização deverão ter em conta critérios de racionalidade de gestão e de custo benefício na atribuição às funções pretendidas.
- 4. Coerência no planeamento:** alinhamento com os PDS’s concelhios e as necessidades e propostas aí efetuadas.
- 5. Categorização de necessidades e prioridades:** as propostas deverão fundamentar-se num conjunto de categorias previamente definidas de urgência, importância, rentabilidade e necessidade.
- 6. Resposta a lacunas e desequilíbrios na cobertura de tipologias nos diferentes concelhos:** colmatar lacunas ainda evidentes nalguns municípios de modo a gerar o máximo de homogeneidade.

Proposta de Metodologia de Mapeamento (passo a passo):

1. Definir tipologias prioritárias e a estratégia de requalificação;
2. Identificar edifícios e instalações suscetíveis de recuperação e requalificação física para instalação de respostas sociais;
3. Identificar respostas sociais possíveis de requalificar e reorientar para as novas tipologias;
4. Atualizar o inventário das respostas existentes e a cobertura do território;
5. Identificar por categorias de avaliação das prioridades de acordo com as tipologias e a estratégia definida para as intervenções possíveis;
6. Justificar e fundamentar as opções apresentadas (alinhamento com o Diagnóstico Social e PDS’s concelhios e supraconcelhio).

2.2. Estratégia Inclusiva para o PDS Supraconcelhio do Cávado

O PDS Supraconcelhio do Cávado é uma ferramenta de concretização da vertente inclusiva da EIDT Cávado 2014-2020. Os seus pressupostos são a especificação dos fatores críticos para o

desenvolvimento inclusivo identificados na Estratégia, criando uma lógica de intervenção promotora da coesão social e institucional do Cávado e dando-lhes expressão através da ação concertada no território.

A abordagem à dimensão inclusiva no PDS Supraconcelhio do Cávado é efetuada em **três vetores complementares**:

1. Identificação de pontos de referência de competitividade territorial, orientando e focalizando a intervenção em indicadores chave de coesão e desenvolvimento social que diferenciem o nível de coesão e bem-estar social do Cávado, definindo práticas e modelos de intervenção considerados de excelência e qualidade que possam ser marcadores da identidade institucional da região;
2. Materialização de uma lógica de concertação e negociação dos recursos na região que crie, no Cávado, a equidade no acesso a oportunidades de bem-estar e inclusão social e a coerência do território pela especialização e complementaridade funcional dos diferentes concelhos que o constituem;
3. Construção e uma identidade territorial partilhada no Cávado, assumida na sua dimensão social com políticas e estratégias próprias de inclusão social e uma coerência de intervenção institucional em rede colaborativa e cooperativa.

O processo de construção da intervenção em rede no Cávado, agrega as RS da NUT III Cávado, a CIM Cávado e a PSC do Cávado. O PDS Supraconcelhio pretende constituir-se um instrumento de ligação e interação entre estes níveis institucionais materializando a EIDT Cávado 2014-2020 com desafios concretos para o seu reconhecimento como território inclusivo.

2.2.1. Visão da EIDT Cávado e os Desafios Estratégicos

O PDS Supraconcelhio do Cávado assume em alinhamento a Visão Estratégica já definida para o Cávado na sua EIDT, enquanto instrumento coordenador na concretização das estratégias em diferentes domínios para o período compreendido entre 2014 e 2020:

“No horizonte 2020, o território do Cávado assume-se como um território pertinente de políticas públicas e de fonte de iniciativa empresarial e cívica”

De acordo com a EIDT Cávado 2014-2020 os desafios aí concretizados, em termos mais gerais foram transpostos para a dimensão inclusiva da estratégia e selecionados de acordo com a lógica de desenvolvimentos social inclusivo, orientador do PDS no desenvolvimento e transformação social do território.

A identificação dos desafios da EIDT, transpostos de forma orientadora para o PDS Supraconcelhio, pela sua dimensão inclusiva e capacidade de formulação dos desafios globais para o Cávado. Partindo deste referencial destacam-se os **desafios inclusivos da EIDT Cávado 2014-2020** considerados prioritários e orientadores do PDS Supraconcelhio:

- A **consolidação de redes interinstitucionais e plataformas de cidadania** é o modelo privilegiado de geração e monitorização das dinâmicas e dos projetos estruturantes para a região.
- A **riqueza e diversidade do movimento associativo** são assumidas como fator de preservação e valorização do capital social no território e principal antídoto contra os fenómenos de desagregação social suscitados pela crise económica;
- A empregabilidade é assumida como uma prioridade de **organização de redes e parcerias no território**.

Baseado nos desafios estratégicos da EIDT Cávado 2014-2020 e na perspetiva da sua focalização em intervenções “cirúrgicas” mas de grande potencial transformador, o PDS Supraconcelhio propõe os seguintes **desafios estratégicos** como referencial de impacto e inclusão social para a intervenção institucional partilhada no território:

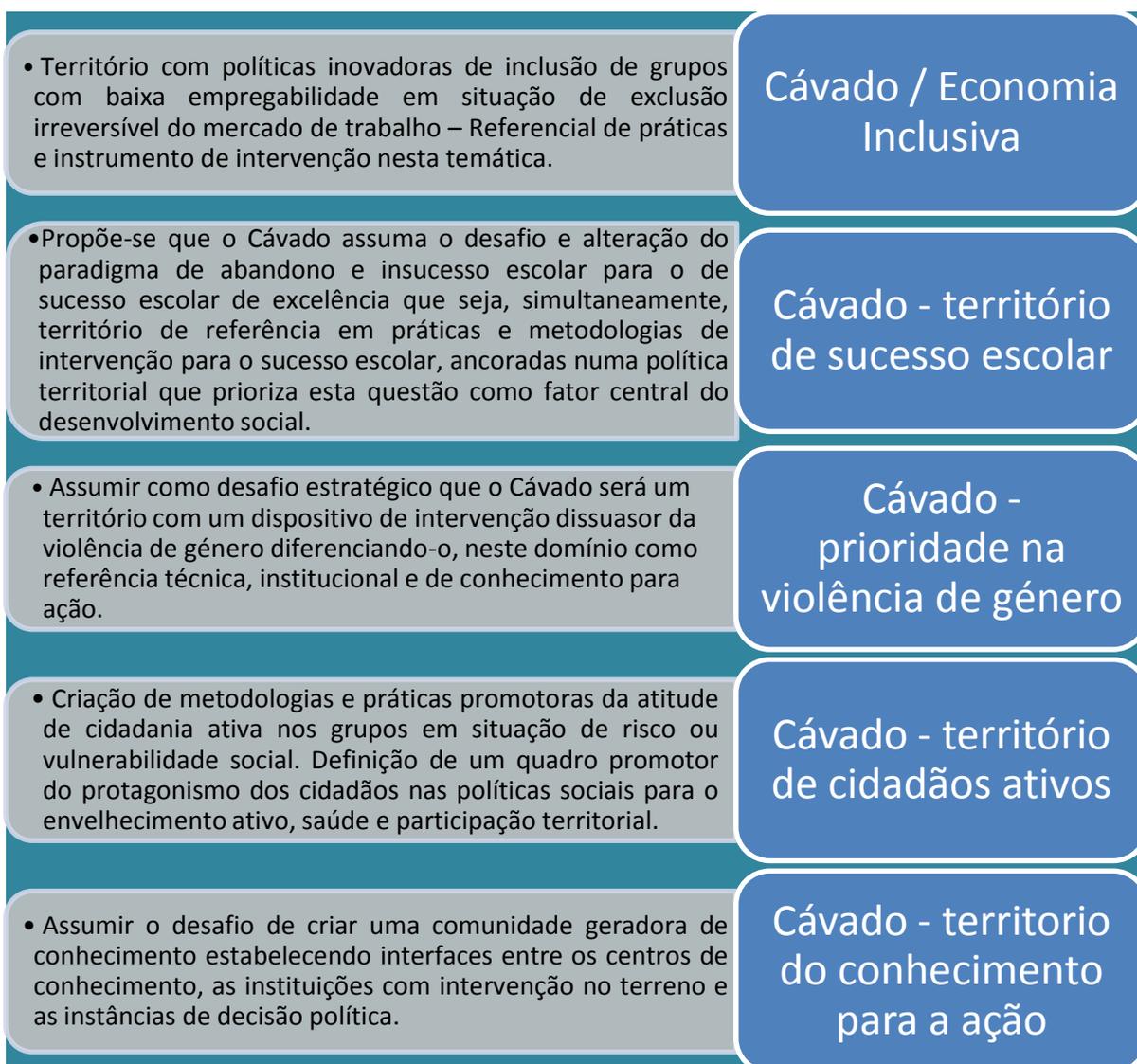


Figura 2 - Desafios Estratégicos

Quadro 22 - Eixos Prioritários de Intervenção, Domínios e Princípios Estratégicos

Eixo Prioritários de Intervenção	Domínios	Princípios Estratégicos
Economia Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de ferramentas específicas de inclusão na economia real de grupos com baixos níveis de empregabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta no capital tecno cultural das profissões tradicionais especializadas • Empreendedorismo e inovação tecnológica na resposta às necessidades sociais • Oportunidades diferenciadas para as pessoas com deficiência na (re)inserção no mercado de trabalho

<p>Sucesso Educativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias de inovação pedagógica • Reforço de recursos complementares nos pontos críticos do sucesso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura equitativa das respostas e serviços especializados • Produção de conhecimento para a inovação pedagógica em contexto de sala de aula e apoio ao estudo • Disponibilização de ferramentas e recursos especializados para a promoção do sucesso escolar
<p>Igualdade e Violência de Género</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Política proactiva de prevenção e mobilização da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos • Coerência institucional na resposta à violência de género • Orientação para a cidadania plena das vítimas • Intervenção especializada em nichos específicos da problemática • Suporte científico e de conhecimento avançado
<p>Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura da proatividade e cidadania no envelhecimento ativo • Inovação nas respostas às novas problemáticas do envelhecimento, deficiência e incapacidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos • Literacia para a saúde e bem estar-social • Prioridade às doenças neuro degenerativas e demências
<p>Capacitação para a Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de conhecimento para o setor da economia social 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação ação para a eficiência e eficácia das instituições da economia social

Capítulo III – Alinhamento Estratégico / Quadro de Medidas 2020

A crise do sistema financeiro e a acentuação de fenómenos recessivos na economia europeia, com repercussões na realidade de cada Estado-Membro, conduziu em alguns casos à adoção de programas de reajustamento, com a finalidade de obter a consolidação orçamental e a diminuição dos défices/dívidas públicas. Esta realidade abarcou uma desaceleração do crescimento económico, anulando anos de progresso económico e social, e a diminuição de níveis de emprego, o que impôs a necessidade de se desenvolverem estratégias de prevenção e combate aos elevados níveis de desemprego e a situações de maior risco de pobreza e exclusão social.

A Comissão Europeia assumiu neste contexto a *Estratégia Europa 2020* focalizada na promoção do robustecimento da economia europeia, na criação de níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social e territorial. Subscrive como prioridades estratégicas a promoção de um **crescimento inteligente** (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação), **sustentável** (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e **inclusivo** (fomentar uma economia com níveis de emprego que assegure a coesão social e territorial).

O alcance da coesão social e territorial por via destas prioridades de crescimento será materializado pelo alcance dos cinco objetivos e respetivas metas fixadas ao nível da Comissão Europeia em termos de investigação e inovação, alterações climáticas e energia, emprego, educação e redução da pobreza até 2020. Para o efeito, a preparação do quadro comunitário Portugal 2020 (Acordo de Parceria), desenhado à luz da abordagem temática da Estratégia Europa 2020, traduz-se num conjunto de domínios e objetivos temáticos (competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos) e na projeção de trajetórias nacionais que contribuirão para o alcance das metas europeias até 2020.

A Comissão Europeia apresenta ainda um conjunto de iniciativas emblemáticas que visam estimular o progresso de cada prioridade de crescimento e objetivos temáticos. Para o domínio inclusivo criou a **“Agenda para novas qualificações e novos empregos”** (aquisição de novas qualificações para a

adaptação às novas condições do mercado de trabalho, reduzir o desemprego e aumentar a produtividade do trabalho) e a **“Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social”** (inclusão ativa das pessoas mais afastadas no mercado de trabalho, aquisição de um nível suficiente de competências e qualificações políticas de igualdade entre homens e mulheres para dar resposta às disparidades de rendimento, trabalho em parceria e aproveitamento das potencialidades da economia social).

A resposta às complexas questões sociais em consequência da crise económico-financeira com que o país no seu todo enfrenta e que a sub-região do Cávado e respetivos concelhos acompanham, nomeadamente com os níveis de desemprego registados (desemprego de longa duração e jovem qualificado), a precarização das condições do mercado de trabalho e o aumento de situações de risco de pobreza e exclusão social, desafia os agentes que intervêm no território a uma fase de planeamento da intervenção territorial, capaz de alinhar estrategicamente com a Estratégia Europa 2020 e tirar partido das oportunidades de financiamento que o Portugal 2020 apresenta nas diferentes escalas territoriais⁹.

A **promoção do crescimento inclusivo** no território da sub-região do Cávado deve ter em conta estas preocupações e constrangimentos que se colocam às intervenções no domínio da inclusão social e do emprego, e simultaneamente o impacto de desafios a longo prazo advindos do progressivo envelhecimento da população, aquisição de competências ao longo da vida face ao prolongamento da vida ativa e as dificuldades de integração socioprofissional de determinados grupos (ex: pessoas com deficiência ou incapacidades).

O entendimento do desenvolvimento social como um processo organizado e sistemático de inovação, reorientação e coordenação dos serviços prestados à comunidade com vista à criação de mecanismos de resposta à complexidade e multidireccionalidade das problemáticas sociais, apresenta-se como uma oportunidade para que a **PSC do Cávado** assuma um posicionamento que sustente a resposta aos desafios da Política de Coesão Territorial (governança multinível, inovação e experimentação social, integração territorial das políticas), a possibilidade de alargamento da área de influência da designada área

⁹ **Estrutura do Ciclo de Programação e Aplicação da Política de Coesão 2014-2020 a nível nacional e regional:** 4 POT (Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos); 5 POR (Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve) e 2 Programas Operacionais para as Regiões Autónomas; Programa de Desenvolvimento Rural – PDR 2020; Programa para o Mar e Pescas – Mar 2020.

social a outros sectores, nomeadamente o económico e o educativo, na liderança de propostas e modelos de intervenção capazes de estabelecer mecanismos de cooperação e estabelecer plataformas de convergência estratégica.

Desta forma, a construção do **PDS Supraconcelhio do Cávado** integra como preocupações centrais, o desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovam oportunidades de *inclusão ativa* (dificuldades no reingresso ao mercado de trabalho para grupos com baixos níveis de empregabilidade), aumento das *qualificações* (combate ao abandono/insucesso escolar, desenvolvimento e aquisição de competências ao longo da vida) e a *luta contra a pobreza e exclusão social* (taxas de desemprego registadas e diminuição do rendimento advindo do trabalho).

Estas preocupações no domínio inclusivo são norteadas e alinhadas com as metas europeias e nacionais fixadas para o domínio do emprego (75% da população entre os 20-64 anos deve estar empregada), educação (taxa de abandono escolar inferior a 10% e pelo menos 40% dos jovens com ensino superior) e pobreza e exclusão social (reduzir o número de pessoas que vive em risco de pobreza / exclusão social, reduzindo em 200 mil pessoas nessa situação face a 2008), bem como os Objetivos Temáticos (OT) no Portugal 2020 (OT8, OT9 e OT10) e Eixos Prioritários (EP) no POR Norte 2020 (EP6, EP7 e EP8) (cf. Quadro 23).

Quadro 23 - Alinhamento com a Estratégia Europa 2020, Portugal 2020, Norte 2020 e PDCT Cávado 2020

Crescimento Inclusivo	Europa 2020		Portugal 2020	Norte 2020	EIDT e PDCT Cávado 2020
	Metas	Iniciativas Emblemáticas	(Objetivos Temáticos)	(Eixos Prioritários)	(Prioridades Estratégicas)
	Assegurar o emprego de <u>75% da população entre os 20 e os 64 anos</u>	“ Agenda para novas qualificações e novos empregos ” (emprego e qualificação)	OT8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do Emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	EP6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	PE.2 Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego
Reduzir a taxa de <u>abandono escolar para menos de 10%</u> e	OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional		EP8. Educação e Aprendizagem ao	PE.5 Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de	

	<p>assegurar que pelo menos <u>40%</u> da geração mais jovem dispõe de um diploma do ensino superior</p>		<p>para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p>Longo da Vida</p>	<p>promoção do desenvolvimento local</p>
	<p>Reduzir 20 milhões de pessoas em situação de risco de pobreza</p>	<p>“Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social” (inclusão social)</p>	<p>OT9. Promoção <u>da inclusão social e combate da pobreza</u> e discriminação</p>	<p>EP7. Inclusão Social e Pobreza</p>	<p>PE.3 Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado PE.5 Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local</p>

O Acordo de Parceria Portugal 2020 celebrado com a Comissão Europeia subscreve os princípios e orientações da Política de Coesão Social da União Europeia, designadamente o investimento na territorialização da políticas públicas, o fomento progressivo do trabalho em parceria (envolvimento dos diferentes atores e parceiros locais, regionais e nacionais) e a promoção da coesão económica, social e territorial nas diferentes escalas territoriais. Para tal, subscreve a montagem de um conjunto de instrumentos ao nível sub-regional, designadas por **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial**¹⁰ (AIDT), que implica as autoridades regionais, sub-regionais e locais.

¹⁰ **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial:** 1) Intervenção Territorial Integrada (lideradas pelas Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas); 2) Abordagem Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável (lideradas pelos Centros Urbanos de nível superior); 3) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (lideradas por Associações de Desenvolvimento Local de carácter privado).

A construção do PDS Supraconcelhio não poderia dissociar-se do cruzamento com as estratégias de planeamento do território sub-regional, designadamente a EIDT e o PDCT do Cávado 2014-2020, que inclui cinco Prioridades Estratégicas (PE), das quais três são direcionadas para as questões do emprego, educação e inclusão social, como é visível no quadro 23. Importa ainda vislumbrar o alinhamento estratégico com outra das AIDT que abrange uma parte do território rural do Cávado, designadamente a estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) “Cávado Com...Vida”, e que fixa o Objetivo Estratégico 4 – Dinamizar o Tecido Económico, diretamente relacionado com as questões do emprego e microempreendedorismo.

O Ciclo de Programação da Política de Coesão 2014-2020 apresenta também ao nível temático dois Programas Operacionais centrados nas questões da inclusão social e emprego e capital humano, canalizando algumas das prioridades de investimento subscritas nos OT8, 9 e 10 do Portugal 2020. Atente-se aos eixos prioritários definidos nos respetivos programas e que poderão dar enquadramento a futuras candidaturas.

Quadro 24 - Programa Operacionais Temáticos

Programas Operacionais Temáticos	
Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (POISE)	Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego
	Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem
	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
Programa Operacional Temático Capital Humano (PO CH)	Eixo 1 – Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
	Eixo 3 – Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
	Eixo 4 – Qualidade e inovação do sistema de educação e formação

Numa lógica de não restrição das articulações do PDS Supraconcelhio do Cávado com os instrumentos de desenvolvimento social inscritos no Portugal 2020, importa também ter presente as orientações estratégicas para as problemáticas do emprego e combate à pobreza e exclusão social explanadas nos programas à escala da Europa 2020.

O **Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI)** é um dos instrumentos de financiamento a nível europeu que congrega três eixos direcionados para o domínio inclusivo, nomeadamente: Progress – Programa para o Emprego e Inovação Social (promoção de reformas políticas ao nível das estratégias de emprego e sociais); EURES – Serviços Europeus de Emprego (Rede Europeia de Mobilidade Profissional – informação, orientação e serviços de recrutamento/colocação a empregadores ou candidatos a emprego na União Europeia); e, Microfinanciamento e Empreendedorismo Social (MF/ES) (apoiar o desenvolvimento de empresas sociais e aumentar o acesso e a disponibilidade de microcrédito a grupos vulneráveis que pretendam criar o seu negócio).

Outro dos instrumentos de financiamento a nível europeu que pode servir de recurso no domínio inclusivo é o **Programa Horizonte 2020** que está especificamente orientado para o apoio à investigação, através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração. O terceiro pilar do programa “Desafios Societais” desenha como prioridade de investimento a promoção de sociedade inclusivas, inovadoras e reflexivas, aportando para o PDS Supraconcelhio do Cávado a possibilidade de desenvolver um trabalho em rede ao nível de projetos de investigação e inovação com parceiros europeus, partilha de experiências e conhecimento de boas-práticas.

Subjacente ao referencial estratégico europeu, nacional, regional e sub-regional apresentado, procede-se no quadro seguinte ao exercício de sistematização do cruzamento e alinhamento estratégico dos eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio com os OT do Portugal 2020; os EP do POISE, POCH e POR Norte 2020; e as PE da EIDT e PDCT Cávado 2014-2020.

Quadro 25 - Alinhamento Estratégico

PDS Supraconcelhio Eixos Prioritários	Programa EaSI	Programa Horizonte 2020	Portugal 2020	POISE	POCH	POR Norte 2020	PDCT Cávado 2020	DLBC Rural “Cávado Com...Vida”
Economia Inclusiva	Progress / EURES / MF/ES	----	OT8 / OT9	EP 1	----	EP 6	PE.2	OE4
Sucesso Educativo	----	----	OT10	----	EP3 / EP4	EP8	PE.2	----
Igualdade e Violência de Género	----	----	OT9	EP3	----	----	PE.3	----
Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades	----	----	OT9	EP3	----	----	PE.3	----
Capacitação para a Ação	----	Pilar 3	OT9 / OT11	EP3	----	EP9	PE.5	----
Requalificação e Reorientação das respostas sociais	MF/ES	----	OT9	----	----	EP7	PE.3	OE4

Face ao pressuposto, torna-se possível analisar possíveis contributos que as intervenções, a desenvolver no seio de cada eixo prioritário, podem dar para a territorialização das políticas públicas e para o combate/minimização dos problemas presentes no território:

- ✓ **Economia Inclusiva:** assumem-se como linhas estratégicas, a valorização das competências e conhecimentos tradicionais para processos de inovação e criação do próprio emprego em grupos com baixos níveis de empregabilidade e com dificuldade na (re)inserção no mercado de trabalho, bem como a partilha de conhecimento e experiências desenvolvidas no territórios concelhios pelos agentes territoriais. Fundamentam-se estas opções nos diferentes eixos do Programa EaSI, OT8 e 9 do Portugal 2020, EP1 do POISE, EP6 do Norte 2020, PE2 do PCDT Cávado 2020 e OE4 da DLBC Rural.

- ✓ **Sucesso educativo:** o combate ao abandono e insucesso escolar, a promoção da qualidade do sucesso escolar e a interação pedagógica poderão assentar em estratégias de intervenção focadas no reforço das competências endógenas e da resolução de dificuldades de aprendizagem (apoio técnico pedagógico diferenciado) para os grupos prioritários, na diferenciação das abordagens pedagógicas no espaço educativo e na integração de metodologias e boas práticas promotoras do sucesso escolar. O investimento na definição e implementação de ações inovadoras e experimentais (dinâmicas artísticas e motivacionais) devem ter como foco os grupos considerados prioritários pelos níveis de insucesso associados a problemáticas sociais e a articulação e complementaridade entre a comunidade educativa e os agentes territoriais. Estas linhas estratégicas encontram alinhamento com o OT10 do Portugal 2020, EP3 e 4 do POCH, EP8 do Norte 2020 e PE2 do PCDT Cávado 2020.
- ✓ **Igualdade e Violência de Género:** a construção partilhada e negociada com os agentes territoriais de um roteiro de intervenção assente em metodologias harmonizadas de apoio, atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência doméstica, é apontado como uma estratégia de reforço das competências dos profissionais e na organização/fortalecimento da intervenção territorial neste domínio, à escala supraconcelhia. Alinha-se este domínio estratégico com o OT9 do Portugal 2020, EP3 do POISE e PE3 do PCDT Cávado 2020.
- ✓ **Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades:** a promoção de uma cidadania ativa, estilos de vida ativos e saudáveis pode ser potenciado pela construção de um programa de ação (atividades socioeducativas e práticas artísticas) que tenha como finalidade a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e a manutenção dos indivíduos na sua comunidade através do envolvimento do grupo alvo na definição participada das atividades a implementar, o reforço dos cuidados especializados e o combate aos níveis de iliteracia em saúde. Por seu turno, o nível de autonomia e dependência cada vez mais presente nos debates atuais, impõe uma atenção acrescida para a profunda articulação/concertação entres os serviços sociais e de saúde, e a reflexão sobre a adaptabilidade dos serviços/cuidados às necessidades da comunidade. Aportam-se estas possibilidades estratégicas ao OT9 do Portugal 2020, EP3 do POISE e PE3 do PCDT Cávado 2020.
- ✓ **Capacitação para a ação:** a promoção do desenvolvimento territorial passa pelo investimento na organização da ação coletiva (reforço das parcerias institucionais e intersectoriais) e na capacitação dos agentes territoriais assente na aquisição de conhecimentos e competências técnico-metodológicas imprescindíveis para o desenvolvimento de intervenções que visem a obtenção de resultados e impactos na realidade. O processo de

capacitação deve ainda assentar nos princípios de inovação, experimentação, conhecimento e partilha de boas práticas interconcelhias, nacionais e internacionais. Fundamentam-se estas dimensões estratégicas no Pilar III do Programa Horizonte 2020, OT9 e OT11 do Portugal 2020, EP3 do POISE, EP9 do Norte 2020 e PE5 do PCDT Cávado 2020;

- ✓ **Requalificação e reorientação das respostas sociais:** a aposta em processos de reconfiguração das respostas sociais em áreas prioritárias (identificação sujeita a exercício de mapeamento) deve assentar em novos formatos e modelos técnicos de intervenção com maior especialização e maior integração institucional, designadamente pelo fortalecimento da articulação com os serviços de saúde. Alinha-se esta temática no eixo de Microfinanciamento e Empreendedorismo Social do Programa EaSI, OT9 do Portugal 2020, EP7 do Norte 2020, PE3 do PCDT Cávado 2020 e OE4 da DLBC Rural.

Partindo da análise e cruzamento das principais orientações europeias, nacionais, regionais e sub-regionais, importa construir e sistematizar uma agenda de prioridades estratégicas e tipologias de ação por eixo prioritário de intervenção do PDS Supraconcelhio do Cávado, que canalizam os recursos e esforços dos agentes do território para a construção e planeamento de futuras intervenções e a identificação das linhas de financiamento disponíveis. As tipologias de ação têm carácter meramente indicativo e são enunciadas de modo abrangente permitindo alargar o leque de possibilidades para futuras candidaturas, nelas se enquadrando posteriormente as necessidades específicas dos territórios.

Quadro 26 - Agenda de Prioridades Estratégicas¹¹

Eixo Prioritário de Intervenção	Tipologia de Ações	Alinhamento Operacional	
		OT	PI
Economia Inclusiva	Apoio ao artesanato e aos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados, promovendo a criação do próprio emprego	8	8.3
	Abordagens integradas para a inclusão ativa de grupos em situação de vulnerabilidade social, através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais	9	9.1
	Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e incapacidade	9	9.1
	Ações de apoio, acompanhamento e geração de negócios sociais e iniciativas de empreendedorismo social	9	9.5
Sucesso Educativo	Qualificação da intervenção precoce na infância e na educação especial	10	10.1
	Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar	10	10.1
	Ações de inovação social para experimentação e teste de novas respostas na área educativa	10	10.1
	Intervenções e atividades específicas de promoção da qualidade do ensino e de apoio à cooperação transnacional	10	10.1
	Ações de educação parental e acompanhamento do percurso escolar das crianças/jovens	9	9.4
Igualdade e Violência de Género	Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da promoção da igualdade de género, prevenção e combate à violência doméstica e no apoio e acompanhamento especializados a vítimas e agressores	9	9.3

¹¹ Este quadro tem por base o documento em anexo com o quadro de descrição dos respetivos Objetivos temáticos, prioridades de investimento, eixos prioritários do Norte 2020 e Prioridades Estratégicas do PCDT das linhas de financiamento identificadas no quadro supra apresentado (cf. Anexo 6)

	Instrumentos específicos de proteção das vítimas e acompanhamento dos agressores na violência doméstica	9	9.3
Envelhecimento ativo, Deficiência e Incapacidades	Ações de qualificação e reabilitação profissionais de pessoas com deficiência e incapacidade	9	9.1
	Criação de mecanismos de reabilitação de proximidade, apoio aos cuidadores e modelos de intervenção integrada para situações de diagnóstico duplo	9	9.4
	Ações de capacitação e formação na prevenção de situações de demências ou em cuidados específicos em prematuros	9	9.4
	Suporte ao doente em casa ou na comunidade através do uso de tecnologias	9	9.4
	Ações de formação dos agentes para o desenvolvimento territorial	11	11.2
Capacitação para a Ação	Ações de formação para apoio à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de Plano de Ação Territoriais e Setoriais	11	11.2
	Ações de reforço das competências de dinamização, monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais	11	11.2
	Ações de capacitação para aquisição de competências de empreendedorismo social	9	9.5
Requalificação e reorientação das respostas sociais	Ações de reabilitação ou reconversão de infraestruturas sociais	9	9.7
	Criação ou implementação de equipamentos e tecnologias em áreas terapêuticas para pessoas com deficiência	9	9.7
	Implementação de sistemas de informação que permitam um funcionamento em rede	9	9.7

Capítulo IV – Intervenção

A construção da dimensão operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado foi desenvolvida em alinhamento com os eixos prioritários de intervenção validados junto dos parceiros da PSC do Cávado e com a estratégia metodológica negociada e concertada na fase inicial do processo. Para o efeito, foram realizadas quatro sessões de trabalho co-promovidas pela CIM Cávado e o ISS, I.P – Centro Distrital de Braga e com a participação de diferentes agentes que intervêm no território, por domínio temático.

Estes momentos de auscultação e concertação com os parceiros que integram a PSC do Cávado foram dinamizados pelo consultor externo que tomou como ponto de partida para as discussões a identificação das principais linhas de projeto / ações a implementar no território e não o levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (POR Norte 2020) e sub-regional (EIDT e PDCT Cávado 2020).

Estas sessões tiveram como objetivo debater e definir, em articulação com os diferentes agentes territoriais, um quadro de projetos / ações a implementar por domínio temático. A metodologia utilizada passou pela apresentação das etapas metodológicas desenvolvidas até ao momento (identificação e validação dos eixos prioritários de intervenção), análise das tipologias de ação elegíveis no Portugal 2020, formulação de projetos / ações a implementar e a validação e priorização dos projetos / ações para o PDS Supraconcelhio.

Os contributos debatidos e concertados com os participantes das sessões foram posteriormente sistematizados pela equipa técnica responsável pela elaboração do PDS Supraconcelhio, nas seguintes grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas debatidas e concertadas com os participantes.

4.1. Bolsa de Projetos 2020

Deparamo-nos atualmente com o desaparecimento e dificuldades de acesso ao mercado de determinadas profissões tradicionais na sub-região do Cávado. Para tal, considera-se estratégico a aposta num processo de revitalização económica e social da fileira das profissões tradicionais, com a recuperação da sua mais-valia nalguns nichos de atividade em que a especialização e qualidade intrínseca da manufatura têm um forte valor competitivo no mercado.

O projeto foca as profissões que fazem parte do património de especialização técnica e social da sub-região do Cávado como estratégia de valorização do seu potencial endógeno. Pretende-se revitalizar e modernizar as profissões tradicionais com viabilidade económica, orientando-as para as oportunidades do mercado local e global, incentivando a possibilidade de associar, a estas profissões, a utilização e incorporação de novas tecnologias. O impacto social da revitalização destas profissões será perceptível na criação de emprego em áreas de trabalho intensivo com forte especialização técnica e potencial de inovação tecnológica.

Associado ao desenvolvimento e inovação tecnológica destas profissões pretende-se constituir uma ferramenta de inclusão social para os desempregados de longa duração e jovens desempregados, na lógica da criação do auto emprego e empreendedorismo. Ao ativar esta fileira de negócios a partir de serviços especializados prestados por estas profissões, criam-se oportunidades de inclusão económica para grupos altamente vulneráveis que são, simultaneamente, os detentores quase exclusivos destes saberes técnicos.

Quadro 27 - Ficha de Projeto 1

Eixo Prioritário de Intervenção	Economia Inclusiva
Designação do Projeto	Incubadora de Artes & Ofícios
Objetivo Estratégico	Em 2021, são criadas empresas nos setores de atividade tradicional identificados com potencial de mercado Em 2021, são criados postos de emprego nos setores de atividade tradicional identificados com potencial de mercado

Objetivos Específicos	<p>Em 2021, é construído um catálogo de profissões em setores tradicionais com potencial de mercado</p> <p>Em 2021, é criada uma incubadora de apoio aos projetos de microempreendedorismo em profissões tradicionais</p>		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de um catálogo de profissões em setores tradicionais existentes na região (levantamento das profissões com potencial de mercado; sistematização das competências e conhecimentos de cada área profissional); 2. Incorporação tecnológica (associar a inovação e novas tecnologias aos saberes tradicionais; desenvolvimento de projetos de investigação aplicada); 3. Programa de mentoria e coaching com a participação de profissionais de cada área profissional; 4. Criação de negócios e exploração de nichos de mercado (construção de modelos / planos de negócio); 5. Incubação dos negócios e iniciativas empreendedoras (apoio técnico especializado para o desenvolvimento do negócio e acesso ao mercado); 6. Consultoria técnica especializada em marketing e comunicação, gestão e comercialização; 7. Aceleração das empresas criadas (atividades promocionais; participação em feiras nacionais e internacionais); 8. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Desempregados de Longa Duração / Beneficiários de RSI / Jovens NEET		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; Redes Sociais da NUT III Cávado; CIM Cávado; IEM; ATAHCA; IEFP; GIP's.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de projetos de empreendedorismo apoiados</p> <p>Nº de horas de capacitação realizadas</p> <p>Nº de serviços de acolhimento de empreendedores criados</p> <p>Nº de empreendedores apoiados</p>		

	Nº de entidades públicas e privadas envolvidas
Resultados Esperados	Criação de autoemprego por determinados grupos com dificuldade de (re)inserção no mercado de trabalho Revitalização e incorporação de inovação tecnológica em alguns setores de atividade tradicionais
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	POR Norte 2020 DLBC Rural “Cávado Com...Vida” Outros programas ou fundos de financiamento

O projeto procura responder à problemática do abandono e insucesso escolar na dimensão interna ao aluno e estabelece uma abordagem de reforço das competências endógenas na relação com a resolução de dificuldades de aprendizagem, na organização do estudo, na realização das tarefas propostas como os trabalhos de casa e de pesquisa e organização da informação. O contexto de intervenção é o do espaço interno de aprendizagem escolar, das salas e espaços de apoio ao estudo e estudo acompanhado, em que existe a possibilidade de coordenação e orientação complementar ao trabalho realizado pelo professor.

A disponibilização aos agrupamentos escolares e ao sistema de ensino em geral, de recursos especializados de tutoria/mediação da aprendizagem é crescentemente valorizada como fator determinante no sucesso educativo de alunos com algum grau de dificuldade de aprendizagem. A proposta de valor do projeto é a disponibilização de uma figura de mediação, neste concreto a tutoria, para o acompanhamento do estudo de modo a complementar o percurso educativo dos alunos referenciados. O sistema de tutoria está amplamente testado nos países europeus e aceite como ferramenta crucial na promoção do sucesso educativo. O modelo de tutoria proposto no projeto adequa-se às circunstâncias em que o processo de aprendizagem se processa nas nossas escolas, em que parte determinante do processo de aprendizagem é responsabilidade do aluno ou do seu contexto de aprendizagem. O tutor é um recurso para a auto regulação da aprendizagem pelo aluno, facilitando o processo e a organização do estudo.

Quadro 28 - Ficha de Projeto 2

Eixo Prioritário de Intervenção	Sucesso Educativo
Designação do Projeto	Sistema de tutoria no acompanhamento ao Estudo
Objetivo Estratégico	Em 2021, os alunos sinalizados em risco de abandono e/ou insucesso escolar detêm as ferramentas necessárias para a aprendizagem autorregulada Em 2021, 80% dos concelhos implementam o sistema de tutoria como componente de apoio ao estudo
Objetivos Específicos	Em 2021, é concertado com os Conselhos Municipais de Educação a implementação de um modelo de tutoria com supervisão científica Em 2021, realiza-se um programa de formação-ação com os tutores
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (concertação com os agrupamentos de escola e comunidade educativa, contratação dos tutores e preparação da implementação do modelo de tutoria); 2. Implementação do modelo de tutoria (sinalização das crianças e jovens em situação de abandono/insucesso escolar; elaboração do diagnóstico e plano de ação tutorial por aluno; sessões semanais de tutoria no espaço de "estudo acompanhado"); 3. Supervisão científica do projeto (apoio científico à construção do modelo de tutoria e instrumentos de apoio às sessões; produção de guiões de trabalho; formação-ação aos tutores); 4. Plano de Comunicação (material de divulgação; partilha e visita de boas práticas; seminário e apresentação de resultados); 5. Monitorização e avaliação.
Grupo-alvo (beneficiários)	Alunos em situação ou em risco de abandono e insucesso escolar
Promoção e Governação	<p>Âncoras Institucionais</p> <p>Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Divisões de Educação concelhias - Conselhos Municipais de Educação; DGEST-DSRN; Agrupamentos de Escolas concelhios; Universidade</p>

Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término	A definir
Indicadores de avaliação	Nº de Concelhos/Escolas que implementaram o modelo de tutoria Nº de Alunos sinalizados e envolvidos Nº de Alunos que melhoraram os resultados escolares Nº de Sessões de tutoria realizadas Nº de Entidades envolvidas			
Resultados Esperados	Capacitação dos professores e agrupamentos escolares em novas abordagens de ensino aprendizagem Melhoria dos resultados escolares dos alunos envolvidos Definição, teste e validação de uma ferramenta de promoção do sucesso escolar a disseminar pelo Cávado			
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	PDCT Cávado 2020 POCH			

O projeto centra a sua intervenção na tentativa de resposta às dificuldades e por vezes a impossibilidade de diferenciação das estratégias de aprendizagem face à atual dimensão das turmas e à complexidade das situações psicossociais a que os professores têm de fazer face. Os recursos que os professores dispõem para elaborar estratégias diferenciadas à medida dos alunos com necessidades específicas ou de adequação pedagógica e curricular para alunos em diferentes patamares de aprendizagem, são por vezes escassos ou inexistentes. A disponibilização de recursos complementares que permitam maior adequação das estratégias pedagógicas na sala de aula pode ser um fator crucial para o sucesso educativo.

A proposta do projeto passa pela criação e disponibilização aos professores de recursos técnicos (equipa técnica em regime de formação-ação) para o apoio na definição de estratégias educativas, na elaboração de abordagens pedagógicas diferenciadas e na resolução de dificuldades de aprendizagem em contexto de sala de aula. O modelo proposto é o da coadjuvação ao trabalho dos professores no reforço pedagógico para alunos em risco de insucesso

escolar. Propõe-se a possibilidade de intervenção direta em sala de aula com a disponibilização ao professor de uma equipa técnica/multidisciplinar especializada.

Quadro 29 - Ficha de Projeto 3

Eixo Prioritário de Intervenção	Sucesso Educativo
Designação do Projeto	Laboratório Pedagógico
Objetivo Estratégico	<p>Até 2021, é criado um sistema de apoio para os professores na formulação de estratégias para o sucesso educativo em contexto de sala de aula</p> <p>Até 2021, os alunos sinalizados superam as dificuldades de aprendizagem em contexto de sala de aula</p>
Objetivos Específicos	<p>Em 2021, é criado um laboratório pedagógico por concelho do Cávado</p> <p>Em 2021, realiza-se uma sessão mensal com os professores para a formulação de estratégias para o sucesso educativo e apresentação de boas práticas</p>
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (concertação com os agrupamentos de escola e comunidade educativa, contratação da equipa técnica especializada e preparação do modelo de funcionamento dos laboratórios); 2. Integração dos laboratórios na modalidade de formação "círculo de estudos" (ações de formação creditadas; diagnóstico das situações problema; apresentação e partilha de boas práticas nacionais/internacionais; construção de estratégias com os professores para a resolução de situações problema identificadas; coadjuvação da equipa técnica na implementação em contexto sala de aula das estratégias definidas); 3. Supervisão científica do projeto (apoio científico à investigação de boas-práticas; produção de guiões de trabalho; formação-ação com os professores); 4. Plano de Comunicação (material de divulgação; partilha e visita de boas práticas; seminário e apresentação de resultados);

	5. Monitorização e avaliação		
Grupo-alvo (beneficiários)	Professores / Alunos em situação ou em risco de abandono e insucesso escolar		
Promoção e Governança	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Divisões de Educação concelhios - Conselhos Municipais de Educação; DGEST-DSRN; Agrupamentos de Escolas concelhios; Universidade	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	Nº de concelhos/escolas que criaram o espaço laboratorial Nº de professores envolvidos Nº de aulas que beneficiam da coadjuvação da equipa técnica Nº de sessões de trabalho com os professores realizadas Nº de entidades envolvidas		
Resultados Esperados	Capacitação dos professores e agrupamentos escolares em novas ferramentas de promoção do sucesso escolar Produção de conhecimento metodológico testado e validado para utilização dos agrupamentos do Cávado Qualificação científica e pedagógica dos professores e agrupamentos envolvidos		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	PDCT Cávado 2020 POCH		

A construção de um plano integrado para a violência doméstica contempla diferentes questões que determinam o sucesso da intervenção: 1) a coordenação institucional que, como vimos, é o suporte fundamental para a capacidade técnica de gerar resultados nesta problemática; 2) o reforço da capacidade de resposta existente com a eliminação de lacunas na rede de proximidade às vítimas; 3) a capacitação dos atores técnico-institucionais com disseminação de uma perspectiva proactiva e preventiva nesta temática; 4) a inovação com a disseminação no Cávado da intervenção em necessidades específicas das crianças em situação de vitimização familiar e outras, com a intervenção nos agressores e ao acompanhamento diferenciado para as próprias vítimas; 5) a

criação de respostas e mecanismos realmente integradores e inclusivos para as vítimas, com a criação de respostas inovadoras, orientadas para a autonomização económica e empregabilidade. Em termos globais este projeto, na ligação entre todas as suas componentes, acentua a visão não assistencial da intervenção com vítimas, orientando e capacitando os recursos para o empowerment e afirmação social positiva dos grupos alvos da intervenção.

Quadro 30 - Ficha de Projeto 4

Eixo Prioritário de Intervenção	Igualdade e Violência de Género
Designação do Projeto	Plano de Intervenção Supraconcelhio para a Violência Doméstica
Objetivo Estratégico	Em 2021, existe uma cobertura equitativa de respostas e serviços de apoio, atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência doméstica Em 2021, está implementado um programa de intervenção psicoeducativo junto dos agressores
Objetivos Específicos	Em 2021, é constituída uma comissão supraconcelhia de proteção dos direitos e oportunidades das vítimas de violência doméstica Em 2021, desenvolve-se um programa de intervenção com agressores e de sensibilização no domínio da igualdade e violência de género
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma comissão supraconcelhia de proteção dos direitos e oportunidades das vítimas de violência doméstica (constituição de uma equipa interinstitucional com representatividade de entidades concelhias); 2. Criação de respostas de transição para o acolhimento de emergência das vítimas de violência doméstica; 3. Alargamento e cobertura equitativa, à escala supraconcelhia, da rede de apoio, atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência doméstica (reforço dos gabinetes existentes, aumento do número de vagas de emergência e criação de novos em concelhos sem resposta); 4. Implementação de um programa de intervenção psicoeducativo com agressores; 5. Ações de sensibilização do domínio da igualdade e violência de género (apresentação de projetos de investigação em diferentes

	contextos; ações de sensibilização para a violência no namoro junto das escolas; eventos comunitários);		
	6. Plano de Comunicação (disseminação de resultados; seminários);		
	7. Monitorização e avaliação.		
Grupo-alvo (beneficiários)	Vítimas de violência doméstica / Agressores / Rede institucional		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, I.P - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; GASC; Cáritas de Braga; Universidade do Minho - Escola de Psicologia; APAV; SOPRO; Forças de Segurança (PSP e GNR); Hospital de Braga; ACES Cávado.	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de Vítimas e agressores apoiados</p> <p>Nº de Vagas de emergência criadas</p> <p>Nº de Gabinetes criados ou reforçados</p> <p>Nº de Entidades envolvidas</p> <p>Nº de Respostas/Serviços criadas</p> <p>Nº de Ações de sensibilização desenvolvidas</p>		
Resultados Esperados	<p>Implementação de um programa de intervenção psicoeducativo junto dos agressores</p> <p>Rede de respostas básicas com cobertura de todos os municípios do Cávado</p> <p>Respostas de transição inovadoras</p> <p>Mecanismos e respostas de intervenção com os agressores pioneiros a nível nacional</p> <p>Modelos e mecanismos de intervenção com as crianças e vítimas inovadoras a nível nacional</p> <p>Reforço e consolidação da cultura de trabalho em rede interinstitucional no Cávado</p>		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POISE</p> <p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>		

A terapia pela arte ganha crescente relevo como abordagem para grupos com necessidades especiais ou em situação de fragilidade estrutural psicossocial. Enquanto ferramenta terapêutica na deficiência sobretudo mental, esta nova abordagem tem gerado resultados relevantes e de grande significado enquanto aquisição de bem-estar para as pessoas com deficiência e de grande satisfação para as suas famílias. Mas o maior impacto destas novas terapias é o facto de gerar reconhecimento social às competências de toda uma população que era vista como improvável criadora de bens culturais. A visibilidade positiva das pessoas com deficiência e a afirmação das suas capacidades ocultas e menosprezadas é o grande valor de diversidade que este projeto poderá proporcionar.

Este projeto proporciona a oportunidade de interação entre criadores, pessoas com deficiência e instituições que poucas vezes se cruzam em interesses comuns. A criação cultural conjunta permitirá a aprendizagem mútua e partilhada da realidade de cada um dos atores: para as pessoas com deficiência significa a oportunidade terapêutica de expressão individual e coletiva com a gratificação que isso representa para os próprios e para as famílias; para as instituições a oportunidade de alargarem horizontes técnicos e organizacionais e para os criadores, significa sobretudo o desafio de criarem arte com pessoas altamente exigentes e desafiadoras. Os concelhos do Cávado ficarão dotados de aspetos inovadores e de qualidade técnica e institucional neste domínio de intervenção. A presença da área social na programação cultural dos concelhos dará visibilidade ao trabalho realizado e às necessidades sociais das pessoas com deficiência, ultrapassando, certamente, estereótipos negativos muito interiorizados na comunidade.

Quadro 31 - Ficha de Projeto 5

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades
Designação do Projeto	ArTinTegra
Objetivo Estratégico	Até 2021, é implementado em 100% das Redes Sociais concelhias um programa de formação ação em práticas artísticas Até 2021, envolvem-se no festival Arte Cávado Inclusiva as IPSS's com resposta na área da deficiência
Objetivos Específicos	Até 2021, são dinamizados oficinas de práticas artísticas por IPSS com resposta na área da deficiência

	Até 2021, são desenvolvidas iniciativas de educação pela arte		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (construção de um modelo de governação; criação de uma equipa operativa multi-institucional e multidisciplinar; celebração de protocolos de cooperação); 2. Programa de formação-ação em práticas artísticas: desenvolvimento de oficinas de práticas artísticas e estágios artísticos (envolver o público-alvo em oficinas de formação-ação para as artes e ofícios e na apresentação pública de espetáculos em parceria com associações artísticas locais – fórum debate – teatro do oprimido, dinamização de ensaios com a supervisão de profissionais e programação de algumas apresentações temáticas a integrar no roteiro cultural, em moldes de espetáculos de rua e interinstitucionais); 3. Educação pela arte (promoção do bem-estar das pessoas com deficiência pela arte; aprendizagem e desenvolvimento deste público-alvo pela Arte); 4. Arte Cávado Inclusiva – Festival ou Semana de Eventos (edição de conteúdos e produção cultural; mostra dos produtos, espetáculos de apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos estágios e oficinas, realização de espetáculos artísticos – Concurso de Artes; Cerimónias de entrega de prémios; Exposições); 5. Plano de Comunicação e divulgação (materiais promocionais); 6. Monitorização e divulgação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	<p>Pessoas com deficiência integradas em CAO</p> <p>Pessoas com deficiência sem acesso a respostas institucionais, com graus de deficiência e mobilidade ligeiras, reduzida e grave</p>		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; IPSS's com intervenção na área da deficiência; Associações culturais e artísticas.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	Nº de iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura		

	<p>Nº de participantes nas ações de práticas artísticas e culturais</p> <p>Nº de oficinas de práticas artísticas dinamizadas</p> <p>Nº de parceiros envolvidos na implementação de ações de práticas artísticas e culturais</p> <p>Nº de eventos públicos realizados</p>
Resultados Esperados	<p>Teste e implementação de novas terapias e respostas técnicas nas instituições</p> <p>Diferenciação do Cávado pelo carácter inovador da intervenção na deficiência</p> <p>Capacitação cultural das comunidades, das famílias e das instituições do Cávado</p>
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POISE</p> <p>PDCT Cávado 2020</p>

Partindo da preocupação com a ausência de uma resposta social que desenvolva um atendimento e acompanhamento da gestão e orientação das situações familiares de pessoas com deficiência e incapacidades e do seu processo de reabilitação social, identificou-se como estratégico a criação de um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD). De acordo com a portaria nº60/2015 esta resposta social destina-se a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias, promovendo a sua capacitação para a procura de soluções que respondam às necessidades apresentadas e favorecendo a sua inclusão social.

A resposta CAARPD rege-se pelos seguintes princípios: humanização, respeito pela integridade, dignidade, privacidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e incapacidade. Trata-se de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

Quadro 32 - Ficha de Projeto 6

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidade		
Designação do Projeto	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social de Pessoas com deficiência		
Objetivo Estratégico	<p>A partir de 2021, a população com deficiência/incapacidades e famílias tem acesso a recursos de suporte à autonomização e inclusão plena na comunidade em que residem</p> <p>A partir de 2021, a região do Cávado tem uma cobertura de excelência nas respostas sociais para a área da deficiência</p>		
Objetivos Específicos	<p>Em 2021, está disponível no Cávado um equipamento para Informar/sensibilizar a comunidade em geral sobre a deficiência e questões associadas, promovendo uma mudança de atitude na comunidade</p> <p>Em 2021, existe no Cávado uma resposta social que contribui para que seja reconhecido às pessoas com deficiência o direito à participação no processo de tomada de decisão</p>		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (construção de planos de desenvolvimento social; acompanhamento individualizado e personalizado às pessoas com deficiência/incapacidade e respetivas famílias; articulação direta com outros serviços/entidades – trabalho em rede); 2. Encaminhamento e integração em atividades de animação (serviços terapêuticos; atividades desportivas, culturais, entre outras); 3. Ações de formação modular; 4. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Pessoas com deficiência / Famílias / Pessoas com doença mental		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; Redes Sociais concelhias; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Hospital de Braga; IPSS's com intervenção na área da deficiência	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir

Indicadores de avaliação	Nº de pessoas com deficiência/incapacidade acompanhadas Nº de serviços criados Nº de encaminhamento realizados
Resultados Esperados	Centro de recursos especializados nesta temática Equipamento de excelência técnica no Cávado Acesso a prestação de serviços de qualidade Cobertura de múltiplas necessidades da população com deficiência que bloqueiam a inclusão
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	POISE

O debate sobre o envelhecimento ativo está habitualmente correlacionado com a problemática dos séniores. Estes são pessoas ativas, com mobilidade e autonomia mas sem uma identidade social definida, com tempo livre e experiência de vida mas sem ocupação positiva e socialmente gratificante. Fora do estatuto profissional, na situação de reforma, a necessidade de reconstruir a sua identidade é um processo doloroso que, habitualmente, é difícil de superar e leva a situações de isolamento e estados depressivos ou de apatia e desistência. O espaço social em que este processo decorre não está preparado para reconhecer este grupo etário e as suas necessidades, permanecendo na "invisibilidade" social.

O projeto pretende construir oportunidades de expressão no espaço público e da afirmação das capacidades e potencial deste grupo social. É um processo de capacitação para a participação dos séniores, criando, uma ferramenta de expressão e de afirmação dos seus interesses na comunidade. A criação de programas de atividades auto organizadas pelos séniores e posteriormente apoiadas pelas instituições é uma excelente prática de empowerment dos séniores, invertendo a lógica assistencialista em que muitas das intervenções, orientadas para este grupo etário, se baseiam.

Quadro 33 - Ficha de Projeto 7

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidade
Designação do Projeto	Mais Idade no Cávado
Objetivo Estratégico	Até 2021, são realizados em 100% das Redes Sociais concelhias um fórum comunitário Até 2021, é elaborado com 100% das Redes Sociais concelhias um plano de ação com o envolvimento dos séniores
Objetivos Específicos	Em 2018, é implementado um programa de atividades por concelho definidas pelos séniores Em 2018, são desenvolvidos os fóruns comunitários concelhios
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (construção de um modelo de governação; criação de uma equipa operativa multi-institucional e multidisciplinar; celebração de protocolos de cooperação); 2. Dinamização de fóruns comunitários (auscultação dos séniores sobre interesses, expetativas e motivações de atividades de promoção do envelhecimento ativo; discussão; convívio); 3. Elaboração de um Plano de Ação (em regime de autogestão, que favorecem a autonomia e animação sénior; acesso às TIC, de acordo com as suas necessidades, expetativas e interesses; construção de um plano de memória - processo que documente o envelhecimento ao longo da vida a partir da exploração de práticas artísticas – fotografia, vídeo ou escrita); 4. Construção de um Roteiro Intercultural (realização de roteiros culturais concelhios e supraconcelhios que proporcionem visitas ao património cultural da região; Programa ERASMUS Sénior Cávado - visitas e contactos com outras instituições ou serviços de proximidade); 5. Plano de Comunicação (ações de divulgação e campanha de divulgação); 6. Monitorização e avaliação.
Grupo-alvo (beneficiários)	População com mais de 65 anos Comunidade em geral

Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; Forças de Segurança – GNR / PSP; Universidade do Minho – Escola de Enfermagem; Hospital de Braga; ACES Cávado (Unidades Locais de Saúde); IPSS's com intervenção na terceira idade		
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término	A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de participantes nos fóruns participativos</p> <p>Nº de fóruns participativos concelhios realizados</p> <p>Nº de parceiros envolvidos na implementação do plano de ação</p> <p>Nº de projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p>			
Resultados Esperados	<p>Programa de eventos e atividades auto organizadas pelos séniores nos programas municipais e outros</p> <p>Grupos de atividade e interesses dos séniores constituídos</p> <p>Participação dos séniores na co-gestão de respostas e atividades para séniores</p> <p>Programas de intervenção comunitária desenvolvidos pelos séniores</p>			
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>PDCT Cávado 2020</p> <p>POISE</p>			

Os estudos de referência sobre o envelhecimento e a Organização Mundial de Saúde salientam a importância dos fatores ambientais e do estilo de vida na manutenção ou aquisição de um estado de saúde e bem-estar dos idosos. A manutenção da saúde é especialmente relevante nesta etapa da vida mas, no contexto do Cávado, coincide com gerações que não tiveram acesso à informação relevante sobre a questão. Existem falsos conceitos sobre a saúde, falta de informação e de conhecimento. A acentuar o problema verifica-se que a rede de respostas e serviços promotores de saúde é sobretudo procurada para

responder à doença e não como fonte de orientação proactiva para a preservação da saúde e bem-estar. A lacuna da literacia da saúde em todos os seus domínios é uma das problemáticas sociais mais relevantes na questão do envelhecimento.

O projeto incide numa das lacunas de intervenção no envelhecimento ativo: a preparação e capacitação da comunidade com conhecimento prático sobre hábitos, nutrição, estilos de vida, rotinas diárias e atitudes promotoras da saúde em geral. A literacia da saúde é uma eficaz ferramenta de prevenção de múltiplos problemas diagnosticados no envelhecimento. A rede de instituições com intervenção nos idosos, os serviços das autarquias e as associações são veículos privilegiados para o trabalho em rede com a saúde comunitária enquanto promotora do envelhecimento ativo e da literacia para a saúde enquanto bem-estar global: físico, psíquico e mental.

Quadro 34 - Ficha de Projeto 8

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidade
Designação do Projeto	Literacia em Saúde
Objetivo Estratégico	Até 2021, é implementado em 100% das Redes Sociais concelhias um Programa de Literacia em Saúde Até 2021, é implementado na sub-região do Cávado um programa de capacitação para os técnicos das IPSS
Objetivos Específicos	Até 2021, realizam-se atividades de promoção de literacia de vida saudável junto das comunidades concelhias Até 2021, elabora-se um programa de capacitação para a aquisição de competências na prestação de cuidados aos seniores
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (construção de cronograma negociado com as Redes Sociais para a operacionalização e dinamização das restantes ações); 2. Programa de Literacia em Saúde (construção de um programa de ações de literacia ao nível das doenças crónicas e prevenção de acidentes domésticos e quedas – intervenção terapêutica; sessões informativas sobre hábitos de vida saudáveis; entre outros); 3. Programa de Capacitação para as instituições (novas problemáticas ex: neurodegenerativas; procedimentos institucionais

	promotoras de saúde; novas terapias; reorganização dos espaços);		
	4. Monitorização e avaliação.		
Grupo-alvo (beneficiários)	População com mais de 65 anos / Profissionais de intervenção social		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; Forças de Segurança – GNR / PSP; Universidade do Minho – Escola de Enfermagem; Hospital de Braga; ACES Cávado (Unidades Locais de Saúde); IPSS's	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>Nº de Profissionais envolvidos nas ações de capacitação</p> <p>Nº de Participantes nas ações de literacia em saúde</p> <p>Nº de Ações de capacitação realizadas</p> <p>Nº de Ações de literacia em saúde realizadas</p> <p>Nº de Parceiros envolvidos na implementação de ações de literacia e capacitação</p>		
Resultados Esperados	<p>Incorporação nos serviços e respostas sociais de práticas e recursos promotores da literacia da saúde</p> <p>Capacitação global das instituições para a promoção da saúde</p> <p>Capacitação técnica e especialização dos recursos nesta temática na região do Cávado</p> <p>Programas e ações específicas (sobre literacia da saúde) disponíveis nos concelhos</p>		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>PDCT Cávado 2020</p> <p>POISE</p>		

O território do Cávado tem vindo a acompanhar as tendências demográficas de aumento do índice de envelhecimento populacional, em função da melhoria das condições de higiene, alimentação, saúde e qualidade de vida. Esta tendência revela-se mais acentuada nas periferias urbanas e concelhos mais rurais. Para o efeito, releva-se de extrema importância para o território, a elaboração de um plano gerontológico, enquanto instrumento de planeamento estratégico, que visa a promoção de uma cidadania plena, de uma sociedade inclusiva e da qualidade de vida.

O Plano Gerontológico pretende responder com uma proposta integrada no território concelhio e supraconcelhio ao dispositivo instalado no terreno que intervém direta e indiretamente na problemática gerontológica. A partilha de conhecimento atualizado sobre este domínio é fundamental na qualificação da rede existente adequando-a aos processos de inovação constante que se verifica. Outro dos domínios do projeto será a articulação das intervenções no território na perspetiva de gerar ganhos de eficiência ao criar mecanismos de gestão partilhada. A integração em rede das respostas existentes num dispositivo coerente e complementar é um dos ganhos possíveis gerados pelo projeto, eliminando a disfuncionalidade de intervenções parcelares e segmentadas, incompatíveis com a nova abordagem gerontológica como um processo com múltiplas interseções temáticas. A identificação de lacunas na rede existente e a mobilização para a inovação potencial existente na rede, é outra das dimensões de valor gerada pelo projeto que pretende dotar o Cávado de uma abordagem integrada e sistémica na questão do envelhecimento, através da sua dimensão gerontológica, marcada pela qualidade e diferenciação.

Quadro 35 - Ficha de Projeto 9

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidade
Designação do Projeto	Plano Gerontológico Intermunicipal
Objetivo Estratégico	Em 2021, a intervenção dos serviços e respostas sociais focalizadas no envelhecimento no Cávado são coerentes e estruturadas numa visão estratégica partilhada Em 2021, o Cávado é referenciado como um território de inovação e qualidade na intervenção gerontológica

Objetivos Específicos	Em 2021, a intervenção gerontológica, em todos os seus domínios, está concertada e integrada a nível supraconcelhio		
	Em 2021, estão definidas intervenções inovadoras e modelos de referência para reformular a abordagem gerontológica no Cávado		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do perfil gerontológico intermunicipal (diagnóstico e avaliação multidimensional da população com 65+anos); 2. Elaboração do plano gerontológico intermunicipal (plano de ação que defina as estratégias e orientações a operacionalizar); 3. Operacionalização do plano; 4. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	População com mais de 65 anos Comunidade em geral		
Promoção e Governação	Âncoras Institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; Universidade; Hospitais; ACES Cávado (Unidades Locais de Saúde); IPSS's.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de parceiros envolvidos na elaboração do perfil e plano gerontológico</p> <p>Nº de instrumentos metodológicos aplicados</p> <p>Nº de participantes na elaboração do perfil gerontológico</p>		
Resultados Esperados	<p>Aprofundar o conhecimento das reais necessidades da população idosa e desenvolvimento de medidas que promovam uma melhor gestão individual e coletiva dos riscos de velhice, nomeadamente sociais, ambientais e de saúde</p> <p>Criação de condições para o trabalho em rede e para o estabelecimento de plataformas colaborativas, a materializar no desenvolvimento de uma intervenção concertada entre agentes locais para a promoção da saúde, segurança e independência das pessoas e comunidades</p>		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	PDCT Cávado 2020 POISE		

A rapidez e complexidade da dinâmica de mudança social atual, juntamente com o aparecimento de novas necessidades sociais, de novos problemas e novos desafios técnicos, tem vindo a criar exigências acrescidas para as organizações da economia social. Ao mesmo tempo que estas ganham espaço de reconhecimento como parceiros chave da execução das políticas sociais, são cada vez maiores as expectativas da comunidade em relação à sua inovação, à eficiência organizacional e ao profissionalismo. Os grupos alvo das respostas e instituições sociais encaram-nas, também, com crescente exigência cívica e de cidadania. A capacitação das organizações da economia social é prioritária para o apetrechamento técnico com recursos avançados e inovadores que garantam a resposta adequada a estes novos desafios.

O projeto propõe a formação-ação como metodologia adequada a esta necessidade específica de desenvolvimento organizacional. Nesta etapa de mudança de transição é necessária a mobilização interna para a mudança, para a criação de soluções e para o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade e inovação. A capacitação das organizações do Cávado deverá traduzir-se em melhores práticas de gestão, sobretudo financeira e dos recursos humanos (pessoas ou capital humano), melhor capacidade de comunicar com a comunidade envolvente, procedimentos normativizados pela qualidade e profissionalismo, melhor planeamento para a sustentabilidade criando uma cultura de empreendedorismo organizacional e sobretudo uma capacidade acrescida de inovação para responder aos complexos desafios que se lhes colocam. O projeto de formação-ação do Cávado irá abordar estas diferentes dimensões tentando criar padrões de qualidade e referência internos e externos no território do Cávado.

Quadro 36 - Ficha de Projeto 10

Eixo Prioritário de Intervenção	Capacitação para a ação
Designação do Projeto	Programa de Formação-Ação
Objetivo Estratégico	<p>Em 2021, as organizações da economia social do Cávado estão certificadas com as competências teórico-metodológicas para o desenvolvimento de abordagens de intervenção consideradas de referência pela qualidade e inovação</p> <p>Em 2021, as organizações da economia social do Cávado estão certificadas com as competências transversais de gestão, planeamento e</p>

	comunicação		
Objetivos Específicos	Até 2021 e anualmente, três IPSS's por concelho são alvo de intervenção da formação-ação Até 2021, os diagnósticos organizacionais produzidos nas IPSS's foram alvo de intervenção com a resolução de problemas e criação de produtos e instrumentos internos para os solucionar		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do diagnóstico organizacional com auditoria da qualidade (diagnóstico organizacional participado na organização); 2. Formação prévia de enquadramento aos dirigentes nas áreas transversais de gestão, marketing e planeamento; 3. Elaboração de um Plano de Melhoria com os produtos a obter com a formação ação; 4. Definição do programa de formação ação na instituição com a criação e grupos e equipas de trabalho de acordo com os módulos; 5. Implementação do programa de formação-ação; 6. Disseminação interna com contratualização com a direção dos resultados e mudanças a implementar; 7. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Organizações da economia social do Cávado		
Promoção e Governação	Âncoras institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; Redes Sociais concelhias; União das Misericórdias; UDIPSS Braga; CDSSSB; Organizações da economia social	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de participantes</p> <p>Nº de projetos/iniciativas concebidos</p> <p>% de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e de desenvolvimento regional apoiados</p> <p>Nº de participantes por tipo de organização, género e estatuto profissional</p> <p>Nº de horas de formação</p> <p>Nº de projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados</p>		

Resultados Esperados	Aprofundamento das competências dos destinatários como ferramenta necessária ao incremento da “inovação social” (novas conceitos, soluções, cruzamento de setores, público/privado).
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	POR Norte 2020 POISE (Fundo de Inovação Social) Outros programas ou fundos de financiamento

A dinâmica social e institucional atual impõe um novo formato de diagnóstico como ferramenta de apoio à decisão e à gestão do território. Pretende-se responder às necessidades crescentes de atualização e focagem da informação com um modelo de diagnóstico territorial contínuo, capaz de criar séries temporais e espaciais comparativas e evolutivas. Pretende-se também responder às novas fórmulas de utilização da informação tornando-a mais interativa e à medida do utilizador, com eventos de atualização e compreensão associados e disponíveis à comunidade de utilizadores potenciais.

Este projeto tem como objetivo criar uma plataforma integrada de planeamento prospetivo enquanto instrumento de partilha de informação de base web. Pretende-se que seja possível a partir desta monitorizar as dinâmicas territoriais de forma atempada e sistemática dos indicadores por área temática e georreferenciação das respostas sociais existentes na NUT III Cávado. A articulação com as dinâmicas das Redes Sociais poderá potencializar esta plataforma, na medida em que estão presentes todos os setores de intervenção numa lógica de parceria e maximização de recursos.

Quadro 37 - Ficha de Projeto 11

Eixo Prioritário de Intervenção	Capacitação para a ação
Designação do Projeto	Carta Social Cávado 2.0
Objetivo Estratégico	Em 2021, está disponível informação relevante para a fundamentação de decisões de gestão estratégica na PSC do Cávado Em 2021, o diagnóstico social e territorial prospetivo e integrado está acessível aos parceiros das redes sociais do Cávado
Objetivos Específicos	Até 2021, está definido e implementado um sistema contínuo e integrado de diagnóstico social e territorial

	Até 2021, está concluído o sistema de migração da informação estatística que responde às necessidades standard para a elaboração de projetos concelhios e supraconcelhios no Cávado		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de plataforma em software open source; 2. Desenvolvimento das funcionalidades da plataforma: ferramenta estatística (promoção de conhecimento a partir da recolha e tratamento de dados por áreas temáticas: emprego, educação, habitação, violência doméstica, proteção social); mapeamento georreferenciado e prospetivo dos equipamentos/respostas sociais e educativos; ferramenta comunicacional online para as Redes Sociais concelhias; interface com a comunidade de disponibilização de informação sobre os serviços sociais e sistema de monitorização de projetos. Demonstração do nível de desenvolvimento humano evidenciado no território, com leitura e interpretação para diferentes públicos/utilizadores. Articulação com outras plataformas nacionais e internacionais com interesse e com influência na manipulação de dados; 3. Dinamização e manutenção da Plataforma de Planeamento Prospetivo (celebração de protocolo de compromisso de utilização/carregamento de conteúdos da plataforma); 4. Workshops de capacitação junto dos técnicos integrados nas Redes Sociais para utilização e manuseamento da plataforma; 5. Plano de comunicação (evento de lançamento da plataforma e apresentação de resultados); 6. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Parceiros dos CLAS das Redes Sociais Concelhias / Parceiros da Plataforma Supraconcelhia do Cávado / Comunidade em geral		
Promoção e Governação	Âncoras institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; CIM Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; Redes Sociais concelhias; ARS Norte; DGESTE; IEFP; ACES Cávado (Unidades locais de Saúde); Agrupamentos de Escolas; Escolas Profissionais.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	Nº de Serviços da administração pública apoiados		

	<p>Nº de Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados</p> <p>Nº de Visualizações</p> <p>Nº de Parceiros envolvidas na conceção da plataforma</p> <p>Nº de Ações de capacitação realizadas</p>
Resultados Esperados	<p>Atualização contínua da informação disponível através de protocolos institucionais de atualização.</p> <p>Informação estruturada para a utilização das redes sociais.</p> <p>Modelo de diagnóstico dinâmico, contínuo e atualizável instituído no Cávado.</p> <p>Suporte estatístico disponível aos parceiros das redes sociais do Cávado para projetos e candidaturas.</p>
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POR Norte 2020</p> <p>PDCT Cávado 2020</p>

4.2. *Projetos Estruturantes / Integrados*

A arte é uma ferramenta motivacional de excelência para jovens em risco de abandono e insucesso escolar, para quem a experiência e vivência da escolarização é sinónimo de fracasso ou frustração. A experiência artística como ferramenta de auto conhecimento e expressão emocional positiva é determinante para jovens com algum grau de vulnerabilidade psicossocial. É, possivelmente, a linguagem mais reparadora e terapêutica a que poderão ter acesso. O impacto motivacional da experiência artística, mesmo que embrionária, será determinante para a aprendizagem e o sucesso educativo deste perfil de alunos.

O projeto propõe a articulação de projetos municipais de educação pela arte e disponibilização de técnicos artísticos especializados para a qualificação destes mesmos projetos. A qualidade artística destes projetos é a mais-valia determinante para o efeito motivacional e de reparação da autoestima e autoconfiança destes jovens alunos. A possibilidade de reconhecimento e valorização das suas competências pessoais e artísticas enquanto parte de um

projeto em ambiente escolar é um fator essencial do seu empowerment. O projeto propõe que os projetos artísticos destes jovens referenciados em risco de abandono e insucesso escolar sejam considerados, pela comunidade escolar e territorial, de excelência e para tal disponibiliza a possibilidade de acesso a criadores e artistas reconhecidos nacional e internacionalmente.

Quadro 38 - Ficha de Projeto 12

Eixo Prioritário de Intervenção	Sucesso Educativo
Designação do Projeto	Educação pela Arte
Objetivo Estratégico	Até 2021, os projetos municipais de educação pela arte têm um suporte especializado para o desenvolvimento de práticas artísticas de referência com os alunos sinalizados em situação ou risco de abandono/insucesso escolar Até 2021, os alunos sinalizados integram os projetos municipais de educação pela arte
Objetivos Específicos	Em 2021, são realizadas sessões mensais de mentoria artística aos projetos concelhios de educação pela arte Em 2021, realiza-se um espetáculo anual intermunicipal de apresentação das práticas artísticas desenvolvidas com os alunos
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (concertação com as equipas de projetos municipais e construção do modelo de governação partilhado do projeto); 2. Acompanhamento da implementação dos projetos municipais de educação pela arte (definição de um conceito artístico de referência para os projetos; reuniões com o grupo de trabalho supraconcelhio do sucesso educativo; monitorização dos planos de ação e resultados dos projetos; elaboração de relatórios de monitorização; identificação de pontos de articulação entre os projetos; partilha de recursos e conhecimentos); 3. Mentoria artística (qualificação dos projetos de educação pela arte com a consultoria especializada - orientação de práticas e oficinas artísticas por técnicos especializados em artes teatrais, musicais, plásticas, etc);

	4. Plano de Comunicação (material de divulgação; realização de encontros e espetáculos intermunicipais; seminário e apresentação de resultados);		
	5. Monitorização e avaliação.		
Grupo-alvo (beneficiários)	Alunos em situação ou em risco de abandono e insucesso escolar		
Promoção e Governação	Âncoras institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, I.P – Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Municípios - Conselhos Municipais de Educação; DGEST-DSRN; Agrupamentos de Escolas concelhios; Universidade; Associações artísticas e culturas.	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de Projetos de educação pela arte implementados</p> <p>Nº de Alunos envolvidos nos projetos</p> <p>Nº de Eventos de apresentação pública</p> <p>Nº de Sessões de mentoria artística</p> <p>Nº de Oficinas artísticas dinamizadas por técnicos especializados</p> <p>Nº de Sessões de trabalho supraconcelhias</p>		
Resultados Esperados	<p>Capacitação institucional e técnica da educação pela arte no Cávado</p> <p>Reingresso no percurso escolar dos alunos problemáticos</p> <p>Parcerias e trabalho em rede instituições da área artística e social</p> <p>Renovação metodológica da intervenção pelas instituições na temática do abandono escolar</p>		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POCH</p> <p>PDCT Cávado 2020</p>		

Parte da complexidade da intervenção na problemática da violência de género deve-se ao facto de se situar numa zona de confluência interinstitucional muito alargada com múltiplas tutelas que atuam em diferentes segmentos da intervenção, o que contraria a natureza integrada e transversal desta intervenção. O projeto dirige-se, em parte, aos fatores de contexto institucionais que intervêm ao longo do processo técnico tentando criar sequência no percurso de decisão legal adaptada às características de celeridade e multidimensionalidade desta intervenção. A etapa prévia para ativar o processo de concertação e negociação institucional que poderá permitir a criação destes mecanismos facilitadores é a proximidade entre os decisores e responsáveis com a criação de espaços de análise e decisão partilhada dos problemas identificados.

Quadro 39 - Ficha de Projeto 14

Eixo Prioritário de Intervenção	Igualdade e Violência de Género
Designação do Projeto	Plataforma Integrada de Intervenção na Violência de Género
Objetivo Estratégico	Em 2021, as vítimas de violência de género têm acesso a uma rede integrada de recursos para a inserção socioprofissional Em 2021, esta implementado um circuito técnico-institucional integrado de intervenção especializada na violência de género
Objetivos Específicos	Em 2021, são desenvolvidas ações de capacitação junto dos profissionais de apoio, atendimento e acompanhamento especializado a situações de violência doméstica Em 2021, é implementado um programa supraconcelhio de intervenção psicoterapêutica especializada junto das crianças e jovens expostas a situações de vitimização
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	1. Montagem técnico-institucional do projeto (concertação com as equipas concelhias e construção do modelo de governação partilhado do projeto); 2. Elaboração de um modelo de intervenção integrado a nível supraconcelhio (harmonização de procedimentos; definição e negociação com as equipas concelhias de metodologias e instrumentos de atendimento, acompanhamento e inserção; criação de

	<p>um grupo de trabalho responsável pela gestão integrada de recursos endógenos - ex: respostas de transição; espaços das IPSS vagos; recursos municipais);</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Plano de capacitação para a utilização e disseminação do modelo de intervenção; 4. Criação de uma rede de respostas para a inclusão das vítimas (oportunidades de inserção profissional, formação e acompanhamento psicoterapêutica; criação de grupos de pares com a função de apoio e orientação de vitimas); 5. Contratualização de um circuito facilitador para o acesso aos serviços públicos (celebração de um protocolo de parceria com o modelo de intervenção definido junto do Ministério da Justiça (Procuradoria); Ministério da Saúde (ACES Cávado); Ministério do Emprego e SS (IEFP e CDSSSB) e Autarquias Locais (Apoios Municipais); 6. Intervenção psicoterapêutica especializada junto das crianças e jovens expostas a situações de vitimização (definição de um programa psicoterapêutico; capacitação dos profissionais); 7. Supervisão científica do projeto (apoio científico à construção do modelo de intervenção e programa psicoterapêutico; produção de guiões de trabalho; capacitação dos agentes); 8. Acompanhamento e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Vítimas de violência de género / Crianças e jovens expostas a situações de vitimização / Entidades locais com intervenção neste domínio		
Promoção e Governação	Âncoras institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, I.P - Centro Distrital de Braga; CIM Cávado; Redes Sociais concelhias; GASC; Cáritas de Braga; Universidade do Minho - Escola de Psicologia; APAV; SOPRO; Forças de Segurança (PSP e GNR); Hospital de Braga; ACES Cávado; Ministério da Justiça (Procuradoria)	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de Profissionais envolvidos em ações de capacitação</p> <p>Nº de Protocolos de parceria formalizados</p> <p>Nº de Instrumentos de intervenção harmonizados</p>		

	<p>Nº de Sessões de trabalho realizadas</p> <p>Nº de Crianças e jovens apoiados</p> <p>Nº de Entidades envolvidas</p>
Resultados Esperados	<p>Protocolos interinstitucionais pioneiros a nível nacional</p> <p>Modelos e mecanismos de intervenção com as crianças e vítimas inovadores a nível nacional</p> <p>Reforço e consolidação da cultura de trabalho em rede interinstitucional no Cávado</p>
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POISE</p> <p>POR Norte 2020</p> <p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>

A existência de informação disponível e atualizada sobre a deficiência é a condição prévia ao planeamento sistemático das respostas e serviços vocacionados para esta problemática. A pertinência desta intervenção liga-se ao problema da não estabilização e normalização das categorias de análise estatística nesta área, da desatualização da informação existente, da dificuldade que as instituições assinalam com a identificação de casos ainda camuflados na comunidade e da dispersão de instituições com as suas próprias fontes de informação não partilhada e cruzada de modo a obter um retrato territorial fiável.

O diagnóstico de proximidade pretende ser um estudo exaustivo à escala supraconcelhia do Cávado da situação da deficiência nas suas múltiplas vertentes. Será garantida a cientificidade, rigor no processo de construção do modelo de análise, da definição das metodologias de recolha de informação e do seu tratamento. Este trabalho é possível com a concertação de um conjunto de instituições, de serviços públicos e dos municípios do Cávado. Será um estudo pioneiro que retratará a real situação de partida e permitirá o planeamento de uma cobertura de excelência para esta região numa das problemáticas socialmente mais sensíveis.

Quadro 40 - Ficha de Projeto 15

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades		
Designação do Projeto	Diagnóstico de Proximidade no domínio da deficiência e incapacidades		
Objetivo Estratégico	Até 2021, são envolvidas 100% das Redes Sociais concelhias na elaboração do diagnóstico de proximidade no domínio da deficiência e incapacidades Até 2021, existe uma caracterização quantitativa e qualitativa da população com deficiência e incapacidades do Cávado		
Objetivos Específicos	Até 2021, são realizadas sessões de trabalho do grupo multi-institucional e multidisciplinar concelhio com supervisão científica Até 2021, é realizado um levantamento quantitativo e qualitativo das tipologias de pessoas com deficiência e incapacidades		
Âmbito Geográfico	Supraconcelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto (construção de um modelo de governação; criação de um grupo de trabalho multi-institucional e multidisciplinar supraconcelhio); 2. Constituição de uma equipa interserviços e multidisciplinar para a elaboração do diagnóstico de proximidade; 3. Elaboração de um diagnóstico de proximidade para caracterização quantitativa e qualitativa das tipologias de pessoas com deficiência na região do Cávado; 4. Supervisão científica do projeto (apoio científico à orientação metodológica e elaboração do diagnóstico de proximidade); 5. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	IPSS's com resposta na área da deficiência / População com deficiência e incapacidades		
Promoção e Governação	Âncoras institucionais	Plataforma Supraconcelhia do Cávado; ISS, IP - Centro Distrital de Braga; Redes Sociais Concelhias; CERCÍ Braga; APAC; APACI; Hospitais; ACES Cávado (Unidades Locais de Saúde); ACAPO; CSSJDeus; CSBJ de Braga; APPACDM.	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir

<p>Indicadores de avaliação</p>	<p>Nº de Diagnóstico de proximidade elaborado</p> <p>Nº de Instrumentos de recolha de informação aplicados</p> <p>Nº de Participantes nas ações de diagnóstico realizadas</p> <p>Nº de Entidades envolvidas</p> <p>Nº de Ações de diagnóstico realizadas</p> <p>Nº de Sessões de trabalho realizadas</p>
<p>Resultados Esperados</p>	<p>Caracterização e consensualização num referencial comum das tipologias de deficiência para trabalho partilhado das instituições no Cávado</p> <p>Produção da informação categorizada e cientificamente validada sobre a população com deficiência no Cávado</p> <p>Mapeamento e sinalização dos casos sociais com a presença da problemática da deficiência</p>
<p>Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)</p>	<p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>

4.3. Projetos Estrela Supraconcelhios – disseminação de boas práticas e excelência territorial

O contexto de planeamento ao nível da PSC do Cávado apresenta-se como um espaço privilegiado para a troca de experiências e boas práticas entre os concelhos que a compõem, bem como para harmonizar um conjunto de instrumentos e linguagens facilitadoras do processo de cooperação e articulação entre a escala concelhia e supraconcelhia (ISS, I.P, 2009). Neste contexto, o processo de planeamento estratégico desenvolvido junto das RS e PSC do Cávado, teve como objetivo apoiar, acompanhar e dar orientação metodológica na elaboração/atualização dos documentos estratégicos em ambas as escalas.

Numa lógica de convergência, interligação e criação de sinergias entre os documentos concelhios e supraconcelhio foi concertado que cada concelho da NUT III Cávado iria liderar um “Projeto-Estrela”.

Os Projetos Estrela são projetos de impacto supraconcelhio que visam a qualificação do território da NUT através da criação de um benchmarking interno de projetos de referência. São projetos alargados à escala da NUT mas com uma metodologia de desenvolvimento em espiral que se inicia num concelho promotor e se replica no Cávado em todos os outros concelhos.

A integração destes Projetos-Estrela no PDS e num espaço de planeamento como a PSC do Cávado revela-se uma estratégia decisiva para a maximização das possibilidades de qualificação das intervenções, dos ganhos coletivos por via da concertação e da promoção da inovação, excelência e da criação de vantagens competitivas ao nível do desenvolvimento social do território

Um território é definido enquanto espaço de desenvolvimento social pelas intervenções inovadoras e de qualidade que pode gerar. Nesse sentido, os projetos-estrela são uma ferramenta de diferenciação e especialização complementar do território ao criarem clusters temáticos à volta de projetos que identificam os concelhos e que os implementam.

Os Projetos-Estrela distribuídos por todos os concelhos na NUT III Cávado tem como finalidade a criação de mecanismos colaborativos de transferência de conhecimento, de partilha de boas práticas e de criação de escala transconcelhia para os projetos de cada um dos concelhos, permitindo a maximização das possibilidades de atração e captação de recursos para o seu desenvolvimento.

4.3.1. Critérios de seleção

Os projetos Estrela são selecionados de acordo com o seu potencial de impacto à escala supraconcelhia e simultaneamente, pelo seu potencial de transferibilidade.

O processo de identificação e seleção dos Projetos-Estrela de cada concelho assentou no reconhecimento territorial da aposta de cada RS em linhas de intervenção temáticas específicas, adaptadas ao contexto local, com potencial de transferência de conhecimento e aprendizagem, e que assentem num planeamento em rede e parceria com os agentes locais.

Tal como é mencionado no documento de orientação para os referenciais estratégicos das PSC (ISS, I.P, 2009), elaborado pelo Núcleo da Rede Social do ISS, I.P, o processo de identificação e seleção dos Projetos-Estrela reveste-se de alguma subjetividade e deverá ser estruturado a partir de um conjunto de “critérios de referência”.

Neste contexto, a seleção dos Projetos-Estrela de cada concelho da NUT III Cávado foi realizada com base na correspondência deste com os seguintes critérios:

- **Inovação** – são projetos que atuam na cadeia de inovação (produto, processo, proposta de valor);
- **Transferibilidade e replicabilidade** – são projetos que têm condições de transferibilidade e replicabilidade na NUT;
- **Adaptabilidade** – são projetos que preveem e definem as condições experimentais de adequação e adaptação aos outros concelhos;
- **Modelização** – Disponibilizam o seu modelo técnico e de implementação definido (chave na mão) - são projetos que sistematizam a metodologia utilizada e disponibilizam o seu guião técnico de implementação;
- **Impacto social relevante** – estão focados numa problemática social relevante, reconhecida pela PSC;
- **Impacto territorial relevante** – são uma oportunidade de afirmação e especialização do território Cávado numa temática considerada relevante interna e externamente;
- **Projetos de micro escala** – não estão condicionados pela existência de investimentos avultados nem condições infra estruturais significativas podendo ser replicados em territórios de qualquer densidade;
- **Projetos *smart*** – projetos com forte intensidade de conhecimento e especialização técnica;

- **Projetos integrados e em rede** – são projetos modulares, multidimensionais e multi institucionais (com vários parceiros implicados e desenvolvidos) na rede social.

4.3.2. Requisitos de planeamento

O planeamento do Projeto-Estrela assenta numa lógica de trabalho em rede e parceria, em que a participação dos parceiros é critério decisivo na capacidade de produção de impacto social e eficácia do projetos. A sua operacionalização deverá percorrer um ciclo de desenvolvimento e experimentação num concelho e depois o teste à sua implementação no conjunto dos concelhos da NUT III Cávado. A avaliação e replicação são enquadradas numa parceria de desenvolvimento e disseminação que envolve todas as redes enquanto parceiras. O percurso metodológico previsto no planeamento orienta-se pela etapa de teste e experimentação à escala concelhia, pela modelização e construção colaborativa pelas diferentes RS da NUT III Cávado e pela etapa de disseminação e implementação à escala supraconcelhia. A sua lógica de planeamento e implementação poderá ser sintetizada nestas três etapas:

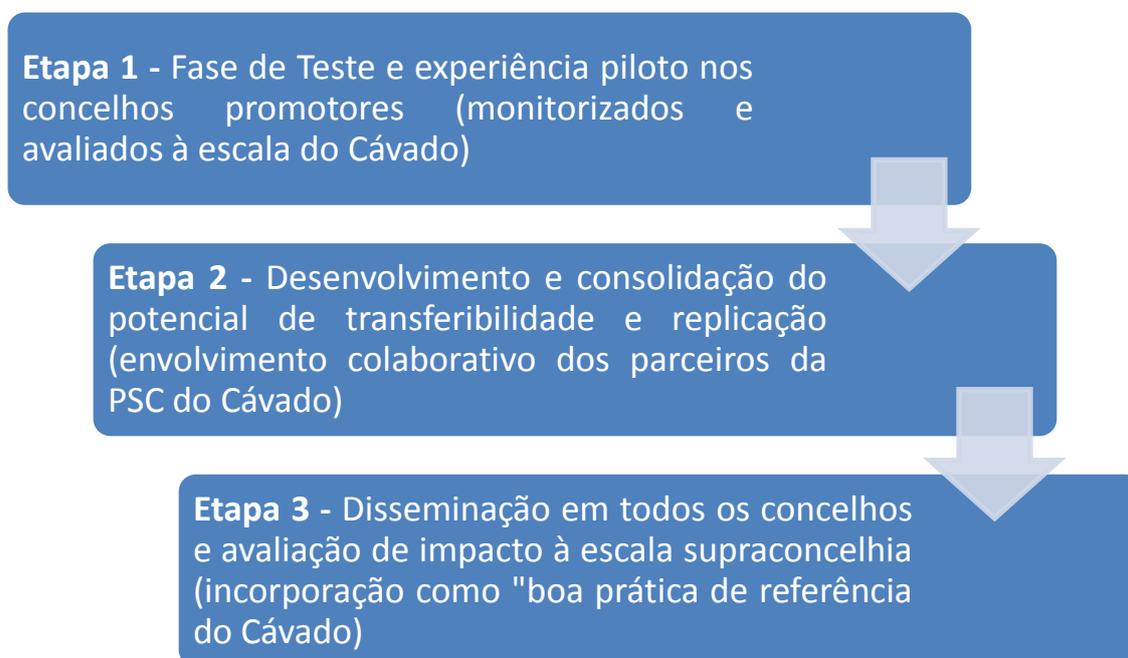


Figura 3 - Percurso Metodológico para os Projetos-Estrela

Neste contexto, a tipologia de planeamento do Projeto-Estrela deve ser orientado por dois momentos:

1. Modelo de gestão // governação

- **Gestão operacional:** a gestão operacional do projetos é da responsabilidade do concelho promotor, sendo delegada na entidade ou parceria que o implementa no âmbito da rede social;
- **Parceria de acompanhamento e disseminação (plataforma supraconcelhia de acompanhamento da implementação dos projetos):** os concelhos da NUT III Cávado estão representados pelas redes sociais respetivas na gestão estratégica e no acompanhamento da transferência e disseminação do projeto;
- **Gestão estratégica no âmbito do modelo de governação do PDS Supraconcelhio do Cávado e PSC.**

2. Estratégia de transferência e disseminação

- Experimentação em cada concelho;
- Produção de materiais de apoio à implementação;
- Apoio na transferência e disseminação do projeto;
- Formação e apoio técnico.

O **Projeto-Estrela da RS de Braga** tem como objetivo capacitar grupos com baixos níveis de empregabilidade (população desempregada, vítimas de violência doméstica, população com deficiência ou incapacidade e beneficiários de RSI) que vivam em situação de vulnerabilidade social potenciando a sua integração no mercado de trabalho. Pretende-se a efetivação de uma ocupação desenvolvida numa lógica de qualificação formativa e de experiência profissional do beneficiário, com inerentes mais-valias no seu desenvolvimento pessoal, formativo e social. Consequentemente permitirá roborar um importante contributo cívico a favor da comunidade onde se inserem.

A promoção e desenvolvimento de competências sociais e profissionais de grupos com baixos níveis de empregabilidade serão realizados através da criação de oficinas sociais. As oficinas sociais visam trabalhar os níveis de empregabilidade deste público-alvo em contexto de trabalho, nomeadamente em empresas, autarquias locais e instituições sem fins lucrativos, de acordo com as características e competências dos participantes.

Estas oficinas permitirão adquirir competências técnicas e individualizadas de trabalho, desenvolver oportunidades para fortalecer hábitos e rotinas de trabalho, promover a inserção e reinserção na vida ativa, promover o relacionamento interpessoal, proporcionar elementos informativos necessários para a tomada de decisão de natureza profissional e promover uma atitude positiva e dinâmica na procura de emprego.

Quadro 41 - Ficha de Projeto 16

Eixo Prioritário de Intervenção	Economia Inclusiva
Designação do Projeto	Braga Estrela
Objetivo Estratégico	Capacitar grupos em situação de vulnerabilidade social potenciando a sua integração no mercado de trabalho
Objetivos Específicos	<p>Promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais com vista a melhorar as capacidades de inserção profissional e manutenção do emprego;</p> <p>Consciencializar para a necessidade de desenvolver novas atitudes e comportamentos tendo em vista a inserção profissional e manutenção do emprego;</p> <p>Desenvolver uma atitude reflexiva e ativa face aos desafios e oportunidades do mercado de trabalho</p>

Âmbito Geográfico	Concelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<p>1. Criação de um Gabinete de Acompanhamento Psicossocial (avaliação psicológica individual; psicoterapia individual; acompanhamento do processo formativo; apoio na resolução de dificuldades evidenciadas ao longo do projeto procurando soluções adequadas; construção de um projeto profissional tendo em vista a inserção ou manutenção no emprego);</p> <p>2. Criação e dinamização de oficinas sociais (processo de aprendizagem de uma área profissional em contexto prático de trabalho (Capacitação para Ação); aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais com vista a melhorar as capacidades de inserção profissional e manutenção do emprego; desenvolvimento de novas atitudes e comportamentos tendo em vista a inserção profissional e manutenção do emprego);</p> <p>3. Ações de capacitação para a aquisição e desenvolvimento de competências necessárias para a integração na vida ativa (reconhecer e valorizar as aprendizagens resultantes das diferentes experiências individuais; identificar as competências pessoais e profissionais adquiridas ao longo da vida dos indivíduos; promover a transferibilidade das competências pessoais e profissionais);</p> <p>4. Ações de divulgação e disseminação (sessões de divulgação ao tecido empresarial; seminário de apresentação de resultados; etc);</p> <p>5. Monitorização e avaliação.</p>		
Grupo-alvo (beneficiários)	Desempregados de longa duração; Beneficiários de RSI; Pessoas com deficiência; Vítimas de Violência Doméstica		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Município de Braga – GAS	
	Entidades Parceiras	Rede Social de Braga	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de abrangidos integrados no mercado de trabalho ou noutras medidas ativas de emprego após o fim de apoio</p> <p>Nº de postos de trabalho criados</p> <p>Nº de abrangidos/participantes</p> <p>Nº de abrangidos no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção</p> <p>% de abrangidos empregados 6 meses após o apoio</p>		

	% de postos de trabalho apoiados que permanecem 6 meses após o fim de apoio % de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário
Resultados Esperados	Facilitar a integração de grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho, através de ações que proporcionem o entrar ou reentrar e permanecer no mercado de trabalho, a aprendizagem ao longo da vida e o aumento e aquisição de competências profissionais; Desenvolver uma intervenção direta e de proximidade com os grupos mais vulneráveis, ao nível do aumento dos níveis de empregabilidade e qualificação, a partir do desenvolvimento de ações que apoiem os sistemas de inserção no mercado de trabalho e reforço da formação avançada e complementar.
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	POISE Outros programas ou fundos de financiamento

A Parentalidade é um direito das crianças/jovens, uma responsabilidade e um direito dos pais e define-se como um comportamento parental baseado no melhor interesse da criança, assegurando a satisfação das principais necessidades das crianças e a sua capacitação sem violência. Proporciona o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento.

A dinamização deste *Projeto-Estela da RS de Amares* visa responder diretamente às problemáticas elencadas no PDS de Amares, bem como complementar as iniciativas dos técnicos de ação social do Concelho (CPCJ e RSI). As famílias acompanhadas por estes são descritas na sua maioria, como desestruturadas e carentes de funcionalidade. A falta de união familiar, o fraco vínculo entre os membros que compõem o agregado familiar, a ausência de objetivos de vida e a desigualdade de género são considerados aspetos fundamentais a serem trabalhados.

Este projeto surge com um propósito inovador, necessário e reconhecido pelos técnicos que diariamente sentem as dificuldades e os desafios impostos pela comunidade, como uma mais-valia na intervenção. É urgente intervir de forma colaborativa para que se facilite o envolvimento da família e a sua adesão na promoção da mudança, da capacidade de insight e na garantia da satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens.

Atualmente ser pai/mãe corresponde ao desempenho de um papel que está sujeito a um escrutínio permanente, interno e externo, uma vez que é importante que satisfaçam as necessidades mais básicas de sobrevivência e saúde, e proporcionem aos filhos um mundo físico organizado, seguro e previsível, que permita o estabelecimento e a existência de rotinas essenciais ao seu desenvolvimento. Por outras palavras, é importante que os pais promovam uma Parentalidade Positiva, criando as condições necessárias para que as crianças possam desenvolver as suas capacidades sociais e de comunicação, emocionais, de autonomia e de resolução de problemas.

Sabe-se que o exercício das funções da parentalidade depende de um conjunto de variáveis, nomeadamente, a história de desenvolvimento dos progenitores; a sua personalidade e recursos psicológicos; as próprias características da criança; a relação entre pai e mãe; o contexto e o suporte social existente; os recursos sociocognitivos (atitudes, expectativas, crenças) e os estilos e práticas parentais. Atendendo que estas variáveis são relevantes no desenvolvimento de uma relação saudável entre pais e filhos, e sabendo que o exercício da parentalidade é uma tarefa exigente, o projeto pretende trabalhar com as famílias, crianças e jovens, sempre com o objetivo de as apoiar a responder aos desafios com que se confrontam e a proporcionar contextos de promoção de uma parentalidade mais eficiente e positiva.

Neste contexto, urge (re)pensar-se em práticas eficazes e exequíveis, pois em condições ideais, a família deverá ser o ambiente privilegiado para as crianças se desenvolverem intelectual, emocional e afetivamente de forma equilibrada e segura. É nesta conformidade que o projeto pretende atuar, acreditando-se que só um trabalho contínuo e persistente, apoiado pelos parceiros e famílias, pode ter resultados e contributos mais positivos para a família, a escola e toda a sociedade. Afinal, o que todos queremos é que as crianças cresçam seguras, felizes e com uma autoestima elevada, para que se tornem adultos equilibrados e confiantes, aptos a responder a uma sociedade em profunda e constante mudança.

Quadro 42 - Ficha de Projeto 17

Eixo Prioritário de Intervenção	<p>Sucesso Educativo</p> <p>Capacitação para a Ação</p>
---------------------------------	---

Designação do Projeto	Parentalidade Positiva
Objetivo Estratégico	Até 2021, dotar os agregados familiares em situação de vulnerabilidade social com crianças e jovens a cargo, com competências parentais necessárias à orientação e educação de crianças e jovens Até 2021, capacitar os profissionais de intervenção social em metodologias de educação parental
Objetivos Específicos	Em 2021, são realizadas ações de capacitação junto dos agregados famílias em situação de vulnerabilidade social e dos profissionais de intervenção social Em 2021, existe uma supervisão científica na implementação dos programas de capacitação e processo de disseminação do projeto à escala supraconcelhia
Âmbito Geográfico	Concelhio
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um Gabinete Psicossocial para acompanhamento e apoio especializado às famílias, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade; 2. Ações de promoção e capacitação para uma parentalidade positiva (Capacitação Familiar / Empowerment / Treino de Competências Parentais); 3. Dinamização de um Grupo de Apoio Parental (GAP) – “Conversas com Pais” (sessões mensais coletivas de apoio e aconselhamento parental); 4. Ações de integração pela arte (Dinamização de Ateliers / Oficinas de Artes em meio escolar; Organização e Ocupação de Tempos Livres – Integração das crianças e jovens em atividades lúdicas, pedagógicas e desportivas durante as férias escolares; Integração das crianças e jovens no Grupo Animares – Animação de rua e Artes Circenses; Participação em atividades e eventos culturais no Concelho de Amares e Concelhos limítrofes; Atividades de Promoção de Voluntariado Jovem); 5. Ações de aproximação das famílias ao contexto escolar (workshops Temáticos dirigidos aos pais; workshops Temáticos dirigidos às crianças e jovens; workshops Temáticos dirigidos aos professores; Acompanhamento individualizado aos encarregados de educação sempre que se justifique (aconselhamento parental);

	<p>6. Supervisão científica do projeto (apoio científico aos programas de capacitação das famílias e profissionais; apoio científico aa metodologias de intervenção a implementar junto das famílias; produção de guiões de trabalho; Disseminação do projeto a nível supraconcelhio);</p> <p>7. Fase de disseminação, monitorização e avaliação.</p>		
Grupo-alvo (beneficiários)	Famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças e jovens a cargo / Crianças e Jovens inseridas em famílias em situação de vulnerabilidade social e sinalizadas pela CPCJ / Técnicos e outros profissionais e colaboradores de ação social		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Município de Amares	
	Entidades Parceiras	Rede Social de Amares	
Horizonte temporal	Data de inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de Profissionais envolvidos nas ações de capacitação</p> <p>Nº de Agregados familiares em situação de vulnerabilidade social envolvidos</p> <p>Nº de Horas de capacitação realizadas</p> <p>Nº de Workshop's realizados</p> <p>Nº de Sessões de GAP realizados</p>		
Resultados Esperados	<p>Maior funcionalidade e estruturação familiar; Maior autoestima e autoconfiança na família; Famílias com vínculos mais fortalecidos que conduzam a uma maior estruturação emocional das crianças e jovens; Práticas educativas adequadas, positivas e equilibradas; Melhor relação afetiva com a escola; Reconhecimento por parte da comunidade de um espaço de mediação, orientação e aconselhamento dirigido às famílias em situação de risco.</p>		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	POISE		

O PIPA (Plano Integrado para a Promoção de Autonomia) é uma *estratégia de intervenção local da RS de Barcelos* que assenta em quatro projetos âncora com intervenções específicas, dirigidos a indivíduos com incapacidades e/ou dependências, no domínio dos cuidados integrados. Numa lógica de complementaridade aos cuidados de saúde primários e numa base de concertação territorial, os interlocutores chave no domínio da saúde desenharam um conjunto de intervenções específicas, programáticas, com impactos diretos na qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Trata-se de um conjunto de respostas pluridimensionais e interdisciplinares, com efeitos desmultiplicadores a médio e longo prazo do ponto de vista individual e coletivo. O carácter catalisador, complementar e irradiador que caracteriza este modelo de intervenção e governação, desencadeia mudanças pessoais, institucionais e sociais que se traduzem em ganhos de saúde ao nível da prevenção primária, secundária e terciária.

Objetivamente, para um período de três anos (3), e numa perspetiva de ensaio/pilotagem, monitorizada pela comunidade científica, pretende-se no âmbito de intervenção dirigida a pessoas portadoras de quadros demenciais e acometidas de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC), avaliar e responder de forma integrada e efetiva às reais e potenciais necessidades identificadas. Nesta linha e em contexto domiciliário, o **Projeto ProCuidad@r** investe num programa de formação-ação, assessorado por uma equipa de apoio individualizado e em grupo, dirigida aos cuidadores formais e informais. Esta intervenção agiliza e disponibiliza um recurso capacitado à comunidade, encurtando tempos de espera e a instalação de alguns quadros de desgaste emocional. Por outro lado, favorece a empregabilidade reforçando os processos de autonomia. Num quadro de articulação interinstitucional, o **Projeto 3i's** diagnostica e avalia o estadiamento das capacidades cognitivas e funcionais dos indivíduos integrados nas diferentes respostas tipo. Á posterior, propõe um plano de intervenção individual e/ou em grupo, preferencialmente em contexto de ambulatório, conjugado com o reforço da capacitação técnica que facilite e promova ganhos de autonomia individual e institucional. Em situações de crise, a consultoria sublinha a autonomia pelo apoio de tutoria que disponibiliza em permanência e à distância. Numa perspetiva de continuidade de cuidados, o **Centro de Promoção de Autonomia e Reabilitação Integral** (CPARI) pretende constituir-se de uma resposta diferenciada e inovadora ao nível dos cuidados de saúde especializados, dirigida as pessoas portadoras de quadros demenciais e vítimas de Acidentes Vasculares Cerebrais. Trata-se de uma intervenção com enfoque na reabilitação cognitiva, funcional e psicossocial, de abordagem intensiva e parametrizada, através de planos individuais de intervenção, estruturados em equipas multidisciplinares. A promoção da autonomia e reabilitação integral da pessoa advém da intervenção individualizada e personalizada, coadjuvada pela resposta no domicílio e/ou nas instituições sustentadas nos projetos

anteriores. No mesmo domínio, mas num segmento específico da população o **RIAP- Resposta Integrada para a Área da Pedopsiquiatria** centra a sua intervenção na diminuição dos riscos associados a quadros de saúde diagnosticados em crianças e jovens. Nesta linha, a prevenção da doença e o desenvolvimento de um plano In(formativo) atenuam e/ou eliminam ambientes perturbadores.

Como recurso aglutinador, surge o Gabinete de Apoio Especializado (GAE) enquanto estrutura de orientação e apoio psicossocial, destinado à comunidade, em particular aos doentes e cuidadores. A localização central mas descentralizada na rede de contactos e de articulação permite a disseminação da rede de recursos, ao mesmo tempo que identifica áreas lacunares paralelas que a paisagem organizacional das entidades pode e deve responder. Trata-se de um serviço informativo e de apoio assegurado por técnicos competentes das entidades parceiras e que integram os diferentes projetos: Procuidador, 3 í's, CPARI e RIAP.

Na linha da mentoria, este programa reserva aos promotores uma forte atuação no domínio da consultoria/auditoria do programa.

Quadro 43 - Ficha de Projeto 18

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo Deficiência e Incapacidades
Designação do Projeto	Plano Integrado de Promoção da Autonomia
Objetivo Estratégico	Promover o bem-estar e a qualidade de vida de grupos mais vulneráveis pela sua situação de dependência e debilidade de saúde e incapacidade
Objetivos Específicos	<p>Alargamento das respostas na área dos cuidados, privilegiando a preservação das pessoas no seu contexto ambiental;</p> <p>Deteção precoce das doenças permite aumentar a eficácia dos programas, com reflexos diretos e mensuráveis na autonomia e qualidade de vida das pessoas</p> <p>Criação de um dispositivo de recursos integrados que reforcem a proteção, a consciencialização e a prevenção destas patologias, subscrevendo longevidade com qualidade</p> <p>Reorganização da paisagem organizacional e a emergência de novas respostas, de acordo com as necessidades e expectativas da</p>

	comunidade, fundamentadas nos conceitos de proximidade e de acessibilidade dos cidadãos à rede de serviços		
	Validação e a certificação dos programas conferem ao plano a credibilidade e a replicabilidade do modelo de intervenção para outros territórios, nomeadamente para a linha do Cávado		
Âmbito Geográfico	Concelhio		
Componentes Chave da Intervenção – Tipologia de Projetos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto Pró-cuidador; 2. Projeto 3 í's – Interdisciplinar, interinstitucional e interdependente 3. Projeto Centro de Promoção de Autonomia e Reabilitação Integral 4. Projeto RIAP - Resposta Integrada para a Área da Pedopsiquiatria. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	<p>Cuidadores formais e informais</p> <p>População idosa e população dependente de cuidados</p> <p>Doentes de AVC e de doenças demenciais</p> <p>Crianças e jovens adolescentes com perturbações mentais e/ou de comportamento</p>		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Município de Barcelos	
	Entidades Parceiras	Associação AVC; ISJD- Casa de Saúde de S. João de Deus; ISJD – Casa de Saúde de S. José; Município de Esposende; IPCA; ACES Cávado III; Universidade do Minho, Hospital Santa Maria Maior E.P.E; IPVC; IPSS's; Barcelos Sénior; Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; Direção geral de Reinserção Social; CPCJ; VOT- Casa Menino Deus; APAC; CSCRAV; GASC.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de entidades envolvidas</p> <p>Nº de horas de capacitação</p> <p>Nº de beneficiários apoiados</p> <p>Bateria de indicadores que validam a intervenção no doente, na família, profissionais e instituições</p>		

Resultados Esperados	<p>Certificar 80 Cuidadores</p> <p>Diminuir a institucionalização de 60 idosos e pessoas dependentes</p> <p>Envolver em processo de recuperação ou manutenção pelo menos 70% dos casos identificados</p> <p>Validar/certificar o PLIC e o Programa Terapêutico (AVC's, Demências e Pedopsiquiatria)</p> <p>Promover o bem estar e a qualidade de vida da população-alvo e da população em geral</p>
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POISE</p> <p>PDCT Cávado 2020</p> <p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>

A *RS de Vila Verde* aposta no desafio estratégico da promoção da qualidade de vida dos cidadãos, o retardamento do processo de institucionalização a situações sem outra alternativa (aumento da perda de autonomia) e a manutenção dos indivíduos na sua comunidade através da criação de respostas inovadoras e integradas, com base numa lógica concertada e sustentada de trabalho em rede, para que se desenvolvam iniciativas de apoio ao envelhecimento ativo e saudável, por via da promoção de estilos de vida saudáveis, a manutenção dos indivíduos na sua comunidade e a transmissão de saberes e competências entre gerações.

Estas questões foram sublinhadas nos espaços participativos com os parceiros da Rede Social que identificaram como problema emergente o número de situações de isolamento social e solidão na população idosa, ainda que não existam dados concretos e em proximidade que espelhem esta realidade. Face a este obstáculo, propõe-se o desenvolvimento deste projeto para a criação de uma rede integrada e de proximidade para a identificação e acompanhamento das situações de isolamento social e solidão, bem como no envolvimento desta população em atividades de convívio e práticas de estilo de vida saudáveis.

Quadro 44 - Ficha de Projeto 19

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades		
Designação do Projeto	Idade Maior – Intervenção em Rede		
Objetivo Estratégico	Implementar uma rede integrada de apoio e acompanhamento a situações de isolamento e solidão		
Objetivos Específicos	Garantir o acompanhamento e monitorização de 100% das situações de isolamento identificadas, até outubro de 2020 Envolver até outubro de 2020, 6% da população idosa do concelho na prática de atividade física		
Âmbito Geográfico	Concelho		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma equipa interinstitucional para acompanhamento e monitorização das situações de maior isolamento e vulnerabilidade social; 2. Aplicação de instrumentos de consulta participativa junto dos idosos do concelho; 3. Atualização e manutenção da plataforma interativa de acompanhamento e vigilância das situações sinalizadas; 4. Dinamização de atividades de exercício físico nas freguesias e instituições do concelho; 5. Elaboração de um Plano de Atividade Recreativas e Culturais; 6. Fase de disseminação, monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	População com 65 ou + anos Comunidade em geral		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Município de Vila Verde	
	Entidades Parceiras	GNR; Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga; ACES Gerês /Cabreira; Proteção Civil; Bombeiros; IPSS's e Município de Vila Verde.	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	Nº de idosos sinalizados e acompanhados		

	Nº de ações desenvolvidas Nº de idosos envolvidos nas atividades de exercício físico e recreativas/culturais
Resultados Esperados	Diminuição das situações de isolamento no concelho Promoção de estilos de vida ativa e saudável
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	PCDT Cávado 2020 POISE

O *Projeto-Estrela da RS de Terras de Bouro* centra-se no desenvolvimento de um projeto de experimentação que possibilite a definição e implementação de um programa de atividades terapêuticas adaptadas para as pessoas com deficiência, integradas num CAO de uma IPSS concelhia. Pretende tirar partido dos recursos naturais e patrimoniais presentes no território disponibilizando um conjunto de atividades e serviços diferenciados que contribuam para a estimulação das capacidades cognitivas, motoras e de sociabilidade deste grupo-alvo. O património natural e cultural presente no concelho de Terras de Bouro assume-se como uma potencialidade de mudança e transformação, materializada na característica identitária ligada à fileira de produtos e serviços ligados à natureza, seja por via da promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas seja pela potenciação dos recursos endógenos para a criação de oportunidades de pequenos nichos empresariais.

Quadro 45 - Ficha de Projeto 20

Eixo Prioritário de Intervenção	Envelhecimento Ativo Deficiência e Incapacidades
Designação do Projeto	Terapias Inclusivas
Objetivo Estratégico	Promover uma resposta especializada para as pessoas com deficiência e incapacidades
Objetivos Específicos	Estimular a capacidades cognitivas, físicas e de sociabilidade das pessoas com deficiência e incapacidades Melhorar as condições de vida e de saúde dos utentes de CAO

Âmbito Geográfico	Concelho		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de um programa terapêutico adequado para pessoas com deficiência; 2. Implementação e dinamização do programa terapêutico (oficinas de educação artística; ações terapêuticas ligadas ao termalismo e desporto de natureza; oficinas de estimulação cognitiva); 3. Fase de disseminação; 4. Monitorização e avaliação. 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Pessoas com deficiência e incapacidades		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Município de Terras de Bouro	
	Entidades Parceiras	Rede Social de Terras de Bouro	
Horizonte temporal	Data de Início	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de pessoas com deficiência que beneficiam dos tratamentos terapêuticos</p> <p>Nº de parceiros envolvidos</p> <p>Nº de sessões terapêuticas desenvolvidas</p>		
Resultados Esperados	Proporcionar uma resposta adaptada e especializada às necessidades de resposta para pessoas com deficiência e incapacidades		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POISE</p> <p>PCDT Cávado 2020</p> <p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>		

O *Projeto-Estrela da RS de Esposende* tem como propósito a criação de uma rede / plano único interinstitucional para a inovação das respostas sociais, a rentabilização dos espaços e recursos humanos, materiais e técnicos e a partilha de experiências em rede entre técnicos e instituições.

Partindo da necessidade de adaptar as respostas sociais, através do investimento na diferenciação dos serviços, de forma a colmatar necessidades diagnosticadas, o concelho de Esposende tem uma rede primária de respostas e serviços para os séniores e idosos, com qualidade e cobertura. A

coordenação desta rede é agora uma necessidade estratégica. Esta coordenação deverá ser implementada numa sub rede temática da gerontologia no concelho. Esta estrutura deverá ser flexível e promotora da inovação respondendo à exigência do projeto estrela de disseminar e promover no Cávado as boas práticas implementadas em Esposende.

A realidade do envelhecimento é cada vez mais complexa e diferenciada. As necessidades são múltiplas e abrangentes: vão desde os cuidados de saúde para intervenção clínica até à manutenção da autonomia e das funções cognitivas, passando pela reabilitação e manutenção de funções essenciais para as quais são necessárias terapias complementares. Por outro lado os idosos tendem a adiar a institucionalização e manter enquanto possível o seu ambiente natural de vida. Esta expectativa social crescente nos “novos idosos”, tem consequências na necessidade de cuidados de apoio na manutenção no domicílio, na manutenção de redes de contactos e fruição de espaços de sociabilidade e funcionais como as compras e rotinas domésticas. Esta nova realidade ultrapassa o previsto no SAD e fundamenta uma intervenção inovadora de acompanhamento na saúde dos idosos no seu domicílio em coordenação com os cuidadores.

Por seu turno, a existência de pessoas com deficiência no concelho sem resposta acessível e de proximidade que gera a necessidade de inovação na resposta a prestar. Embora o número exato e a caracterização da população portadora de deficiência seja ainda objeto de estimativas, sabe-se pelo contacto direto dos técnicos no terreno que existem caos com especificidades pela idade, situação e retaguarda familiar e outras questões que não acedem à resposta concelhia para a deficiência. Fundamenta-se, assim, a necessidade de respostas ao domicílio para complemento terapêutico e psicossocial das respostas já existentes.

Quadro 46 - Ficha de Projeto 21

Eixo Prioritário de Intervenção	Capacitação para a Ação Requalificação e reorientação das respostas sociais
Designação do Projeto	Inovação e Design Thinking nas respostas sociais

<p>Objetivo Estratégico</p>	<p>Até 2020 estão testados e disseminados no Cávado três respostas sociais e serviços inovadores para a população idosa</p> <p>Até 2020 estão testados e disseminados no Cávado três respostas sociais e serviços de apoio aos cuidadores formais e informais, pessoas portadoras de deficiência e na área do envelhecimento ativo</p> <p>Até 2020 Esposende testa e implementa modelos de respostas sociais inovadoras e de excelência na área deficiência, dos idosos e nas problemáticas sociais mais relevantes</p>
<p>Objetivos Específicos</p>	<p>Serviços inovadores para o bem-estar físico e emocional dos idosos</p> <p>Respostas inovadoras na prestação de cuidados integrados aos idosos</p> <p>Respostas inovadoras para apoio e reforço dos cuidadores formais e informais</p> <p>Rede de respostas integradas para a deficiência no concelho</p>
<p>Âmbito Geográfico</p>	<p>Concelho</p>
<p>Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de equipas de recursos partilhados entre as instituições 2. Criação de equipas de enfermagem ao domicílio 3. Criação de equipas multidisciplinares transversais coordenadas com a saúde de apoio aos idosos no domicílio 4. Criação de gabinete técnico de primeira linha 5. Equipa móvel de apoio com técnicos das instituições 6. Criação de espaços e recursos para o descanso dos cuidadores informais 7. Integração dos cuidadores nos planos de saúde e terapia dos utentes 8. Formação e qualificação dos cuidadores formais 9. Criação de planos de informação e formação para cuidadores 10. Diagnóstico ao domicílio e caracterização da situação da deficiência no concelho de Esposende 11. Coordenação / Criação da equipa multidisciplinar / interinstitucional na intervenção na deficiência no domicílio 12. Implementação de um CAO e Residência para pessoas com deficiência

Grupo-alvo (beneficiários)	Grupos alvo socialmente vulneráveis alvo das respostas e serviços sociais		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	IPSS's e Saúde representada no concelho	
	Entidades Parceiras	Escola Superior de Enfermagem; Município de Esposende; Juntas de freguesia; Segurança Social; IPSS's do concelho	
Horizonte temporal	Data de Inicio	A definir	Data de término A definir
Indicadores de avaliação	<p>Nº de vagas resultantes de processos de reconversão de equipamentos</p> <p>Nº de vagas resultantes de processos de adaptação de equipamentos</p> <p>Grau de satisfação dos utentes (operações apoiadas) (0 a 10)</p>		
Resultados Esperados	Demonstração da viabilidade de respostas inovadoras a disseminar pela região do Cávado		
Recursos disponíveis a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>POR Norte 2020</p> <p>POISE</p> <p>Outros programas ou fundos de financiamento</p>		

Capítulo V – Eventos de Ignição do PDS

O PDS Supraconcelhio do Cávado pretende-se como um documento vivo e dinâmico que seja um real instrumento orientador da ação. Mas para realizar a sua missão deverá funcionar também como catalisador de eventos que sejam impulsionadores da ação. Estes momentos deverão decorrer ao longo das etapas chave de concretização do plano: candidaturas, avaliação, replaneamento e atualização.

A ignição do plano está estruturada em diferentes metodologias de acordo com funções diferenciadas de ativação e disseminação dos resultados do plano.

5.1. Comunicação e Marketing Social da Intervenção em curso

Dimensão da informação

Associada à execução do PDS está uma dimensão informativa. A implementação do plano gera notícias diretas e indiretas sobre o decorrer da ação, os factos pertinentes, o envolvimento e mobilização dos parceiros e os resultados atingidos, além do acesso aos relatórios produzidos em cada etapa do processo de execução. O PDS criará a sua plataforma de acesso à informação de modo transparente e aberta aos agentes do território.

Dimensão da comunicação

O PDS deverá criar canais de acesso à informação que sejam interativos possibilitando a comunicação do fluxo de informação, do seu acompanhamento (follow up) e da sua resposta (feed back). O sistema de comunicação será baseado nos fóruns a criar, como momentos de comunicação direta e da utilização das ferramentas de comunicação que as novas tecnologias permitem.

5.2. Seminários de Aceleração Temática

O programa de seminários a realizar estará de acordo com as temáticas dos projetos do PDS e terá como função qualificar a ação em curso e a planear. O contributo de especialistas sobre esse tema deverá repercutir-se no replaneamento e na definição de estratégias de ação qualificadas pela perícia convidada.

Estes seminários decorrerão nos momentos críticos da execução do PDS de modo a criar um efeito de alerta e comunicação mais eficaz sobre os projetos do plano.

5.3. Mostra de Projetos Cávado

A mostra de projetos do Cávado serve a estratégia de ativação do plano pelo reconhecimento público da ação. Dos seus resultados e das boas práticas geradas. Será fundamental que os protagonistas do PDS tenham rosto e voz na comunidade do Cávado.

Em termos comunicacionais o reconhecimento da região naquilo em que se distingue é uma ferramenta eficaz para criar a “marca” Cávado como identidade eficaz e criativa na resolução dos problemas sociais e na promoção do desenvolvimento.

Capítulo VI – Governação Estratégica Territorial

6.1. Modelo de Governação do PDS Supraconcelhio

A implementação de um PDS à escala supraconcelhia que envolve os diversos territórios e em cada um deles a rede de instituições locais, tem exigências de coordenação e pilotagem estratégica muito específicas e exigentes.

A orientação estratégica é determinante como espaço de concertação ao nível da definição política das opções de intervenção, da locação de recursos institucionais e da internalização no sistema normativo dos impactos sociais, valor gerado e inovação produzida na intervenção.

Para sustentar a função estratégica serão essenciais os espaços intermédios de negociação e planeamento setorial que definem as orientações para projetos e ações coordenadas no território, atribuindo-lhes a necessária coerência na rede e a especificidade própria da região do Cávado, disseminada nas instituições.

A criação da capacidade operacional do Plano é, igualmente essencial de modo a que todas as dimensões de governação possam interagir e funcionar complementarmente.

Serão necessários recursos técnicos alocados à implementação do plano na sua dimensão prática de concretização e eficiente realização de ações, projetos, instrumentos e recursos. A coordenação com os técnicos locais das RS e das equipas de projeto finaliza o modelo de governação proposto para este Plano.



Figura 4 - Modelo de Governação do PDS Supraconcelhio do Cávado

Nível de Coordenação Estratégica – Plataforma Supraconcelhia do Cávado

Composição	Funções
<p>Diretor do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga</p> <p>Presidentes dos CLAS da NUT III Cávado</p> <p>Representantes da Saúde, Educação, Emprego, IPSS's e Empresas</p> <p>Representante da CIM Cávado</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar uma parceria de suporte estável e com continuidade às candidaturas a diferentes fontes de financiamento e de recursos públicos e privados 2. Acompanhar e monitorizar a implementação do PDS supraconcelhio 3. Articular as medidas de política sectorial com os projetos e intervenções do PDS 4. Compromisso e vinculação institucional para reforço dos projetos e intervenções do PDS 5. Validação estratégica dos planos de ação supramunicipais 6. Negociação e concertação da implementação local de programas e medidas dos diversos sectores da administração 7. Análise e acompanhamento da monitorização do referencial estatístico e conhecimento produzidos com relevância estratégica

Nível de Coordenação e Operacionalização – Grupo Operativo

Composição	Funções
<p>Representante do ISS, I.P – Centro Distrital de Braga</p> <p>Representantes dos Municípios nos núcleos executivos de cada RS da NUT III Cávado</p> <p>Representante técnico da CIM Cávado</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ativar a implementação do PDS Supraconcelhio 2. Acionar os níveis de planeamento do PDS e articular territorialmente as intervenções 3. Coordenar e articular as intervenções com os PDS's concelhios 4. Monitorizar e acompanhar a implementação dos PDS's concelhios 5. Elaborar, preparar e articular candidaturas de apoio à implementação do PDS Supraconcelhio ao Portugal 2020 6. Elaborar relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação interna do PDS Supraconcelhio

Nível de Planeamento Integrado – Plataformas Temáticas

Composição	Funções
<p>Correspondem às áreas do PDS Supraconcelhio e serão incluídos no desenvolvimento dos trabalhos os parceiros à escala supraconcelhia e</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e implementar estratégias partilhadas e colaborativas nas áreas respectivas 2. Coordenar e uniformizar procedimentos e metodologias institucionais 3. Definir regras e princípios partilhados de colaboração entre os serviços,

<p>com intervenção em cada uma das áreas.</p>	<p>respostas e projetos</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Diagnosticar e aprofundar, conhecimento especializado apropriável para a inovação e eficiência dos serviços, projetos e intervenções 5. Criar procedimentos para a cobertura homogénea do território pelas redes de respostas e serviços 6. Qualificar e coordenar a elaboração de candidaturas nas áreas temática 7. Partilha de informação, integração do(s) sistema de comunicação, gestão partilhada de recursos e instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação
---	--

Conselho científico consultivo – Observatório de inovação e oportunidades Estratégicas

Composição	Funções
<p>Académicos, Peritos e especialistas reconhecidos no território que reflitam a sua massa crítica académica, científica e profissional</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise da informação considerada estratégica na implementação do PDS Supraconcelhio e no território da CIM 2. Elaboração de pareceres e propostas estratégicas de inovação e orientação da intervenção 3. Validação crítica das propostas de intervenção e opções de planeamento no território 4. Pareceres de avaliação crítica das propostas de candidatura ao Portugal 2020 5. Avaliação externa do PDS

A existência de pontos de contacto e as dúvidas levantadas sobre possível risco de sobreposição nos domínios de intervenção referentes à empregabilidade e sucesso educativo entre o PDS Supraconcelhio e PTE do Cávado implicou alguns momentos de trabalho de concertação entre as equipas da CIM Cávado envolvidas em ambos os processos.

Perante o envolvimento da CIM Cávado no processo de elaboração do PDS Supraconcelhio e enquanto entidade coordenadora do PTE do Cávado, emerge do processo de concertação entre os dois planos a montagem de um modelo de governação interno que mantém o foco de intervenção de ambos os documentos e reforça a articulação e acompanhamento dos mesmos.

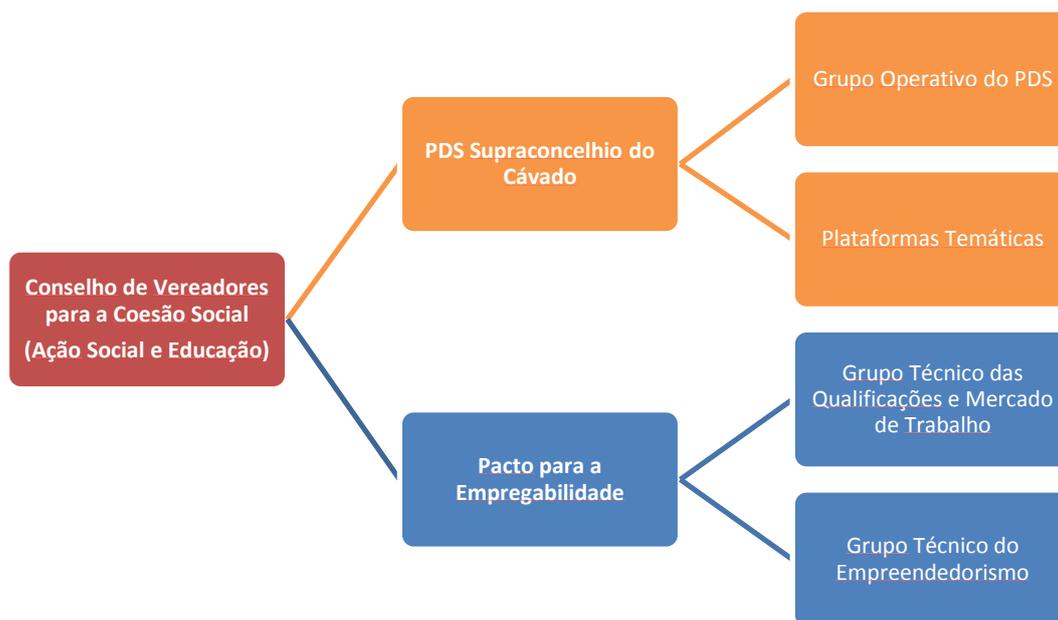


Figura 5 - Modelo de Governação PDS e PTE do Cávado

6.2. Instrumento de Gestão Integrada

A governação do PDS Supraconcelhio do Cavado assentará na partilha de instrumentos e ferramentas de decisão informada. A base de dados sobre o território do Cávado produzida e gerida na plataforma de análise da informação que funcionará como observatório estatístico proposto neste plano, é uma das ferramentas de governação partilhada ao produzir uma perspetiva supraconcelhia sobre a realidade de cada território. A informação atualizada e direcionada para questões prioritárias, permitirá a partilha fundamentada da decisão na gestão do Cávado. A governação partilhada deverá basear-se, antes de mais, **num referencial comum de informação** e análise do território.

A prática da avaliação dos projetos e intervenções em curso deverá servir para criar o suporte de decisão estratégica com a análise de prioridades, de recursos e opções de criação de valor e impacto no território.

A prática da **avaliação territorial integrada** permitirá, também, a negociação e a criação de consensos reais, apoiados em informação crítica e pertinente.

A **monitorização dos projetos supraconcelhios** é outra das ferramentas de gestão integrada prevista no presente plano. A existência de projetos transversais na temática e na abrangência territorial representa a oportunidade de criar a coesão de interesses e objetivos na qual a governação integrada se fundamenta.

A governação integrada será igualmente assegurada pela construção colaborativa entre os diversos concelhos de **instrumentos e referenciais de ação dos serviços** com o objetivo de homogeneizar procedimentos, instrumentos e princípios de ação dos serviços e respostas sociais no território.

As ferramentas de governação integrada serão as seguintes:

- Referencial comum de informação;
- Avaliação territorial integrada;
- Monitorização dos projetos supraconcelhios;
- Instrumentos e referenciais de ação dos serviços.

Bibliografia

Base de Dados e Informação Institucional

Direção geral de Estatísticas da Educação e Ciência - <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

Estatísticas Oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Público –
<https://www.iefp.pt/estatisticas>

Instituto Nacional de Estatística –
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

Guarda Nacional Republicana – Comando Distrital de Braga

Instituto de Segurança Social, Instituto Público – Gabinete de Planeamento Estratégico

Polícia de Segurança Pública – Comando Distrital de Braga

Pordata, Base de Dados Contemporânea de Portugal – <http://www.pordata.pt/Home>

Documentos Estratégicos

Acordo de Parceria 2014-2020, Portugal 2020, Julho de 2014 –
https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf

Agenda para as novas qualificações e novos empregos, Comissão Europeia 2011 –
http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/2013_C_131E_10.pdf

Estratégia Europa 2020, Comissão Europeia 2010 – <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>

Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020, Comissão Europeia 2010 – <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0636:FIN:PT:PDF>

Estratégia Integrada de Desenvolvimento territorial Cávado 2014-2020 – Quatenaire Portugal, Dezembro de 2014

Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial Cávado 2020 – Quatenaire Portugal, Maio de 2015

Programa Operacional Regional Norte 2020, Comissão de Coordenação Regional do Norte, 2014 – http://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/programa/po_norte2020.pdf

Programa Operacional Temático Capital Humano, 2014 –
https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_CH_9Dez.pdf

Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego, 2014 –
https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_ISE_17Nov14.pdf

Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social, Comissão Europeia 2010 – <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC0758&from=PT>

Proposta de Documento de Orientação para os Referenciais Estratégicos das Plataformas Supraconcelhias – Núcleo da Rede Social do Instituto de Segurança Social, Instituto Público, Outubro de 2009 – http://redesocial.cm-estorreja.pt/pdf/redesocial/Proposta_de_Documento_de_Orientacao_para_os_Referenciais_Estrategicos_das.pdf

Literatura Científica

Almeida, A. M. (2008). O Caso da Guarda. In Monteiro, A. A. & Ribeiro, F. B. (Org.), *Redes Sociais: Experiências, política e perspetivas*, (1ª edição) (pp. 21-31). Ribeirão: Edições Húmus.

Álvares, M. (coord.), Calado, A., Estevão, P., Merlini, S. & Nalha, F. (2009). *Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas – Relatório Final*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em Outubro 19, 2015, em http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/EstudoPOATFSE_combateaoabandonoescolarprecoce.pdf.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2012a). *Projecto Rede em Prática – Relatório Final de Avaliação*. Lisboa: Autor. Acedido em Outubro 30, 2013, em <http://www.poaftse.gren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Estudos%202013/RelatorioFinalAvaliacaoRede%20em%20pratica.pdf>.

Planos Nacionais

Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 –
<http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/noticias/arquivo/2008/3/saude+mental.htm>

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, Resolução de Conselho de Ministros N.º 102/2013, de 31 de Dezembro

Programa de Saúde 2014-2020 – <https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/3-programa-de-saude.aspx>

Anexos

Anexo 1 – Sessões de Concertação da Estratégia Metodológica

MEMORANDO Nº 2/2015

Reunião Conselho de Vereadores de Ação Social dos Municípios da NUT III Cávado

Data	05/03/2015	
Local	CIM Cávado (Braga)	
Agenda	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2015-2020 na perspetiva Social; 2. Plano de Desenvolvimento Social concelhio; 3. Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado; 4. Outros assuntos de interesse para o Conselho. 	
Participantes	Instituição	Representante
	CIM Cávado	Eng. Luis Macedo
		Dra. Daniela Gomes
	Câmara Municipal de Amares	Dra. Cidália Abreu
	Câmara Municipal de Braga	Dr. Firmino Marques
		Prof. António Barbosa
	Câmara Municipal de Barcelos	Dr. Nuno Oliveira
		Dra. Armandina Saleiro
	Câmara Municipal de Esposende	Dra. Alzira Maciel
	Câmara Municipal de Vila Verde	Dra. Júlia Fernandes
ISS, I.P. – Centro Distrital de Braga	Dra. Amélia Monteiro	
	Dra. Helena Areias	
Consultor	Prof. António Batista	

Assuntos debatidos

1. A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2015-2020 na perspetiva Social

A abertura da reunião foi realizada pelo Eng. Luis Macedo, que agradeceu a presença dos (as) Sr. (as) Vereadores (as) do Pelouro de Ação Social e restantes elementos presentes. Justificou

ainda que o Sr. Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, por compromissos profissionais não pode estar presente para fazer a abertura deste Conselho de Vereadores, mas deseja votos de profícuos trabalhos.

Prosseguiu realizando o ponto de situação do processo de construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Cávado 2014-2020, onde informou que o primeiro documento enquadrador da estratégia foi reconhecido e aprovado pela CCDR-N e que no momento atual a CIM Cávado se encontra a preparar o Plano de Ação da EIDT-Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial com o apoio da equipa consultora Quaternaire. Referiu ainda que aguardamos a abertura de convite às CIM's para a submissão do Plano de Ação a um processo de validação e posteriormente decorrerá a negociação para a ITI – Intervenção Territorial Integrada, onde serão incluídas Prioridades de Investimento Obrigatórias e outras Facultativas/Opcionais. Este processo deverá ser finalizado com uma apresentação pública.

Foram ainda apresentadas as Prioridades Estratégicas e Linhas de Intervenção da EIDT (cf. Apresentação PowerPoint em anexo) direcionadas para o domínio da Inclusão Social e Capital Humano (Educação e Formação), bem como para o alinhamento estratégico das propostas de projeto dos municípios.

Para o efeito, a interlocutora da CIM Cávado, Daniela Gomes, prosseguiu com a apresentação das propostas de projetos rececionadas pelos municípios. Reforçou ainda que os municípios podem ainda enviar e apresentar outras propostas de projeto que considerem pertinentes para integrar no Plano de Ação da EIDT, nomeadamente o que resulte do processo de construção dos Planos de Desenvolvimento Social concelhios e supraconcelhio.

Em complemento à apresentação realizada, o Eng. Luis Macedo reforçou alguns aspetos-chave a ter em conta neste processo de elaboração do Plano de Ação da EIDT:

- 75% das propostas de projeto que constituirão o Plano de Ação deverão ser devidamente identificadas e orçamentadas;
- As intervenções a desenvolver devem ter uma orientação clara para a obtenção de resultados a contratualizar;
- Os investimentos a realizar em infraestruturas de educação, saúde, cultura e sociais, estarão sujeitos a um mapeamento de necessidades a negociar com a CCDRN e a submeter posteriormente à Comissão Europeia;
- Os investimentos nas infraestruturas, ao nível da eficiência energética no parque de habitação social e IPSS, serão a fundo perdido e não reembolsáveis como nos

restantes investimentos.

2. Planos de Desenvolvimento Social concelhio

3. Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado

O Eng. Luis Macedo prosseguiu para o segundo ponto da agenda de trabalhos com uma breve apresentação do consultor, Dr. António Batista, que irá apoiar a CIM Cávado no processo de acompanhamento à construção dos Planos de Desenvolvimento Social concelhios e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhia, em profunda articulação com o ISS, I.P. – Centro Regional de Braga enquanto entidade que preside a Plataforma Supraconcelhia do Cávado.

Neste sentido, o consultor prosseguiu apresentado a proposta de estratégia metodológica (cf. Apresentação PowerPoint em anexo) a desenvolver no âmbito da construção dos documentos supramencionados, à escala concelhia e supraconcelhia, e sublinhou os seguintes aspetos centrais:

- Construção de Planos de Desenvolvimento Social que incluam projetos capazes de criar impulsos para a inovação social e gerar mudanças estruturais no uso eficientes de recursos;
- Desenvolvimento de sessões de formação junto dos Núcleos Executivos das Redes Sociais e alguns agentes representativos das diferentes áreas de intervenção (até ao limite máximo de 20 participantes), numa lógica de formação-ação;
- Elaboração de um referencial estatístico enquanto ferramenta de trabalho, com indicadores-chave de diagnóstico da realidade. Este visa criar condições para o desenvolvimento de uma identidade comum e a identificação e análise das assimetrias existentes entre os concelhos da NUT III Cávado;
- Exposição da proposta de criação de um equipamento comunitário que ofereça um conjunto de serviços e respostas diversificadas e por vezes fora das tipologias da Segurança Social, com enfoque na empregabilidade (dinamização de oficinas/ateliers em áreas que elevam as competências pessoais, sociais e profissionais de determinados grupos específicos e potenciam a inserção profissional e instalação de incubadoras sociais – laboratório de ideias de projeto empreendedores e inovadores) e oferta de respostas que vão ao encontro das necessidades da população;
- Inclusão de uma bolsa de projetos suscetíveis de serem candidatáveis às fontes de financiamento disponíveis no Acordo de Parceria e Norte 2020.

4. Outros assuntos de interesse para o Conselho

A interlocutora do Centro Regional de Segurança Social de Braga, Dr^a Helena Areias, reforçou a mais-valia e pertinência deste processo de colaboração entre a CIM Cávado e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social na construção de um documento orientador da intervenção. Salientou ainda, a necessidade de um investimento efetivo nos processos de capacitação dos técnicos de intervenção social e dirigentes das IPSS's no domínio do planeamento estratégico e em áreas específicas no sentido de aumentar competências ao nível pessoal, técnico e organizacional capazes de gerir resultados e impactes na intervenção. Na sequência da proposta apresentada pelo Consultor para a criação de um equipamento multifuncional, foi debatida a importância e necessidade de outro tipo de respostas sociais, nomeadamente os Centros de Noite face à mudança das necessidades das pessoas idosas que durante o dia querem manter-se nas suas habitações. Persiste no entanto a dificuldade na obtenção de acordos de cooperação com o ISS, I.P. para o funcionamento deste tipo de resposta social. Foi abordado a existência de dois equipamentos com este tipo de resposta no concelho de Vila Verde e Póvoa de Lanhoso.

Perante o reconhecimento da mais-valia na realização deste Conselho de Vereadores enquanto momento de reflexão e de decisão conjunta, foi proposto pelo Eng. Luis Macedo a realização de uma reunião mensal a realizar na terceira segunda-feira de cada mês (parte da tarde), com o objetivo de se apresentar e partilhar experiências de projetos inovadoras e a possibilidade de se organizarem visitas a essas mesmas iniciativas.

Plataforma Supraconcelhã do Cávado



1. Alinhamento Estratégico Europeu 2014-2020: Prioridades e Objetivos Temáticos do Acordo de Parceria - Portugal 2020

Prioridades de Investimento	Objetivos temáticos
Crescimento Inteligente (desenvolver um economia baseada no conhecimento e inovação)	-Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação -Melhorar o acesso às TIC -Reforçar as PME
Crescimento Sustentável (promover uma economia mais eficiente em recursos)	-Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono -Preservar e proteger o ambiente -Promover a utilização eficiente de recursos -Promover os transportes sustentáveis
Crescimento Inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão)	-Emprego e empreendedorismo -Inclusão social -Educação e Formação



3

1. Quadro Síntese: Macroestratégia Portugal 2020 – Crescimento Inclusivo

Documentos estratégicos / EIXOS	Acordo de Parceria (estratégia nacional)	PO Norte 2020 (estratégia regional)	PO Inclusão Social e Emprego (estratégia temática)	PO Capital Humano (estratégia temática)
Emprego e empreendedorismo	OT 8	EP 6	X	
Inclusão Social	OT 9	EP 7	X	
Educação e Formação	OT 10	EP 8		X



4

1. Quadro Síntese: Macroestratégia Portugal 2020 – Crescimento Inclusivo

Objetivos Temáticos	Metas
OT8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do Emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos
OT9. Promoção da inclusão social e combate da pobreza e discriminação	Reduzir o número de pessoas que vive em risco de pobreza / exclusão social, reduzindo em 200 mil pessoas nessa situação face a 2008.
OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.	Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma do ensino superior.



5

2. Processo de Planeamento Estratégico: escala concelhia (ações executadas e em curso)

Etapa de metodológica	Concelho	Temporalidade
1. Replaneamento estratégico através de metodologias participativas (fóruns comunitários e/ou focus group por temáticas chave)	-Amares -Braga -Barcelos -Vila Verde	Novembro 2014 a Fevereiro 2015
2. Formação-Ação em Planeamento Estratégico com os NE das RS (3 sessões por cada RS)	- Todos os concelhos	Em curso – Março a Abril 2015



6

2. Processo de Planeamento Estratégico: escala concelhia (ações a projetar)

Etapa de metodológica	Concelho	Temporalidade
3. Reuniões com stakeholders locais (Aprofundamento da estratégia: eixos de intervenção e projetos a desenvolver)	Todos os concelhos	de Abril até Junho
4. Laboratórios de projetos (planeamento operacional dos projetos – estruturação dos projetos âncora do PDS na Bolsa)	Todos os concelhos	A partir de Junho



7

2. Processo de Planeamento Estratégico: escala concelhia (ações a projetar)

Etapa de metodológica	Concelho	Temporalidade
5. Reuniões com os NE para acompanhamento dos PDS municipais (elaboração de guiões de apoio à construção do documento)	Todos os concelhos	A partir de Abril
6. Aprovação dos documentos estratégicos: Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social - CLAS das Redes Sociais.	Todos os concelhos	



8

2. Processo de Planeamento Estratégico: escala supraconcelhia (ações executadas e em curso)

Etapa de metodológica	Temporalidade
1. Referencial estratégico e estatístico: construção de índice estatístico	Até abril
2. Nível Estratégico: 2.1. Fórum Supraconcelhio de concertação dos eixos estratégicos 2.2. Criação de grupos de concertação e coordenação para a elaboração de projetos e candidaturas supramunicipais	Em maio A partir de junho



9

2. Processo de Planeamento Estratégico: escala supraconcelhia (ações a projetar)

Etapa de metodológica	Temporalidade
3. Nível Operacional: 3.1. Reuniões com stakeholders locais e sub-regionais para a construção do planeamento operacional dos projetos específicos (laboratório de Projetos à escala Supra)	A partir de junho
4. Documento Final: PDS e modelo de governação.	Setembro
5. Aprovação do Plano de Desenvolvimento Social Supramunicipal pela Plataforma Supraconcelhia do Cávado.	Outubro



10

Anexo 2 – 1º Fórum Supraconcelhio da PSC do Cávado

Fórum Supraconcelhio – Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado

Registo da sessão

Data da Sessão	16/06/2015
Hora da Reunião	09h30 – 12h30
Local do Fórum	GNRation
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percurso Metodológico 2. Resultados das Sessões de Formação-Ação 3. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia: apresentação da proposta e validação 4. Modelo de Governância: apresentação da proposta e validação

1. Lista de participantes

Entidade	Nome do Representante
ACES Cávado I – Braga	Teresa Albuquerque
ACES Braga (Diretora Executiva)	Isabela Chorão
ATAHCA	José Mota Alves
ATAHCA	Conceição Fernandes
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Rui Barreira
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Amélia Monteiro
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Maria Areias
Centro de Emprego de Barcelos	Armando Santos
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Ricardo Rio
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Luis Macedo

Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
DSRN – DGESTE	Jorge Araújo
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza	Isabel Amorim
Município de Amares – CLAS de Amares	Andreia Soares
Município de Braga – CLAS de Braga	Firmino Marques
Município de Braga – Rede Social de Braga	Claúdia Igreja
Município de Barcelos – CLAS de Barcelos	Armandina Saleiro
Município de Barcelos – Adjunto de Vereação	Nuno Oliveira
Município de Esposende – CLAS de Esposende	Alzira Maciel
Município de Terras de Bouro – CLAS de Terras de Bouro	Liliana Machado
Município de Terras de Bouro – Rede Social de Terras de Bouro	Benvinda Cosme
UDIPSS – Braga	Manuel Antunes Lomba
UGT – Braga	Helena Ferreira
TecMinho	Cristina Ribeiro
TecMinho	Manuela Neves

2. Abertura da sessão

A organização deste 1º Fórum Supraconcelhio decorre do processo de colaboração da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Regional de Braga no acompanhamento à construção dos Planos de Desenvolvimento Social (PDS) concelhios e elaboração do PDS Supraconcelhio.

Este espaço de auscultação e concertação com os parceiros que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado inscreve-se como uma das etapas do processo metodológico concertado inicialmente e teve como objetivo encetar o planeamento estratégico e operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado, em articulação com as linhas de intervenção que emergiram dos fóruns participativos e sessões de formação-ação dinamizados à escala concelhia.

Neste contexto, a abertura da sessão foi realizada pelo Presidente da Comunidade Intermunicipal do Cávado, Dr. Ricardo Rio, que agradeceu a presença de todos os participantes convidados para este fórum e prosseguiu sublinhando como principais pontos:

- A componente da inclusão social assume-se como um dos principais eixos estratégicos de financiamento no Portugal 2020 que contribui fortemente para o desenvolvimento sustentável das comunidades e é uma das áreas estratégicas da governação à escala municipal e supraconcelhio;
- O trabalho desenvolvido pode tornar-se um complemento às propostas de projeto submetidas na candidatura à ITI da CIM Cávado, como forma de captação de recursos financeiros;
- Felicitou o trabalho desenvolvido pela equipe técnica para a construção deste 1º PDS Supraconcelhio, que tem merecido o empenho e dedicação na elaboração de um plano estratégico e operacional materializado em projetos que possam ser mais eficientes, pragmáticos e producentes possíveis, nomeadamente no esbatimento da sobreposição de intervenções e rentabilização de recursos.

De seguida, o Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, Dr. Rui Barreira, reforçou o agradecimento na participação dos parceiros e enalteceu o esforço desenvolvido pela equipe técnica e restantes parceiros envolvidos na construção do PDS Supraconcelhio do Cávado.

Relembrou que apesar da Plataforma Supraconcelhia do Ave assinalar um percurso de trabalho mais aprofundado na construção do PDS Supraconcelhio, regista de forma muito positiva o empenho e dedicação desenvolvido nos últimos meses, que é materializado no avanço progressivo registado nos trabalhos de construção dos PDS Supraconcelhio do Cávado e a importância da dimensão estratégica deste documento para a intervenção e o desenvolvimento dos territórios.

3. Síntese do Fórum

A dinamização do 1º Fórum Supraconcelhio foi realizada pelo consultor em planeamento estratégico, Dr. António Batista, responsável pelo acompanhamento e orientação metodológica do processo de construção do PDS Supraconcelhio e acompanhamento da elaboração dos PDS das Redes Sociais da NUT III Cávado.

Pretendia-se com a realização deste fórum apresentar o trabalho desenvolvido até ao momento no processo de construção dos PDS's, à escala concelhia e supraconcelhia, bem como proceder à auscultação, concertação e validação junto dos parceiros de alguns pontos estruturantes a incluir no documento da Plataforma Supraconcelhia do Cávado.

Assim, estrutura-se a apresentação dos principais conteúdos transmitidos e debatidos com os participantes nos quatro pontos estruturantes que passamos a desenvolver.

3.1. Percurso Metodológico

No âmbito do processo de planeamento estratégico em curso para a elaboração do PDS supraconcelhio e de acompanhamento á construção dos PDS's concelhios, explicitou-se as etapas de trabalho desenvolvidas até ao momento, as quais passam por:

- **Sessões de trabalho** com as técnicas coordenadoras das Redes Sociais da NUT III Cávado e Interlocutora do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, ao nível da concertação teórico-metodológica dos procedimentos e instrumentos de base para a construção dos documentos; e,
- **Sessões de formação-ação** com os parceiros das Redes Sociais concelhias (três sessões por concelho).

3.2. Resultados das Sessões de Formação-Ação

De acordo com o mencionado no ponto anterior, foram realizadas em cada Rede Social três sessões de formação-ação, com o objetivo de encetar ou aprofundar o processo de planeamento estratégico para a construção do PDS concelhio, designadamente na identificação dos fatores críticos e desafios estratégicos, bem como a definição das principais linhas/eixos de intervenção e tipologias de projeto.

Neste contexto, o dinamizador procedeu à apresentação das principais linhas/eixos de intervenção identificadas e validadas em cada Rede Social (cf. Apresentação em anexo), o que permitiu numa escala regional analisar os pontos de concordância e as especificidades de cada realidade territorial. Realçou que embora algumas das linhas/eixos de intervenção sejam

comuns, denotou-se a assunção de abordagens de intervenção diferenciadoras e específicas de cada território.

Salientou ainda que no decurso das sessões procurou-se encetar um processo de construção do PDS de forma nova, inovadora e diferenciadora e assumiu-se como critérios para a seleção das linhas/eixos de intervenção: o potencial de transformação e inovação social e a oportunidade de captação de linhas de financiamento no novo quadro comunitário.

3.3. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia: apresentação da proposta e validação

Tendo por base os conteúdos apresentados e o objetivo definido para este fórum, a definição e validação das linhas/eixos de intervenção a incluir no PDS supraconcelhio, o dinamizador prosseguiu colocando à apreciação e validação dos participantes, uma proposta de identificação das áreas de intervenção à escala regional (cf. Apresentação em anexo), para o domínio do crescimento inclusivo.

Sublinhou que o processo de identificação destas áreas de intervenção teve por base os seguintes critérios: fortes lacunas nas redes de resposta; investimento que exige à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e capacitar para alcançar um novo patamar de excelência; e, intervenções que podem afirmar a Marca Cávado.

Assume-se como posição e orientação estratégica neste processo de construção do PDS Supraconcelhio, a possibilidade de reforço da identidade do Cávado com apostas fortes para o futuro e que marquem uma postura coletiva dos agentes locais e regionais. A definição destas áreas de intervenção vincula a ação e orienta a intervenção do PDS supraconcelhio, enquanto documento inacabado e de contínua evolução.

Face à proposta exposta pelo dinamizador, foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes a incluir no documento em construção e os quais sistematizamos por interlocutor e intervenção realizada:

- **Dra. Helena Areias (Centro Distrital de Segurança Social de Braga)** – partilha dos resultados que emergem dos Encontros com os Núcleos Locais de Inserção e inclusão das necessidades/potencialidades identificadas nos mesmos: fortalecimento da rede de transportes (mobilidade), turismo, requalificação das respostas sociais (paisagem organizacional) e aumento da capacidade de rendimento;
- **Dra. Helena Ferreira (UGT)** – sublinhou no domínio da empregabilidade a **aposta no reforço da qualificação e aumento das competências**, face ao tardio arranque do

funcionamento dos CQEP e a dificuldade de alguma população no acesso à formação no IEFP;

- **Dra. Isabel Chorão (ACES Braga)** – importa no domínio do envelhecimento ativo apostar na **dinamização de um voluntariado de proximidade**, dado o progressivo aumento das situações de isolamento e adiamento da institucionalização;
- **Dra. Isabel Amorim (EAPN)** – propôs a inclusão de uma área de intervenção denominada Pobreza e Exclusão Social, pese embora esteja implícita em alguns dos domínios apresentados. Sublinhou a importância em se planear e desenvolver um conjunto de intervenções com os grupos vulneráveis e a aposta na **metodologia de emprego apoiado**. Por fim, questionou ao dinamizador os níveis de capacitação que irão ser incluídos ao nível operacional no PDS e reforçou o papel dos qualificadores das CSIF enquanto mediadores de proximidade;
- **Dr. António Batista (Consultor)** – explicitou que o domínio da Capacitação será estruturado no documento com **projetos de capacitação ao nível organizacional, técnico e grupos específicos / vulneráveis**;
- **Dra. Liliana Machado (Município de Terras de Bouro)** – sublinhou a necessidade sentida ao nível do **apoio e acompanhamento especializado à saúde mental** e que deve ser incluída no plano como uma das áreas prioritárias de investimento;
- **Dr. Armando Santos (IEFP – CE Barcelos)** – alertou para a sobreposição de intervenções face à existência de medidas de política pública existentes e assinalou a falta de sensibilidade e visão das empresas para a integração socioprofissional de determinados grupos;
- **Dr. Firmino Marques (Município de Braga)** – denota que ainda existe um desconhecimento das medidas de apoio à integração profissional e a necessidade de se qualificar as pessoas para o trabalho. Refuta que a aposta deve passar pela aproximação progressiva ao tecido empresarial e sensibiliza-los para a integração socioprofissional de determinados grupos.

O dinamizador procedeu ainda à explicitação do trabalho em curso com as Redes Sociais concelhios para a identificação de seis Projetos-Estrela com potencial de transferibilidade e replicabilidade para o território do Cávado, a incluir no PDS Supraconcelhio.

Importa salientar, que as linhas/eixos de intervenção propostas foram alvo de validação pelos participantes e serão incluídos na redação do documento os contributos registados no fórum.

3.4. Modelo de Governância: apresentação da proposta e validação

De seguida, procedeu-se à apresentação da proposta de modelo de governância para o PDS Supraconcelhio (cf. Apresentação em anexo), enquanto mecanismo de apoio ao funcionamento e operacionalização do documento. Esclareceu ainda, que a Plataforma Supraconcelhia do Cávado é o espaço onde o modelo de governância deste documento acontece.

O dinamizador apresentou de forma pormenorizada os órgãos propostos neste modelo, designadamente quanto aos objetivos e funções que se propõe que desenvolvam. Realçou a importância do envolvimento das Universidades em momentos de discussão e amadurecimento do PDS, para a identificação de novas linhas de intervenção.

Face ao modelo apresentado, a interlocutora do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, Dra. Helena Areias, reforçou a importância deste modelo de governância enquanto mecanismo de suporte e gerador de dinâmica ao documento, bem como a inclusão deste conceito nos próprios PDS's concelhios.

Por último, o dinamizador reforçou a importância de se validar com os presentes o modelo proposto para avanço dos trabalhos, ainda que posteriormente na aprovação do documento final se proceda ao momento de apreciação final. Face ao exposto, os participantes nada opuseram ao modelo proposto, ficando validado.

No final da sessão, o secretário executivo da CIM Cávado, Eng.º Luis Macedo, reconheceu o trabalho realizado pela equipe técnica envolvida, o efeito positivo da colaboração da CIM Cávado com o Centro Distrital de Segurança Social de Braga e a concretização de um trabalho com bases para desenvolver projetos supramunicipais.

Sublinhou ainda a participação da CIM Cávado enquanto parceiros no trabalho com as Redes Sociais e Plataforma Supraconcelhia, assumindo a posição de facilitadores e parceiros para apoiar a animação deste documento e o progressivo envolvimento nas dinâmicas de intervenção social. Esclareceu ainda que a preocupação com a rede de transportes, tem sido acompanhada pela CIM e está a ser trabalhada internamente a partir de estudos e abordagens de acordo com a legislação para a gestão de mobilidade intermunicipal.

Por seu turno, deixou ainda algumas notas sobre o quadro comunitário Portugal 2020, nomeadamente a existência de uma redução de verbas em algumas prioridades de investimento face ao previsto inicialmente e o comprometimento de uma prioridade de investimento do Plano de Ação da CIM Cávado face ao adiamento do mapeamento de necessidades dos equipamentos sociais para Janeiro de 2016.

4. Encerramento da Sessão

O dinamizador informou os participantes que este fórum supraconcelhio simboliza uma etapa intermédia do processo de construção do PDS supraconcelhio, que passou pela aprovação tácita das principais linhas/eixos de intervenção de modelo de governância a incluir no documento final.

O encerramento da sessão ficou a cargo do Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, Dr. Rui Barreira, que agradeceu a presença e participação dos parceiros e fez votos para a continuidade de profícuos trabalhos até à fase de aprovação do documento final. Reforçou ainda a importância de articulação entre as entidades envolvidas e a Plataforma Supraconcelhia do Cávado na construção e operacionalização do PDS supraconcelhio.

Anexo 3 – Matriz síntese da NUT com o posicionamento das problemáticas por concelho

Problemáticas identificadas	RS de Amares	RS de Barcelos	RS de Braga	RS de Esposende	RS de Terras de Bouro	RS de Vila Verde
Empregabilidade	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue
Empreendedorismo	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue
Inovação Social nas Respostas Sociais	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue
Sustentabilidade da Economia Social	Light Green	Light Green	Light Green	Light Green	Light Green	Dark Blue
Deficiência e Incapacidades	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue
Envelhecimento ativo / Seniores ativos	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue
Qualificação e Sucesso Educativo	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue	Dark Blue	Light Blue	Light Blue
Capacitação para a Inovação Social	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue
Cidadania e Minorias	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue
Intervenção Integrada	Light Blue	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue
Igualdade de Género	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue
Violência Doméstica	Light Blue	Dark Blue	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Dark Blue
Pobreza (Insuficiência de Rendimentos)	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue
CAD (Comportamentos Aditivos e Dependências)	Light Blue	Light Blue	Dark Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue

Anexo 4 – Sessões com os Grupos de Trabalho Temáticos

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado Grupo de Trabalho “Igualdade de Género e Violência Doméstica”

Registo da sessão

Data da Sessão	04/11/2015
Hora da Reunião	10h30 – 13h00
Local do Fórum	GNRation
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percurso Metodológico 2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia 3. Objetivos e Metodologia para a sessão 4. Tipologias de Ação Portugal 2020 5. Debate e validação de propostas de projeto/ação

1. Lista de participantes

Entidade	Nome do Representante
ACES Braga (Diretora Executiva)	Ana Helena Pinto
Caritas Arquidiocesana de Braga	Eva Ferreira
Caritas Arquidiocesana de Braga	Lígia Cunha
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Reis
Comissão para a Igualdade de Género – Delegação do Porto	Rosa Oliveira
Comissão para a Igualdade de Género – Delegação do Porto	Susana Mota
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
Grupo de Ação Social Cristã – GASC	Constantino Lopes
Grupo de Ação Social Cristã – GASC	Célia Barbosa

Hospital de Braga	Maria Helena Santiago
Município de Amares – CLAS de Amares	Andreia Soares
Município de Amares – Rede Social de Amares	Cristina Silva
Município de Barcelos – CLAS de Barcelos	Carolina Lopes de Castro
Município de Barcelos – Rede Social de Barcelos	Patrícia Sousa
Município de Esposende	Isabel Abreu
Município de Vila Verde – CLAS de Vila Verde	Alexandrina Cerqueira
Município de Vila Verde – Rede Social de Vila Verde	Dora Sá Barros
PSP – Comando Distrital de Braga	Ricardo Amaral
SOPRO	Miguel Novais
Universidade do Minho – Escola de Psicologia	Marlene Matos
Consultoria Externa	António Batista

2. Abertura da sessão

A organização e realização desta sessão de trabalho no domínio temático da **“Igualdade de Género e Violência Doméstica”** decorre do processo de co-colaboração da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Braga (ISS, I.P – CDB) no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado.

Este espaço de auscultação e concertação com os parceiros que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado inscreve-se como uma das etapas do processo metodológico concertado inicialmente e teve como objetivo encetar o planeamento operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado.

Neste contexto, a abertura da sessão foi realizada pela interlocutora da CIM Cávado que contextualizou a realização desta sessão de trabalho no âmbito do processo de co-colaboração

e parceria com o ISS, I.P – CDB para a construção do PDS Supraconcelhio. Informou ainda que por outros compromissos assumidos a interlocutora que tem acompanhado o processo não estaria presente nesta sessão (Dra. Helena Areias), mas que estava em representação do ISS, I.P – CDB a Dra. Helena Reis.

Finalizou mencionando que este processo de planeamento estratégico tem beneficiado da consultoria do Dr. António Batista, responsável pela dinamização desta sessão e agradeceu a disponibilidade e participação dos presentes nesta sessão de trabalho.

3. Síntese da sessão

3.1. Percurso Metodológico

No âmbito do processo de planeamento estratégico em curso para a elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado e de acompanhamento á construção dos PDS's concelhios, explicitou-se as etapas de trabalho desenvolvidas até ao momento, as quais passam por:

- **Sessões de trabalho** com as técnicas coordenadoras das Redes Sociais da NUT III Cávado e Interlocutora do ISS, I.P – CDB, ao nível da concertação teórico-metodológica dos procedimentos e instrumentos de base para a construção dos documentos;
- **Sessões de formação-ação** com os parceiros das Redes Sociais concelhias (três sessões por concelho); e,
- **Fórum Supraconcelhio** da Plataforma Supraconcelhia do Cávado (apresentação e validação dos eixos prioritários de intervenção).

3.2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia

Na sequência da realização do 1º Fórum da Plataforma Supraconcelhia do Cávado apresentou-se aos participantes os eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo), validados anteriormente. Sublinhou-se que o processo de identificação destas áreas de intervenção teve por base os seguintes critérios: cruzamento dos resultados que emergiram das RS concelhias; fortes lacunas nas redes de resposta; investimento que exige à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e o capacitar para alcançar um novo patamar de excelência.

3.3. Objetivos e Metodologia para a sessão

O dinamizador procedeu à exposição dos principais objetivos e metodologia selecionada para a sessão de trabalho, sublinhando que se iria tomar como ponto de partida para a discussão a identificação das principais linhas de projeto / ação a implementar no território e não o

levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (Norte 2020) e sub-regional (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2014-2020).

▶ **Objetivos:**

1. Validar a proposta de organização do PDS;
2. Definir o quadro de projetos / ações a implementar;
3. Validar o modelo de governação dos projetos e ações no PDS.

▶ **Metodologia:**

- Análise das tipologias de ação elegíveis no Portugal 2020;
- Formulação de projetos / ações a implementar;
- Validação e priorização dos projetos / ações para o PDS Supraconcelhio;
- Validação dos responsáveis e parcerias associadas às propostas de projetos / ações.

3.4. Tipologias de Ação Portugal 2020

Tendo por base a metodologia delineada e adotada para a dinamização das diferentes sessões de trabalho por área temática, procedeu-se à apresentação de alguns tipologias de ação (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e linhas de financiamento possíveis para as questões da Igualdade de Género e Violência Doméstica, no âmbito do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego.

A apresentação destes conteúdos tinha como objetivo informar os participantes de oportunidades de financiamento neste domínio e orientar o início do debate de propostas de projetos / ações. Sublinhou-se que o objetivo central passa por debater propostas de projetos / ações que não se restrinjam somente às linhas de financiamento do Portugal 2020, mas que haja também outras propostas de coordenação de recursos e estratégias concertadas em sede de parceria.

3.5. Debate das propostas de projetos / ações

O dinamizador encetou o debate com a seguinte questão: “Quais são as prioridades de ação / intervenção?”. Face à questão, foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes a

incluir no documento em construção e os quais sistematizamos por domínio de intervenção realizada:

a) Violência doméstica:

- Inexistência de **resposta de intervenção em proximidade** nas situações de violência doméstica em alguns concelhos que compõem a NUT III Cávado que não possuem gabinetes de atendimento e acompanhamento especializado a situações de violência doméstica (Amares, Terras de Bouro e Vila Verde);
- Processo de negação em situações de agressão e situações em que o processo de encaminhamento não é suficiente;
- Ausência de resposta efetiva em termos de **oferta de habitação social**, o que requer um reforço ou criação de espaços de transição para as vítimas;
- Ausência de **protocolo de cooperação com o Instituto de Segurança Social para a Casa Abrigo**, o que sobrecarrega financeiramente as instituições locais que suportam esta resposta;
- A resposta desenvolvida pelos gabinetes locais de apoio, acompanhamento e atendimento especializado é desenvolvido e **depende fortemente do recurso a projetos de candidatura a fundos comunitários**, colocando em causa por um lado a sustentabilidade e continuidade da resposta, e por outro lado, colocando em risco a sustentabilidade financeira das instituições locais que garantem este serviço;
- Necessidade de se **mobilizar e envolver o sistema judicial (literacia jurídica)** no decurso do processo de intervenção. Este facto requer um forte envolvimento da tutela judicial e de saúde (pacto intersectorial) para a negociação e uniformização de procedimentos à medida para as situações de violência doméstica.
- **Resposta de proximidade na sintomatologia da vitimização** (reforço de tratamento e suporte para o atendimento – parceria com a área da saúde);
- Aposta ao nível da prevenção secundária através do desenvolvimento de **programas de capacitação e sensibilização das crianças e jovens expostos a situações de vitimização**, minimizando e combatendo o risco de ciclos geracionais de comportamentos agressivos (desenvolvimento de serviços especializados com estas crianças; reforço da intervenção Psicoeducativa dado que a psicologia geral e escolar não é suficiente; articulação com as escolas básicas e secundárias);
- Prevenção da violência no namoro;

- **Capacitação dos profissionais que intervêm ao nível do atendimento de 1ª linha** (na avaliação, no encaminhamento e na intervenção). Definição de um circuito harmonizado de procedimentos e comunicação entre as equipas locais;
- Exposição da PSP – Comando Distrital de Braga, da proposta de **criação de um gabinete de apoio à vítima** para 2016, em alinhamento com a experiência desenvolvida pela PSP do Porto, que trabalha em rede com diversas entidades e tem uma equipa que faz um acompanhamento pós-ocorrência das situações de violência doméstica;
- Disseminar boas práticas na intervenção com agressores detidos (exemplo P.A.V.D. da Direção Geral de Reinserção Social);
- Desenvolvimento de um **programa de intervenção e serviço de atendimento com agressores** pela Universidade do Minho, a partir de uma abordagem Psicoeducativa, formação e consultoria de investigadores/profissionais especializados;
- **Agilização e criação de procedimentos específicos**, ao nível do acesso das vítimas, aos **apoios locais de habitação** (Programas de Apoio à Renda), diminuindo o tempo de espera para a obtenção de uma resposta de transição;
- **Percursos socioprofissionais** de integração através da criação de instrumentos à medida. Quanto a este aspeto, foi partilhada a existência de um interlocutor no IEFP para o atendimento de vítimas de violência doméstica;
- Constituição de uma Rede Colaborativa para o **desenvolvimento de situações de ensaio e experimentação de novas técnicas / abordagens de intervenção** em profunda articulação com os investigadores (reforço da validação científica das intervenções).

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

1. Reforço das respostas e serviços de atendimento de 1ª linha (criação de um gabinete com abrangência concelhia nos territórios sem este tipo de resposta);
2. Inclusão / Reinserção das vítimas;
3. Programa de capacitação para os técnicos e crianças/jovens;
4. Enquadramento institucional (constituição de uma rede colaborativa para a definição/negociação de procedimentos);
5. Intervenções complementares (programa psicoeducativos com agressores).

b) Igualdade de Género:

- Conciliação da vida familiar e profissional (reforço da prevenção e formação);
- Envolvimento e sensibilização do tecido empresarial;
- Aposta na Educação para a Igualdade de Género (ações de prevenção, sensibilização e formação para os comportamentos);
- Certificação da formação de professores ao nível da Igualdade de Género.

4. Encerramento da Sessão

Dado os contributos debatidos e concertados com os participantes da sessão, ficou o compromisso da equipa técnica responsável pela elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado, sistematizar as grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e posteriormente devolver aos mesmos para apreciação, contributos e validação das mesmas.

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado Grupo de Trabalho “Empregabilidade e Empreendedorismo”

Registo da sessão

Data da Sessão	04/11/2015
Hora da Reunião	14h30 – 17h00
Local do Fórum	GNRation
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percurso Metodológico 2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia 3. Objetivos e Metodologia para a sessão 4. Tipologias de Ação Portugal 2020 5. Debate e validação de propostas de projeto/ação

1. Lista de participantes

Entidade	Nome do Representante
ATAHCA	José Mota Alves
ATAHCA	Conceição Fernandes

Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Reis
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Maria Areias
Centro de Emprego de Barcelos	Armando Santos
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
IEMinho	Filipe Silva
IAPMEI	Jorge Oliveira
Município de Amares	Andreia Soares
Município de Amares	Cristina Silva
Município de Barcelos	Carolina Lopes de Castro
Município de Barcelos	Patrícia Sousa
Município de Esposende	Márcia Mesquita
Município de Vila Verde	Alexandrina Cerqueira
Município de Vila Verde	Dora Sá Barros
UGT – Braga	Carlos Rebelo
TecMinho	Manuela Neves
Consultoria Externa	António Batista

2. Abertura da sessão

A organização e realização desta sessão de trabalho no domínio temático da **“Empregabilidade e Empreendedorismo”** decorre do processo de co-colaboração da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro

Distrital de Braga (ISS, I.P – CDB) no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado.

Este espaço de auscultação e concertação com os parceiros que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado inscreve-se como uma das etapas do processo metodológico concertado inicialmente e teve como objetivo encetar o planeamento operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado.

Neste contexto, a abertura da sessão foi realizada pela interlocutora da CIM Cávado, Dra. Daniela Gomes, que contextualizou a realização desta sessão de trabalho no âmbito do processo de co-colaboração e parceria com o ISS, I.P – CDB para a construção do PDS Supraconcelhio. Finalizou mencionado que este processo de planeamento estratégico tem beneficiado da consultoria do Dr. António Batista, responsável pela dinamização desta sessão e agradeceu a disponibilidade e participação dos presentes nesta sessão de trabalho.

3. Síntese da sessão

3.1. Percurso Metodológico

No âmbito do processo de planeamento estratégico em curso para a elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado e de acompanhamento á construção dos PDS's concelhios, explicitou-se as etapas de trabalho desenvolvidas até ao momento, as quais passam por:

- **Sessões de trabalho** com as técnicas coordenadoras das Redes Sociais da NUT III Cávado e Interlocutora do ISS, I.P – CDB, ao nível da concertação teórico-metodológica dos procedimentos e instrumentos de base para a construção dos documentos;
- **Sessões de formação-ação** com os parceiros das Redes Sociais concelhias (três sessões por concelho); e,
- **Fórum Supraconcelhio** da Plataforma Supraconcelhia do Cávado (apresentação e validação dos eixos prioritários de intervenção).

3.2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia

Na sequência da realização do 1º Fórum da Plataforma Supraconcelhia do Cávado apresentou-se aos participantes os eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo), validados anteriormente. Sublinhou-se que o processo de identificação destas áreas de intervenção teve por base os seguintes critérios: cruzamento dos resultados que emergiram das RS concelhias; fortes lacunas nas redes de resposta; investimento que exige à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e o capacitar para alcançar um novo patamar de excelência.

3.3. Objetivos e Metodologia para a sessão

O dinamizador procedeu à exposição dos principais objetivos e metodologia selecionada para a sessão de trabalho, sublinhando que se iria tomar como ponto de partida para a discussão a identificação das principais linhas de projeto / ação a implementar no território e não o levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (Norte 2020) e sub-regional (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2014-2020).

▶ **Objetivos:**

1. Validar a proposta de organização do PDS;
2. Definir o quadro de projetos / ações a implementar;
3. Validar o modelo de governação dos projetos e ações no PDS.

▶ **Metodologia:**

- Análise das tipologias de ação elegíveis no Portugal 2020;
- Formulação de projetos / ações a implementar;
- Validação e priorização dos projetos / ações para o PDS Supraconcelhio;
- Validação dos responsáveis e parcerias associadas às propostas de projetos / ações.

3.4. Tipologias de Ação Portugal 2020

Tendo por base a metodologia delineada e adotada para a dinamização das diferentes sessões de trabalho por área temática, procedeu-se à apresentação de alguns tipologias de ação (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e linhas de financiamento possíveis para as questões da Empregabilidade e Empreendedorismo, no âmbito do Programa Regional Norte 2020 e Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego.

A apresentação destes conteúdos tinha como objetivo informar os participantes de oportunidades de financiamento neste domínio e orientar o início do debate de propostas de projetos / ações. Sublinhou-se que o objetivo central passa por debater propostas de projetos / ações que não se restrinjam somente às linhas de financiamento do Portugal 2020, mas que haja também outras propostas de coordenação de recursos e estratégias concertadas em sede de parceria.

3.5. Debate e validação das propostas de projetos / ações

O dinamizador encetou o debate contextualizando os participantes de que a opção metodológica assumida para a sessão não iria partir da discussão dos principais problemas ao nível da empregabilidade, na medida em que o diagnóstico da realidade territorial já tem sido elaborado para a preparação das estratégias regionais e sub-regionais.

Prosseguiu enquadrando que foi realizado previamente uma reunião de concertação com a equipa técnica da CIM Cávado e a consultoria de apoio para a montagem e implementação do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado, tendo-se elaborado uma divisão superficial dos principais grupos-alvo e áreas de trabalho a integrar no PDS Supraconcelhio. Esta consensualização e concertação entre ambas as equipas, teve como objetivo evitar sobreposições e duplicação de projetos de intervenção entre ambos os documentos em construção.

Para o efeito, o dinamizador encetou o debate centrado-se inicialmente nos grupos-alvo dos grupos com baixos níveis de empregabilidade como os Desempregados de Longa Duração (DLD) e lançou a seguinte questão: “*Quais são as prioridades de ação / intervenção que o PDS pode desenvolver?*”.

Face à questão, foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes a incluir no documento em construção e os quais sistematizamos por domínio de intervenção realizada:

- Desenvolvimento de ações para a garantia de um **patamar prévio/mínimo de acesso às medidas ativas de emprego**;
- Identificam-se nos desempregados nas faixas etárias entre os 35-55 anos um **sentimento de desmotivação/desmoralização**, nomeadamente para aceder aos mecanismos de apoio ao empreendedorismo disponibilizados pelo IEFP;
- Construção de um **percurso de motivação**, distinguindo-se os DLD que querem reintegrar o mercado de trabalho e os que não querem;
- Desenvolvimento de estratégias à medida para os grupos com baixos níveis de empregabilidade, nomeadamente pela **criação do agente de inserção e a construção/dinamização de um mercado inclusivo para pessoas com dificuldades**;
- A realidade atual é demarcada pela alteração da visão de emprego “para a vida”, sendo necessário **criar estratégias e mecanismos de intervenção centradas na geração de rendimento** como complemento para o suprir das necessidades básicas de sobrevivência, que podem não implicar obrigatoriamente a criação de emprego. Foi

exemplificado, a possibilidade de as pessoas poderem produzir e vender produtos em mercados tradicionais e outros organizados nos concelhos, que geram algum rendimento;

- **Temporalidade das medidas ativas de emprego** não garantem e colocam em risco a continuidade e a sustentabilidade da (re)inserção no mercado de trabalho. Foi exemplificado a integração de alguns elementos da comunidade cigana que se encontra inseridos no mercado de trabalho através de uma medida do IEPF, mas no final desta estes encontram-se em risco de retornar à situação de desemprego;
- Ponderar a possibilidade de se implementar a metodologia GLOCAL numa parceria entre o IPAMEI e a CIM Cávado;
- **Revitalização de algumas profissões** que estão a ficar sem profissionais com mão-de-obra qualificada e que existe nichos de negócios bem remunerados;
- Reativar a experiência com as **empresas de inserção** e desenvolver pequenas experiências de empregabilidade com o foco na **formação em contexto de trabalho** (formação-ação) para determinados grupos.

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

1. Criação de uma incubadora social (articulação com a revitalização de artes e ofícios tradicionais ligados a processos de inovação; desenvolvimento de processos de mentoria intergeracional – Bolsa de Mentores – que possibilite a transferência de conhecimento/competências);
2. Programa de Capacitação para a Inclusão (aquisição de competências básicas, sociais e profissionais);
3. Projeto de Concertação entre os CLDS+ - 3G, no que ao eixo da empregabilidade se refere (práticas inovadoras com os NEET; partilha de boas-práticas e desenvolvimento de formações complementares).

Importa sublinhar que apesar dos contributos e propostas de projetos / ações recolhidos, grande parte do debate centrou-se na “aparente” sobreposição que existe entre as reflexões em curso no âmbito do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado e o foco das linhas de intervenção que o PDS Supraconcelhio apresenta. De acordo com alguns dos participantes que têm estado envolvidos nestes espaços importa ter em atenção os seguintes aspetos:

- Encontrar um ponto de articulação entre o Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado e o PDS Supraconcelhio requer um ***exercício de articulação muito contínuo e vigilante***;
- Também o ***Pacto Territorial para a Empregabilidade irá abordar estratégias para desenvolver competências sociais, pessoais e profissionais em grupos com baixos níveis de empregabilidade*** (DLD; RSI; e, NEET);
- Exposição pelo dinamizador dos ***aspetos concertados com a equipa técnica do Pacto para a Empregabilidade***, designadamente ao nível dos grupos-alvo (DLD; RSI; Pessoas com deficiência) e tipologias de projetos / ação (formação para a reconversão; incubadora de microprodutos e qualificação e emprego de pessoas com deficiência e incapacidades);
- ***Proposta de que o PDS Supraconcelhio altere a designação deste eixo temático e que as intervenções no domínio da empregabilidade sejam integradas no Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado***, evitando sobreposições futuras e alguma confusão nos participantes.

4. Encerramento da Sessão

Dado os contributos debatidos e concertados com os participantes da sessão, ficou o compromisso da equipa técnica responsável pela elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado, sistematizar as grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e posteriormente devolver aos mesmos para apreciação, contributos e validação das mesmas. Será também reformulada a designação do eixo em debate.

Ficou também o compromisso de analisar com a equipa técnica do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado, os aspetos debatidos nesta sessão e as propostas apresentadas para que o domínio da empregabilidade seja trabalhado somente sobre a alçada do mesmo.

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado ***Grupo de Trabalho “Sucesso Educativo e Capacitação”***

Registo da sessão

Data da Sessão	05/11/2015
Hora da Reunião	10h00 – 13h00

Local do Fórum	GNRation
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percurso Metodológico 2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia 3. Objetivos e Metodologia para a sessão 4. Tipologias de Ação Portugal 2020 5. Debate e validação de propostas de projeto/ação

1. Lista de participantes

Entidade	Nome do Representante
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Maria Areias
Centro de Emprego de Barcelos	Armando Santos
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Carlos Lima
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
Escola Profissional Amar Terra Verde	Sandra Araújo Monteiro
Escola Profissional de Braga	José Oliveira
Município de Amares	Cidália Abreu
Município de Amares	Cidália Antunes
Município de Amares	Andreia Soares
Município de Braga	Lídia Dias
Município de Braga	Isabel Rocha
Município de Barcelos	Carolina Lopes de Castro
Município de Barcelos	Diva Félix
Município de Esposende	Diogo Zão

2. Abertura da sessão

A organização e realização desta sessão de trabalho no domínio temático do **“Sucesso Educativo e Capacitação”** decorre do processo de co-colaboração da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Braga (ISS, I.P – CDB) no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado.

Este espaço de auscultação e concertação com os parceiros que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado inscreve-se como uma das etapas do processo metodológico concertado inicialmente e teve como objetivo encetar o planeamento operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado.

Neste contexto, a abertura da sessão foi realizada pela interlocutora do ISS, I.P – CDB, Dra. Helena Areias, que contextualizou a realização desta sessão de trabalho no âmbito do processo de colaboração e parceria entre o ISS, I.P. – CDB e a CIM Cávado, para a construção do PDS Supraconcelhio. Informou ainda que este plano tem como função gerar escala, aumentar a capacidade de intervenção e resolução dos problemas/necessidades de intervenção, bem como ser capaz de gerar resultados e projetos capazes de serem agregadores e operacionalizados.

Finalizou mencionado que este processo de planeamento estratégico tem beneficiado da consultoria do Dr. António Batista, responsável pela dinamização desta sessão e agradeceu a disponibilidade e participação dos presentes nesta sessão de trabalho.

3. Síntese da sessão

3.1. Percurso Metodológico

No âmbito do processo de planeamento estratégico em curso para a elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado e de acompanhamento á construção dos PDS’s concelhios, explicitou-se as etapas de trabalho desenvolvidas até ao momento, as quais passam por:

- **Sessões de trabalho** com as técnicas coordenadoras das Redes Sociais da NUT III Cávado e Interlocutora do ISS, I.P – CDB, ao nível da concertação teórico-metodológica dos procedimentos e instrumentos de base para a construção dos documentos;
- **Sessões de formação-ação** com os parceiros das Redes Sociais concelhias (três sessões por concelho); e,

- **Fórum Supraconcelhio** da Plataforma Supraconcelhia do Cávado (apresentação e validação dos eixos prioritários de intervenção).

3.2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia

Na sequência da realização do 1º Fórum da Plataforma Supraconcelhia do Cávado apresentou-se aos participantes os eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo), validados anteriormente. Sublinhou-se que o processo de identificação destas áreas de intervenção teve por base os seguintes critérios: cruzamento dos resultados que emergiram das RS concelhias; fortes lacunas nas redes de resposta; investimento que exige à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e o capacitar para alcançar um novo patamar de excelência.

3.3. Objetivos e Metodologia para a sessão

O dinamizador procedeu à exposição dos principais objetivos e metodologia selecionada para a sessão de trabalho, sublinhando que se iria tomar como ponto de partida para a discussão a identificação das principais linhas de projeto / ação a implementar no território e não o levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (Norte 2020) e sub-regional (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2014-2020).

▶ **Objetivos:**

1. Validar a proposta de organização do PDS;
2. Definir o quadro de projetos / ações a implementar;
3. Validar o modelo de governação dos projetos e ações no PDS.

▶ **Metodologia:**

- Análise das tipologias de ação elegíveis no Portugal 2020;
- Formulação de projetos / ações a implementar;
- Validação e priorização dos projetos / ações para o PDS Supraconcelhio;
- Validação dos responsáveis e parcerias associadas às propostas de projetos / ações.

3.4. Tipologias de Ação Portugal 2020

Tendo por base a metodologia delineada e adotada para a dinamização das diferentes sessões de trabalho por área temática, procedeu-se à apresentação de alguns tipologias de ação (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e linhas de financiamento possíveis para as questões do Sucesso Educativo e Capacitação, no âmbito do Programa Regional Norte 2020 e Programa Operacional Temático Capital Humano e Inclusão Social e Emprego.

A apresentação destes conteúdos tinha como objetivo informar os participantes das oportunidades de financiamento neste domínio e orientar o início do debate de propostas de projetos / ações. Sublinhou-se que o objetivo central passa por debater propostas de projetos / ações que não se restrinjam somente às linhas de financiamento do Portugal 2020, mas que haja também outras propostas de coordenação de recursos e estratégias concertadas em sede de parceria.

3.5. Debate e validação das propostas de projetos / ações

O dinamizador encetou o debate contextualizando os participantes de que a inclusão do sucesso educativo como um dos eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhia emerge como linha orientadora dos debates desenvolvidos com as Redes Sociais concelhias.

Prosseguiu mencionando que o objetivo desta sessão passa pela identificação e construção de um esqueleto de projeto / ações capaz de coordenar recursos, gerar escala e mecanismos de inovação no combate ao abandono / insucesso escolar, bem como marcar e diferenciar a intervenção do Cávado neste domínio.

Para o efeito, o dinamizador encetou o debate com a seguinte questão: *“Quais são as prioridades de ação / intervenção que o PDS pode desenvolver?”*. Face à questão, foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes a incluir no documento em construção e os quais sistematizamos por domínio de intervenção realizada:

a) Sucesso Educativo:

- Inicialmente o tema gerou alguma inquietação junto dos participantes face à “aparente” sobreposição que existe entre as reflexões em curso no âmbito do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado e o foco das linhas de intervenção que o PDS Supraconcelhio apresenta. De acordo com alguns dos participantes que têm estado envolvidos nestes espaços importa ter em atenção que se estão a discutir as mesmas medidas e grupos-alvo no Pacto Territorial para a Empregabilidade;

- Perante este aspeto, foi clarificado que o PDS Supraconcelhio centra-se no desenvolvimento de intervenções prévias de combate ao abandono/insucesso escolar, integrando abordagens experimentais, inovadoras e motivacionais. Foi também esclarecido que foi realizado previamente uma **reunião de concertação com a equipa técnica da CIM Cávado e a consultoria de apoio para a montagem e implementação do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado**, tendo-se elaborado uma divisão superficial dos principais grupos-alvo (jovens sinalizados pelas CPCJ em situação ou em risco de abandono/insucesso escolar; Jovens NEET) e áreas de trabalho a integrar no PDS Supraconcelhio;
- Sublinhou-se a **necessidade de se articular e envolver os diretores dos agrupamentos de escola e conselhos pedagógicos dos diferentes concelhos** no debate e construção das propostas de projeto que se identifiquem, bem como ter em conta os projetos submetidos pelos Municípios ao ITI da CIM Cávado;
- Desenvolvimento de um **sistema de tutoria e acompanhamento** (apoio de investigação e experimentação) a crianças em risco de abandono/insucesso escolar, sinalizadas pelos professores e técnicos das CPCJ;
- O sistema de tutoria deve ter por base a construção de um modelo orientador, plano de formação para os tutores e deve integrar a componente de investigação científica para validação do modelo experimental;
- Exposição pelo Município de Braga de um projeto aprovado no Conselho Municipal de Educação, que pretende **criar uma equipa multidisciplinar para acompanhamento às situações de risco de abandono/insucesso escolar sinalizadas pelas CPCJ**;
- Desenvolvimento de micro-projetos que sejam um complemento ao que as Escolas já desenvolvem e tirar partido do grau de autonomia que estas detêm. Foi proposto que este **sistema de tutoria pudesse ser desenvolvido ao nível do 1º ciclo nas AEC e ao nível do Ensino Básico no Espaço de “Sala de Estudo Acompanhado”**, através da implementação de uma metodologia de ensino e apoio ao estudo assente no reforço das competências e minimização/resolução das dificuldades de aprendizagem;
- Modelos de tutoria assente na **educação de PARES** (mentoria intergeracional);
- **Criação de equipas multidisciplinares** que acompanhem as situações em risco de abandono/insucesso escolar, desenvolvendo intervenções em contexto escolar com recurso às artes (animação de recreio) e façam a ligação com a comunidade para “repestar” a franja de jovens que já não vão à escola (Jovens NEET);

- **Educação pela cultura** (atividades de ocupação de tempos livres e período de férias para determinados grupos de alunos);
- Intervenção junto dos professores que têm vontade de inovar na prática educativa e **criar espaços de auscultação dos professores** para que conheçam, partilhem e experimentem novas práticas e metodologias pedagógicas;
- Exposição da **proposta de Projeto-Estrela¹² da Rede Social de Amares**, que inclui a operacionalização de um projeto de promoção da parentalidade positiva com apoio de consultoria científica.

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

1. Criação e implementação de um modelo de tutoria em contexto escolar;
2. Criação de uma equipa multidisciplinar que desenvolva um processo de coadjuvação com os professores na definição de estratégias educativas para novas abordagens na resolução de dificuldades de aprendizagem no contexto de sala de aula;
3. Modelo de intervenção pela arte/cultura;
4. Laboratórios pedagógicos (auscultação, formação e partilha de boas práticas com os professores para novas abordagens pedagógicas em sala de aula).

b) Capacitação:

- Capacitação para os profissionais envolvidos nas CPCJ;
- Exposição da **proposta de Projeto-Estrela da Rede Social de Vila Verde**, que vislumbra o desenvolvimento de um projeto de apoio à certificação da qualidade junto das IPSS's;
- Processos de **capacitação com diferentes formandos** (sem padronizar os níveis de escolaridade e aplicabilidade em contexto de trabalho). Foi exemplificado a possibilidade de desenvolver uma formação-ação em divisões do município envolvendo todos os funcionários.

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

¹² **Projeto-Estrela:** O projeto-estrela é o projeto emblemático de cada concelho na NUT III Cávado que simultaneamente diferencia o concelho e cria uma identidade territorial partilhada. Permite potenciar a capacidade já existente no concelho associando inovação e escala ao projeto.

1. Programa de Formação-ação in loco (entidades municipais e não municipais com a construção de um modelo próprio).
2. Capacitação dos profissionais para novas abordagens / metodologias de intervenção face às novas problemáticas.

4. Encerramento da Sessão

Dado os contributos debatidos e concertados com os participantes da sessão, ficou o compromisso da equipa técnica responsável pela elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado, sistematizar as grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e posteriormente devolver aos mesmos para apreciação, contributos e validação das mesmas.

Ficou também o compromisso de analisar com a equipa técnica do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado, os aspetos debatidos nesta sessão e as propostas apresentadas para o domínio do sucesso educativo.

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado
Grupo de Trabalho “Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades”

Registo da sessão

Data da Sessão	05/11/2015
Hora da Reunião	14h30 – 17h00
Local do Fórum	GNRation
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percurso Metodológico 2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia 3. Objetivos e Metodologia para a sessão 4. Tipologias de Ação Portugal 2020 5. Debate e validação de propostas de projeto/ação

1. Lista de participantes

Entidade	Nome do Representante
APAC	Silvia Branco

APACI	Elisa Paula Tinoco
Casa de Saúde Bom Jesus de Braga	Maria Beatriz Migueis
Casa de Saúde S. João de Deus	Mafalda Ribeiro
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Maria Areias
Centro Distrital de Segurança Social de Braga	Helena Reis
CERCI Braga	Vera Vaz
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
Hospital de Braga	Maria Helena Santiago
Município de Amares	Andreia Soares
Município de Barcelos	Carolina Lopes de Castro
Município de Barcelos	Diva Félix
Município de Esposende	Alzira Maciel
Município de Vila Verde	Alexandrina Cerqueira
Município de Vila Verde	Dora Sá Barros
Município de Vila Verde	Andreia Cerqueira
Universidade do Minho – Escola de Enfermagem	Manuela Almendra
Consultoria Externa	António Batista

2. Abertura da sessão

A organização e realização desta sessão de trabalho no domínio temático do **“Envelhecimento Ativo, Deficiência e Incapacidades”** decorre do processo de co-colaboração da Comunidade

Intermunicipal do Cávado (CIM) com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Braga (ISS, I.P – CDB) no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado.

Este espaço de auscultação e concertação com os parceiros que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado inscreve-se como uma das etapas do processo metodológico concertado inicialmente e teve como objetivo encetar o planeamento operacional do PDS Supraconcelhio do Cávado.

Neste contexto, a abertura da sessão foi realizada pela interlocutora do CDB – ISS, I.P, Dra. Helena Areias, que contextualizou a realização desta sessão de trabalho no âmbito do processo de co-colaboração e parceria entre o ISS, I.P – CDB e a CIM Cávado, para a construção do documento supraconcelhio. Informou ainda que este plano tem como função gerar escala, aumentar a capacidade de intervenção e resolução dos problemas/necessidades de intervenção, bem como ser capaz de gerar resultados e projetos capazes de serem operacionalizados.

Finalizou mencionado que este processo de planeamento estratégico tem beneficiado da consultoria do Dr. António Batista, responsável pela dinamização desta sessão e agradeceu a disponibilidade e participação dos presentes nesta sessão de trabalho.

3. Síntese da sessão

3.1. Percurso Metodológico

No âmbito do processo de planeamento estratégico em curso para a elaboração do PDS supraconcelhio e de acompanhamento á construção dos PDS's concelhios, explicitou-se as etapas de trabalho desenvolvidas até ao momento, as quais passam por:

- **Sessões de trabalho** com as técnicas coordenadoras das Redes Sociais da NUT III Cávado e Interlocutora do ISS, I.P – CDB, ao nível da concertação teórico-metodológica dos procedimentos e instrumentos de base para a construção dos documentos;
- **Sessões de formação-ação** com os parceiros das Redes Sociais concelhias (três sessões por concelho); e,
- **Fórum Supraconcelhio** da Plataforma Supraconcelhia do Cávado (apresentação e validação dos eixos prioritários de intervenção).

3.2. Linhas de intervenção à escala supraconcelhia

Na sequência da realização do 1º Fórum da Plataforma Supraconcelhia do Cávado apresentou-se aos participantes os eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio (Cf.

Apresentação PowerPoint em anexo), validados anteriormente. Sublinhou-se que o processo de identificação destas áreas de intervenção teve por base os seguintes critérios: cruzamento dos resultados que emergiram das RS concelhias; fortes lacunas nas redes de resposta; investimento que exige à escala supraconcelhia; reforço nas respostas e capacitar para alcançar um novo patamar de excelência.

3.3. Objetivos e Metodologia para a sessão

O dinamizador procedeu à exposição dos principais objetivos e metodologia selecionada para a sessão de trabalho, sublinhando que se iria tomar como ponto de partida para a discussão a identificação das principais linhas de projeto / ação a implementar no território e não o levantamento diagnóstico, que já se encontra elaborado quer pelo conhecimento que os profissionais e instituições detêm quer pelos diagnósticos realizados no âmbito das Estratégias delineadas à escala nacional (Portugal 2020), regional (Norte 2020) e sub-regional (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2014-2020).

▶ **Objetivos:**

1. Validar a proposta de organização do PDS;
2. Definir o quadro de projetos / ações a implementar;
3. Validar o modelo de governação dos projetos e ações no PDS.

▶ **Metodologia:**

- Análise das tipologias de ação elegíveis no Portugal 2020;
- Formulação de projetos / ações a implementar;
- Validação e priorização dos projetos / ações para o PDS Supraconcelhio;
- Validação dos responsáveis e parcerias associadas às propostas de projetos / ações.

3.4. Tipologias de Ação Portugal 2020

Tendo por base a metodologia delineada e adotada para a dinamização das diferentes sessões de trabalho por área temática, procedeu-se à apresentação de alguns tipologias de ação (Cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e linhas de financiamento possíveis para as questões do envelhecimento ativo, deficiência e incapacidades, no âmbito do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego.

A apresentação destes conteúdos tinha como objetivo informar os participantes de oportunidades de financiamento neste domínio e orientar o início do debate de propostas de projetos / ações. Sublinhou-se que o objetivo central passa por debater propostas de projetos / ações que não se restrinjam somente às linhas de financiamento do Portugal 2020, mas que haja também outras propostas de coordenação de recursos e estratégias concertadas em sede de parceria.

3.5. Debate e validação das propostas de projetos / ações

O dinamizador sublinhou que o PDS Supraconcelhio deve ser capaz de desenvolver intervenções especializadas em algumas áreas de projeto, com ligação aos concelhos numa lógica colaborativa e ser detentor de uma dimensão de produção de conhecimento.

Para o efeito, o dinamizador encetou o debate com a seguinte questão: “*Quais são as prioridades de ação / intervenção?*”. Face à questão, foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes a incluir no documento em construção e os quais sistematizamos por domínio de intervenção realizada:

➤ Deficiência e Incapacidades:

- **Falta de oferta formativa profissionalizante** (encaminhamento para a APACI em Barcelos ou para a CERCIGUI em Guimarães);
- Integração socioprofissional em certos graus de deficiência é inviável;
- Ausência de respostas e serviços de acompanhamento dos percursos de vida dos jovens que saem das escolas com 18 e mais anos;
- Aposta na **formação em contexto prático e em articulação com o tecido empresarial**;
- Necessidade de se **criar uma resposta na área da deficiência** fora do tipificado pelo Instituto de Segurança Social para os jovens sem enquadramento nas respostas tipificadas de CAO e Lar residencial e combater a integração das pessoas com deficiência em respostas não adequadas (ex: Centros de Dia). Foi assinalada a necessidade de se elaborar uma **proposta de criação de resposta que vá ao encontro das necessidades identificadas** e captação das oportunidades de financiamento na requalificação e reconversão de equipamentos sociais;
- Proposta de **criação de uma resposta com compromisso e complemento dos Ministérios da Saúde e Solidariedade e Segurança Social**;

- Acompanhamento e reforço do apoio aos cuidadores e meio familiares das pessoas com deficiência;
- Ausência de resposta no território ao nível dos **centros de reabilitação e reconversão profissional para as situações de deficiência adquirida** (as situações existentes são encaminhadas para este tipo de resposta em Vila Nova de Gaia);
- Criação de um **Centro de Atendimento e Reabilitação** com uma equipa multidisciplinar que dê apoio técnico de gestão e orientação nos percursos de vida, em situações de deficiência ligeira;
- Exposição da **proposta de Projeto-Estrela¹³ da Rede Social de Barcelos**, que inclui a criação de um Centro de Promoção da Autonomia e Reabilitação Integral (CPARI). Este projeto irá intervir junto de pessoas vítimas de AVC e processos demenciais, a partir de programa terapêuticos de reabilitação);
- **Inserção socioprofissional de pessoas com deficiência** (exposição da experiência em Espanha da marca Lafagete);
- **Metodologia de emprego apoiado** (obstáculos no acesso e implementação perante os critérios tipificados);
- Acessibilidades (empresas, transporte, etc);
- Disponibilidade da Escola de Enfermagem da Universidade do Minho para o desenvolvimento de investigação, formação e capacitação;
- Desenvolvimento de intervenções com recurso a práticas artísticas e a criação de um roteiro artístico do Cávado (dinamização de práticas artísticas para públicos heterogéneos e estágios de formação em instituições culturais e artísticas);
- Ao nível da Saúde Mental foi partilhada a experiência de um projeto de intervenção ao nível da reabilitação. Este projeto passa pela existência de **apartamentos de autonomização na comunidade com o acompanhamento e apoio especializado para a reinserção na vida quotidiana** (fóruns, formação profissional, reabilitação em contexto);
- Propôs-se para o efeito a **identificação da proposta de criação de “Casas de Reinserção/Reabilitação”** no domínio da saúde mental, para o mapeamento de equipamentos sociais;

¹³ **Projeto-Estrela:** O projetos estrela é o projeto emblemático de cada concelho na NUT do Cávado que simultaneamente diferencia o concelho e cria uma identidade territorial partilhada. Permite potenciar a capacidade já existente no concelho associando inovação e escala ao projeto.

- **Capacitação dos profissionais para a intervenção em novas problemáticas e com base em novas abordagens / metodologias** (doenças neurodegenerativas, saúde mental, entre outras);
- **Deslocalização de serviços especializados ao nível da saúde mental** para os territórios que não possuem respostas ao domicílio (Ex: Projeto Cuidando de Barcelos e Projeto GIS de Braga). Formação partilhada e in loco entre as equipas técnicas envolvidas no projetos já implementados e as equipas a formar noutros territórios.

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

1. Criação e negociação de uma resposta atípica em alinhamento com as necessidades reais e com o Instituto de Segurança Social;
2. Criação de um Centro de Atendimento e Reabilitação (equipa multidisciplinar e polivalente que atuem ao nível da vigilância, orientação e programas de “coaching” adaptados para as pessoas com a deficiência);
3. Dinâmicas de inclusão pela Arte;
4. Capacitação dos profissionais para novas abordagens / metodologias;
5. Criação de Serviços de Apoio Domiciliário Especializado ao nível da saúde mental (territórios sem resposta).

➤ **Envelhecimento Ativo:**

- Processo de envelhecimento sem qualidade de vida fruto da situação de saúde (diminuição da autonomia) e financeira;
- Devolução à comunidade de autogestão e participação para a construção de projetos de intervenção;
- Construção de um Plano de Ação de forma participativa com a população idosa;
- Elaboração em alguns dos municípios do Perfil Gerontológico (Braga, Barcelos e Esposende) que pode dar orientações pertinentes e mais-valias para as intervenções a desenvolver;
- Realização de assembleias de idosos ou fóruns comunitários em cada concelho para debate e construção de projetos/ações de promoção de envelhecimento ativo.

➤ **Propostas de Projeto / Ações identificadas:**

1. Projeto de Envelhecimento Ativo (dinamização de fóruns comunitários municipais com a população idosa; construção de um programa de atividades; existência de uma equipa técnica que apoie os municípios nestas iniciativas; implementação da metodologia do teatro do oprimido);
2. Plano Gerontológico Intermunicipal;
3. Projeto de Literacia em Saúde (envolvimento da Escola de Enfermagem e em articulação com os municípios)

4. Encerramento da Sessão

Dado os contributos debatidos e concertados com os participantes da sessão, ficou o compromisso da equipa técnica responsável pela elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado, sistematizar as grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e posteriormente devolver aos mesmos para apreciação, contributos e validação das mesmas.

Anexo 5 – Sessões de Apresentação do PDS Supraconcelhio do Cávado

Reunião de Conselho de Vereadores dos Municípios da NUT III Cávado com o Pelouro de Ação Social

MEMORANDO Nº 3/2016

Data da Sessão	27/01/2016
Hora da Reunião	10h00 – 13h00
Local da Reunião	CIM Cávado
Tópicos da Sessão	<p>5. Abertura da Sessão</p> <p>6. Síntese da sessão:</p> <p style="padding-left: 20px;">a. Apresentação do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado e Projetos-Estrela das Redes Sociais NUT III Cávado</p> <p style="padding-left: 20px;">b. Outros assuntos de interesse para o Conselho</p> <p>7. Encerramento da Sessão</p>

Registo de Presenças

Entidade	Nome do Representante
Instituto de Segurança Social, I.P – Centro Distrital de Braga	Dra. Amélia Monteiro
Instituto de Segurança Social, I.P – Centro Distrital de Braga	Dra. Helena Maria Areias
Comunidade Intermunicipal do Cávado – Secretário Executivo	Eng. Luis Macedo
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Dr. Carlos Lima
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
Município de Amares – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Cidália Abreu
Município de Amares	Dra. Cidália Antunes
Município de Amares – Técnica da Rede Social de Amares	Dra. Andreia Soares

Município de Barcelos – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Armandina Saleiro
Município de Barcelos	Dr. Nuno Oliveira
Município de Barcelos – Técnica da Rede Social de Barcelos	Dra. Carolina Lopes de Castro
Município de Braga – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dr. Firmino Marques
Município de Braga – Técnica da Rede Social de Braga	Dra. Cláudia igreja
Município de Braga – Técnica do GIP	Dra. Sandra Silva
Município de Esposende – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Eng.ª Raquel Vale
Município de Esposende – Técnica da Rede Social de Esposende	Dra. Alzira Maciel
Município de Terras de Bouro – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Liliana Machado
Município de Terras de Bouro – Técnica da Rede Social de Terras de Bouro	Dra. Benvinda Cosme
Município de Vila Verde – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Júlia Fernandes
Município de Vila Verde – Técnica da Rede Social de Vila Verde	Dra. Alexandrina Cerqueira
Consultoria Externa	António Batista

1. Abertura da sessão

A abertura da reunião foi realizada pelo secretário executivo da CIM Cávado, Eng. Luis Macedo, que agradeceu a presença dos (as) Sr. (as) Vereadores (as) dos Municípios do Cávado com o Pelouro de Ação Social e das interlocutoras do Instituto de Segurança Social, Instituto Público – Centro Distrital de Braga (ISS, I.P – CDB).

Justificou ainda que o Sr. Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, por compromissos de agenda não pode estar presente para fazer a abertura deste Conselho de Vereadores, mas deseja votos de profícuos trabalhos.

Prosseguiu mencionando que a CIM Cávado desenvolveu um percurso prévio de participação na Plataforma Supraconcelhia (PSC) do Cávado em detrimento da organização interna de aquisição de uma colaboradora técnica para aquisição e dotação organizacional de competências no domínio social.

Reforçou ainda, que a CIM Cávado assume um papel aglutinador junto dos Municípios, analisando os constrangimentos e potencialidades territoriais para o desenvolvimento dos seus projetos, numa lógica de trabalho em rede.

Prosseguiu contextualizando que a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado emerge do processo de colaboração da CIM Cávado com o ISS, I.P – CDB e que se desenvolveram para o efeito, no decurso do último ano, momentos de trabalho junto das Redes Sociais concelhias e parceiros da PSC do Cávado, com acompanhamento e supervisão teórico-metodológica do Consultor externo, Dr. António Batista. Este documento supraconcelhio apresenta-se como uma oportunidade para que o Cávado posicione as intervenções no domínio social e compatibilize com as possibilidades do Quadro de Medidas do Portugal 2020.

2. Síntese da sessão

O Eng. Luis Macedo prosseguiu para a agenda de trabalhos deste Conselho de Vereadores referindo que a apresentação e desenvolvimento dos diferentes pontos ficaria a cargo do consultor, Dr. António Batista.

2.1. Apresentação do PDS Supraconcelhio do Cávado e Projetos-Estrela das Redes Sociais NUT III Cávado

O desenvolvimento dos dois pontos da agenda de trabalhos ficou a cargo do consultor, Dr. António Batista, que prosseguiu apresentando o PDS Supraconcelhio do Cávado (cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e sublinham-se os seguintes aspetos centrais apresentados:

2.1.2. PDS Supraconcelhio do Cávado:

- Explicitação do **percurso metodológico** desenvolvido para a construção participada do documento e **eixos prioritários de intervenção**. Relembrou que o exercício de

identificação dos eixos foi apresentado, debatido e validado junto dos parceiros da PSC e outros agentes que participaram no 1º Fórum Supraconcelhio do Cávado.

- A **temática da “empregabilidade”** é explorada no PDS como uma mecanismo de geração de oportunidades, com foco nos grupos com baixos níveis de empregabilidade e que estão fora do mercado de trabalho (DLD, beneficiários de RSI e pessoas com deficiência). Reforçou que este eixo emerge em alinhamento com as realidades concelhias que contemplam propostas de projeto no domínio do empreendedorismo de base local (concentração de saberes/tradições).
- Sublinhou no **domínio do “sucesso educativo”** o exercício de articulação com o Pacto Territorial para a Empregabilidade (PTE), onde se procedeu a uma divisão superficial de domínios e grupos-alvo de intervenção. A abordagem do PDS Supraconcelhio passa pelo foco na aprendizagem e intervenção prévia às questões relacionadas com a empregabilidade.
- A **dimensão estratégica** do documento contempla ainda um exercício de construção da estratégia inclusiva para a PSC do Cávado que, em detrimento do realizado ao nível dos PDS’s concelhios que construíram uma estratégia própria, estabelece um forte correlação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Cávado 2014-2020. Para o efeito, assumiu-se como instrumento e linha orientadora a Visão Estratégica e os desafios para o crescimento inclusivo da EIDT Cávado 2014-2020 e definiram-se os desafios estratégicos para o PDS Supraconcelhio do Cávado, bem como os domínios e princípios estratégicos por eixo prioritário de intervenção.
- Em alinhamento com os documentos concelhios integrou-se um exercício de **alinhamento** dos eixos prioritários de intervenção **com o Quadro de Medidas 2020**, desde a escala europeia à nacional, regional e sub-regional.
- A **dimensão operacional** do documento emerge da dinamização de 4 sessões de trabalho com os agentes territoriais por domínio temático de intervenção e das quais resultaram as propostas de projeto (cf. Apresentação PowerPoint). Os contributos debatidos e concertados com os participantes foram sistematizados em grelhas de planeamento de projetos agregadores das propostas apresentadas e foram devolvidos aos mesmos para apreciação e validação do produto final.
- Reforçou ao de leve a apresentação do **modelo de governação para o PDS Supraconcelhio** exposto no 1º Fórum Supraconcelhio do Cávado, remetendo a análise pormenorizada para o documento.

2.1.3. *Projetos-Estrela das Redes Sociais da NUT III Cávado:*

- Exposição de algumas **notas enquadradoras sobre o que são as propostas de Projeto-Estrela** de cada Rede Social Concelhia, bem como os critérios que estão na base da sua seleção e os objetivos que se pretendem alcançar com a inclusão desta proposta inovadora.
- Explicitação de uma breve fundamentação e caracterização de cada um dos projetos propostos por cada Rede Social Concelhia, bem como o enquadramento respetivo nos eixos prioritários de intervenção à escala supraconcelhia.

2.2. Outros assuntos de interesse para o Conselho

Após a apresentação realizada pelo consultor, foi encetado o debate pelo **Eng. Luis Macedo** que felicitou a equipa técnica pelo trabalho desenvolvido na elaboração do PDS Supraconcelhio do Cávado. Destacou a pertinência e mais-valia na inclusão dos projetos-estrela no documento, reconhecendo a oportunidade de transferência de conhecimento, aprendizagens coletivas e partilha de boas práticas interconcelhias.

Reforçou que importa continuar a aprofundar as propostas de projeto apresentadas e as que integram os PDS's concelhios, numa lógica de trabalho em rede, para que possam beneficiar das linhas de financiamento do Portugal 2020 e das que foram contratualizadas pela CIM Cávado.

De seguida foram tecidos alguns comentários e contributos estruturantes sobre os conteúdos apresentados e os quais sistematizamos por interlocutor e intervenção realizada:

- **Eng.ª Raquel Vale (Município de Esposende)** – reforçou as felicitações à equipa técnica pelo trabalho desenvolvido e destacou o carácter inovador que o PDS Supraconcelhio do Cávado revela ao ser dos poucos documentos que apresenta já uma dimensão operacional bem delineada.
- **Dra. Amélia Monteiro (Centro Distrital de Segurança Social de Braga)** – sublinhou as felicitações efetuadas e prosseguiu referindo que esta sessão trata-se da 1ª apresentação pública do PDS Supraconcelhio do Cávado dada a representatividade restrita dos Municípios, e que posteriormente será realizada a 2ª apresentação e aprovação formal em sede de PSC do Cávado, onde se encontram representados os diferentes parceiros supraconcelhios.

- **Dra. Helena Areias (Centro Distrital de Segurança Social de Braga)** – encetou a sua intervenção contextualizando que o percurso de elaboração do PDS Supraconcelhio foi encetado previamente ao processo de montagem do PTE do Cávado, ambos sob a mesma coordenação institucional. Face ao exposto e perante a presença dos dois primeiros eixos prioritários de intervenção no PDS Supraconcelhio e PTE, propôs que estes dois eixos fossem retirados do PDS e passassem a estar apenas sob a alçada do PTE, precavendo-se futuras sobreposições de intervenção e a viabilidade de coordenação. Relembrou que na realização das sessões de grupos de trabalho temáticos esta “aparente” sobreposição foi sentida e debatida com os participantes. Prosseguiu expondo a proposta do modelo adotado noutra território da existência de um Plano para o Crescimento Inclusivo que abarca e integra os dois planos (PDS e PTE). Finalizou propondo a inclusão de um conjunto de critérios que suportem a tomada de decisão e a emissão de pareceres sobre os projetos.
- **Dr. Firmino Marques (Município de Braga)** – reforçou as felicitações à equipa técnica pelo trabalho desenvolvido e sublinhou as preocupações e proposta apresentada pela Dra. Helena Areias, quanto à passagem dos dois primeiros eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio para a alçada do PTE.
- **Dra. Júlia Fernandes (Município de Vila Verde)** – face à proposta apresentada pelos interlocutores anteriores mencionou que tem participado no trabalho em curso do PTE e reiterou que o conteúdo apresentado quanto ao PDS Supraconcelhio demonstra abordagens de intervenção diferenciadas e sem sobreposições. Reforçou ainda que a retirada destes dois eixos prioritários de intervenção do PDS Supraconcelhio retiraria uma dimensão estratégica importante ao documento. Finalizou propondo que perante as preocupações apresentadas seria oportuno a realização de uma reunião de apresentação conjunta das propostas de intervenção de ambos os documentos.
- **Dra. Liliana Machado (Município de Terras de Bouro)** – mencionou que tem acompanhado os trabalhos do PTE e que este contempla uma abordagem mais focalizada na organização e coordenação da oferta formativa, bem como na interligação entre a comunidade educativa ao tecido empresarial e ao mercado de trabalho.
- **Dra. Armandina Saleiro (Município de Barcelos)** – sublinhou o mencionado e a proposta realizada pela Dra. Júlia. Complementou que estes dois documentos em curso devem criar pontes de articulação e contacto entre si, de forma continuada.

- **Dra. Carolina Lopes de Castro (Município de Barcelos)** – contextualizou que tem acompanhado os trabalhos em curso de construção de ambos os documentos e que se numa primeira fase existia a preocupação desta sobreposição, neste momento isso não acontece dado o trabalho interno de concertação desenvolvido pelas equipas técnicas envolvidas. Considera que os PDS e PTE têm abordagens de intervenção complementares e devem continuar esta linha de articulação, nomeadamente através dos respetivos modelos de governação que incluem este órgão de Conselho de Vereadores que estarão vigilantes a esta articulação.
- **Dra. Cidália Antunes (Município de Amares)** – reforça que tem acompanhado os trabalhos em curso de construção de ambos os documentos e sublinha que a confluência é possível dado que a coordenação institucional de ambos os documentos é da responsabilidade da CIM Cávado.
- **Dr. António Batista (Consultor Externo)** – complementou que o foco generalista da empregabilidade pode ter um efeito positivo mas simultaneamente redutor e que o PTE deve assumir a empregabilidade como mecanismo de desenvolvimento económico, enquanto a abordagem do PDS Supraconcelhio intervêm nas zonas de falha do mercado.
- **Dra. Helena Areias (Centro Distrital de Segurança Social de Braga)** – reforçou que esta divisão superficial de domínios e grupos-alvo de intervenção pode não funcionar e implicar a duplicação de esforços e participação dos mesmos parceiros em reuniões parcelares. Propôs que se incluísse no PDS Supraconcelhio, no domínio da economia inclusiva, a abordagem de aumento do rendimento por via de circuitos de comercialização e microproduções de produtos agrícolas ou artesanais de proximidade.
- **Dr. António Batista (Consultor Externo)** – defendeu que a abordagem da economia inclusiva está alicerçada a processos de empreendedorismo de base local, mas deve também gerar outras oportunidades de integração no mercado de trabalho. Reforçou ainda que a intervenção social deve-se emancipar e debater igualmente estas temáticas.
- **Dra. Cidália Abreu (Município de Amares)** – reiterou as intervenções tecidas sobre a manutenção destes eixos prioritários de intervenção no PDS Supraconcelhio, dado que a retirada destes coloca em causa a viabilidade das propostas de projeto-estrela identificadas e que não integram as abordagens de intervenção do PTE.

- **Eng. Luis Macedo (CIM Cávado)** – enquadró que o percurso e evolução dos trabalhos na sub-região do Cávado é diferente do realizado noutros territórios e que inicialmente o PTE estava associado ao Pacto de Empreendedorismo. Reforçou que é necessário avançar para a concretização do plano de ação do PDS e aprofundar a dimensão operacional dos projetos que o integram. Considera que os planos de ação irão demonstrar que não existe sobreposição entre ambos os documentos, dado que as propostas de projetos são diferentes e estabelecem uma complementaridade natural. Reiterou como os restantes interlocutores que deve existir um acompanhamento cuidado e níveis de articulação contínuos.
- **Dra. Carolina Lopes de Castro (Município de Barcelos)** – na fase final do debate retomou a proposta da Dra. Helena Areias quanto à revisão da grelha de critérios do ISS, I.P em vigor, nomeadamente a revisão dos critérios para aplicação em análises de projetos materiais e imateriais. Informou que a grelha de critérios em vigor apenas contempla indicadores de análise para projetos infraestruturais.
- **Eng. Luis Macedo (CIM Cávado)** – contextualizou que a dotação financeira para os equipamentos sociais é bastante reduzida para os seis municípios e para o período de vigência do quadro comunitário. Esta questão está sujeita a um mapeamento que deverá ser elaborado pela Segurança Social e que segundo o Diretor do Centro Distrital ainda não possui orientações para o realizar. Finalizou mencionando que os programas operacionais já contemplam critérios de elegibilidade e de análise das propostas de projetos, pelo que o exercício proposto deverá ser equacionado nos trabalhos futuros.

3. Encerramento da Sessão

O encerramento da sessão ficou a cargo do secretário executivo da CIM Cávado, Eng. Luis Macedo, que agradeceu a presença e participação de todos e mencionou que os conteúdos apresentados e o documento do PDS Supraconcelhio do Cávado será enviado brevemente para apreciação e contributos dos presentes.

Reunião de Conselho de Vereadores dos Municípios da NUT III Cávado com o Pelouro de Ação Social

MEMORANDO Nº 4/2016

Data da Sessão	30/03/2016
Hora da Reunião	14h30-16h30
Local da Reunião	CIM Cávado
Tópicos da Sessão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura da Sessão 2. Síntese da sessão: <ol style="list-style-type: none"> a. Ponto de Situação do Pacto para a Empregabilidade do Cávado b. Ponto de Situação do Plano de desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado c. Parecer sobre o relatório final do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado 3. Principais conclusões e encerramento da sessão.

Registo de Presenças

Entidade	Nome do Representante
Comunidade Intermunicipal do Cávado – Secretário Executivo	Eng. Luis Macedo
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Dr. Carlos Lima
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Dra. Joana Peixoto
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Daniela Gomes
Município de Amares – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Cidália Abreu
Município de Amares	Dra. Cidália Antunes
Município de Amares – Técnica da Rede Social de Amares	Dra. Andreia Soares
Município de Barcelos – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Armandina Saleiro
Município de Barcelos	Dr. Nuno Oliveira
Município de Braga – Vereador com o Pelouro de Ação Social	Dr. Firmino Marques
Município de Braga – Técnica da Rede Social de Braga	Dra. Cláudia igreja

Município de Esposende – Técnica da Rede Social de Esposende	Dra. Alzira Maciel
Município de Terras de Bouro – Vereadora com o Pelouro de Ação Social	Dra. Liliana Machado
Município de Terras de Bouro – Técnica da Rede Social de Terras de Bouro	Dra. Benvinda Cosme
Município de Vila Verde – Técnica da Rede Social de Vila Verde	Dra. Alexandrina Cerqueira
Consultoria Externa do PDS Supraconcelhio do Cávado	Dr. António Batista
Quatenaire Portugal, Consultoria do Pacto para a Empregabilidade	Prof. António Figueiredo

1. Abertura da sessão

A abertura da reunião foi realizada pelo Primeiro Secretário do SEI da CIM Cávado, Eng. Luis Macedo, que agradeceu a presença dos (as) Sr. (as) Vereadores (as) dos Municípios do Cávado com o Pelouro de Ação Social.

Contextualizou que esta reunião conta com a participação das equipas do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio e Pacto para a Empregabilidade, decorrente das preocupações manifestadas pela interlocutora do Instituto de Segurança Social – Centro Regional de Braga (ISS, I.P – CRB), na última reunião de Conselho de Vereadores, sobre eventuais sobreposições entre ambos os estudos e a viabilidade de coordenação dos mesmos pela mesma entidade (CIM Cávado).

Informou ainda que, no período de apreciação do documento, o ISS, I.P – CRB formalizou como contributos de alteração ao mesmo, a proposta de reformulação dos dois primeiros eixos de intervenção (Economia Inclusiva e Sucesso Educativo) e a passagem destes para o âmbito de intervenção do Pacto para a Empregabilidade.

Perante a ausência de elementos do ISS, I.P – CRB explicou que a convocatória para a reunião foi enviada de igual modo para o Sr. Diretor, Dr. Rui Barreira, e interlocutora do ISS, I.P – CRB, Dra. Helena Areias, que não confirmaram presença. No entanto em contacto telefónico com a Dra. Helena foi informado que não houve receção de qualquer correio electrónico com a convocatória.

Prosseguiu enquadrando que o objetivo da reunião passa pela apresentação do trabalho desenvolvido pelo PDS Supraconcelhio do Cávado e Pacto para a Empregabilidade do Cávado,

em fase de conclusão, bem como a análise dos âmbitos de intervenção para que não se criem sobreposições ou se retire eficácia a qualquer dos estudos.

2. Síntese da sessão

O Eng. Luis Macedo prosseguiu para a agenda de trabalhos deste Conselho de Vereadores referindo que a apresentação e desenvolvimento dos diferentes pontos ficaria a cargo dos consultores que apoiam a equipa da CIM Cávado nos processos de elaboração do Pacto para a Empregabilidade e PDS Supraconcelhio do Cávado, Prof. António Figueiredo e Dr. António Batista.

a. Ponto de situação do Pacto para a Empregabilidade do Cávado

O desenvolvimento do primeiro ponto da agenda de trabalhos ficou a cargo do consultor, Prof. António Figueiredo, que prosseguiu apresentando o Pacto para a Empregabilidade do Cávado (cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e sublinham-se os seguintes aspetos centrais da sua intervenção:

- Clarificou que os processos de elaboração dos dois **documentos têm natureza distinta** dado que o PDS Supraconcelhio do Cávado tem uma inscrição legal associada à Tutela do Instituto de Segurança Social, enquanto a figura do Pacto para a Empregabilidade emerge do novo quadro comunitário Portugal 2020.
- Os **receios e riscos de sobreposição manifestados podem estar associados** à dinâmica institucional e ao âmbito de intervenção da Tutela do Instituto de Segurança Social, no entanto acredita que caso haja **riscos reais de sobreposição estes são resolúveis pelos interlocutores envolvidos na base da concertação e definição de critérios.**
- Considera que **a CIM Cávado não deve deixar esbater a dinâmica colaborativa e de trabalho em rede com as instituições**, impulsionada pelos processos desenvolvidos quer no PDS Supraconcelhio quer no Pacto para a Empregabilidade do Cávado.
- O âmbito de intervenção do Pacto para a Empregabilidade tem como foco a promoção da empregabilidade por via da agilização do contacto próximo e regular entre as qualificações e o mercado de trabalho.
- A fronteira com o PDS Supraconcelhio reside na diferença dos destinatários (grupos-alvo) das intervenções a desenvolver por cada um dos estudos e que se encontra bastante explicito nas respetivas bolsas de projetos.

- A preocupação com a implementação do Pacto para a Empregabilidade face à ausência de Tutela Legal deve centrar-se na capacidade de captar financiamento do Portugal 2020 para a bolsa de projetos que o integram e de motivar a dinâmica colaborativa entre os atores.

b. Ponto de situação do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado

O desenvolvimento do segundo ponto da agenda de trabalhos ficou a cargo do consultor, Dr. António Batista, que prosseguiu apresentando o PDS Supraconcelhio do Cávado (cf. Apresentação PowerPoint em anexo) e sublinham-se as seguintes notas centrais da sua intervenção:

- A promoção do desenvolvimento social deve ter como foco a **ativação das condições de inclusão nos diferentes sistemas e áreas de intervenção**, implementando ações de prevenção, ativação e criação de condições de acesso aos serviços. A intervenção no domínio social não deve ter uma visão restrita à dimensão assistencialista.
- A análise dos âmbitos de intervenção do Pacto para a Empregabilidade e do PDS Supraconcelhio do Cávado **apresenta na sua perspetiva não uma sobreposição mas uma interdependência natural com pontos de contacto** e com segmentação clara pelos públicos-alvo de cada um dos projetos.
- Apesar do PDS Supraconcelhio do Cávado deter na sua natureza jurídica uma alçada da tutela do Instituto de Segurança Social, parece existir mais um mecanismo de regulação do que de tutela. Reforçou a **importância no foco de intervenção das Redes Sociais junto dos agentes territoriais e animação de uma dinâmica de intervenção articulada** entre os mesmos.
- Há semelhança do Pacto para a Empregabilidade também o PDS Supraconcelhio teve a preocupação ao longo do processo de elaboração do documento, as perspetivas de financiamento do Portugal 2020 para a Bolsa de Projetos.
- Sublinhou o mencionado pelo Prof. António Figueiredo quanto à **existência de capacidade dos interlocutores envolvidos de superação da duplicação ou sobreposição de intervenções**, caso estas venham a emergir.
- Construção de uma **proposta de modelo de governação comum** por ambas as equipas que mantêm o foco de intervenção de ambos os documentos, mas reforça a articulação e acompanhamento dos mesmos a partir da existência de um nível

estratégico que integre os Vereadores com os Pelouros de Ação Social e Educação. Saliou ainda que o PDS Supraconcelhio do Cávado integra também ao nível da coordenação estratégica no seu modelo de governação a Plataforma Supraconcelhia do Cávado.

c. Parecer sobre o relatório final do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado (Debate)

Após a apresentação realizada pelos consultores, foi encetado o debate pelo **Eng. Luis Macedo** que reconheceu o esforço realizado por ambas as equipas em clarificar os conteúdos estruturantes de cada um dos documentos e a capacidade de reflexão para o encontro de momentos de reflexão conjuntos e o reforço de espaços de concertação e articulação.

De seguida foram tecidos alguns comentários sobre os conteúdos apresentados e os quais sistematizamos por interlocutor e intervenção realizada:

- **Dra. Cidália Abreu (Município de Amares)** – reitera à semelhança da última reunião a manutenção destes eixos prioritários de intervenção no PDS Supraconcelhio, dado que a retirada destes coloca em causa a viabilidade das propostas de projeto-estrela identificadas e que não integram as abordagens de intervenção do PTE.
- **Dra. Liliana Machado (Município de Terras de Bouro)** – reforçou novamente a intervenção realizada na última reunião de manutenção dos eixos prioritários no PDS Supraconcelhio e sublinhou a existência de âmbitos de intervenção complementares entre ambos os documentos.
- **Dra. Alexandrina Cerqueira (Município de Vila Verde)** – menciona à semelhança da última reunião que existem abordagens de intervenção diferenciadas e sem sobreposições, mantendo a posição de manutenção dos mesmos no PDS Supraconcelhio do Cávado.
- **Dra. Cidália Antunes (Município de Amares)** – reforça que a apresentação deixa bastante claro que não existe sobreposição de intervenções e sublinha o mencionado pelo Dr. António Batista que existe uma interdependência entre ambos, cabendo ao PDS Supraconcelhio uma intervenção prévia nas condicionantes sociais de preparação para a empregabilidade.
- **Dr. Firmino Marques (Município de Braga)** – questionou se a apresentação e anúncio da abertura dos novos Centros de Novas Oportunidades (CNO) não conflitará com as propostas de intervenção do Pacto para a Empregabilidade.

- **Prof. António Figueiredo (Quatenaire Portugal)** – mencionou que o anúncio da nova vaga de CNO's poderá ser uma aposta na recuperação da educação de adultos e na sua perspetiva poderá ser um instrumento de reforço à intervenção do Pacto para a Empregabilidade. Apesar de não afetar a intervenção do Pacto poderá eventualmente influenciar o financiamento dos projetos e rever a dotação financeira do PO Capital Humano.

3. Principais conclusões e encerramento da Sessão

O encerramento da sessão ficou a cargo do Primeiro Secretário do SEI da CIM Cávado, Eng. Luis Macedo, que agradeceu a presença e participação de todos e sintetizou que a reunião repete a reafirmação dos mesmos assuntos e posições face à manutenção dos eixos prioritários no PDS Supraconcelhio.

Informou que será elaborado o memorando da reunião com este parecer sobre o relatório final do PDS Supraconcelhio do Cávado e que o mesmo será enviado para os participantes nesta reunião e ISS, I.P – CRB, que com certeza colaborará nos processos de trabalho futuros.

Anexo 6 – Alinhamento Estratégico / Crescimento Inclusivo

1. Alinhamento Estratégico à escala nacional

1.1. Acordo de Parceria – Portugal 2020

Portugal 2020		
Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Metas
OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Taxa de emprego de 75% na população entre os 20 e os 64 anos
	8.2. Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem	
	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	
	8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual	
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	
	8.7. Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes.	
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	
	Portugal 2020	
Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Metas
OT9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Redução da população em risco de pobreza: 200.000
	9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	
	9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	
	9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego	

	9.6. (FSE) e 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	
	9.9. A concessão de apoio a empresas sociais	
Portugal 2020		
Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Metas
OT10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10% Taxa de Escolarização superior: 40% da população entre os 30 e 34 anos
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	
	10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	
	10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	
Portugal 2020		
Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	
OT11 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	
	11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	

1.2. Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego

POT Inclusão Social e Emprego			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego	8i. Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente	1.1. Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho.	Pessoas em situação de desemprego, os DLD, em particular com níveis etários mais

	através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores		elevados.
	8ii. Integração sustentável no mercado laboral dos jovens (FSE), em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude	1.2. Integrar os jovens no mercado de trabalho, através do aumento de oportunidades de acesso e de manutenção sustentada do emprego.	Jovens com idade inferior a 30 anos, em situação de desemprego.
	8iv. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual	1.3. Aumentar a qualidade do emprego através do apoio a uma maior flexibilidade na gestão do horário de trabalho, que favoreça a ligação ao mercado de trabalho dos pais e das mães e a melhoria da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades empregadoras, visando reforçar as condições de conciliação entre a vida familiar e profissional para mulheres e homens. 1.4. Aumentar o número de mulheres com independência económica através da criação do próprio emprego.	Pessoas em situação de desemprego, privilegiando os jovens à procura de primeiro e novo emprego e desempregados de longa duração. Trabalhadores/colaboradores e trabalhadoras/colaboradoras das entidades beneficiárias Mulheres que pretendam criar o próprio emprego ou empresa
	8v. Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	1.5. Melhorar a empregabilidade da população ativa (desempregados, empregados em risco de desemprego e empregados), através do aumento da sua adaptabilidade por via do desenvolvimento das competências requeridas pelo mercado de trabalho.	Desempregados e DLD que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho; Empregados, com especial enfoque nas pessoas empregadas em risco de perda de emprego.
POT Inclusão Social e Emprego			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem	8ii. Integração sustentável no mercado laboral dos jovens (IEJ), em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude	2.1. Aumentar a qualificação e integração sustentada no mercado de trabalho dos jovens que não estão em situação de emprego, ensino ou formação, nomeadamente através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.	Jovens NEET dos 15-29 anos, onde se incluem dois subgrupos: os inativos e os desempregados, incluindo desempregados de longa duração.
POT Inclusão Social e Emprego			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e	9i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a	3.1. Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos	Pessoas com deficiência e incapacidade DLD com habilitações inferiores ao ensino

a discriminação	participação ativa e melhorar a empregabilidade	potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.	secundário Grupos potencialmente vulneráveis, Comunidades Ciganas, Imigrantes Técnicos e Entidades locais Crianças e Jovens 6-24 ano de contextos socioeconómicos vulneráveis Pessoas singulares, potenciais voluntários
		3.2. Reforçar a coesão social, aumentando o número de pessoas e territórios vulneráveis abrangidos.	
		3.3. Reforçar a abordagem da coesão e da intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social.	
	9iii. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	3.4. Promover a igualdade de oportunidades e de género, a desconstrução de preconceitos, o diálogo intercultural e inter-religioso, a inclusão de comunidades marginalizadas, o combate às discriminações, à violência doméstica e de género e tráfico de seres humanos, mediante uma estratégia integrada que atua nos domínios da prevenção, nomeadamente pela sensibilização das populações e instituições, a formação de públicos estratégicos e o apoio, acompanhamento, proteção e capacitação das vítimas.	População em geral e Vitimas de violência doméstica Profissionais de diferentes ramos
9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3.5. Alargar a oferta de serviços sociais e de saúde, adequando-os a necessidades emergentes e potenciando a transição de cuidados institucionais para cuidados de proximidade, bem como melhorar o acesso e a qualidade das respostas no âmbito dos sistemas de saúde, de ação social e prestação de cuidados, e de promoção e proteção das crianças.	Pessoas com deficiência e incapacidade e seus cuidadores/famílias Pessoas mais idosas, em agregados familiares com vulnerabilidades sociais Pessoas e famílias em situação de pobreza e de exclusão social	
9v. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego	3.6. Promover o empreendedorismo e a inovação social de forma a melhorar a capacidade de resposta das organizações da economia social (OES) e contribuir para a sua sustentabilidade económica e financeira, em particular pela adoção de novos modelos de atuação e de financiamento de iniciativas. Inclui ainda a melhoria da capacitação institucional dos Parceiros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) com o objetivo de obter um efeito multiplicador para as entidades deste setor.	Organizações da Economia Social e População em geral	

1.3. Programa Operacional Temático Capital Humano

POT Capital Humano			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo

Eixo 1 – Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade	10i. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	1.1.1. Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono, melhorando a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário	Jovens inscritos no ensino básico (*No POCH são apoiados os cursos de nível ISCED 2)
	10iv. Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes	1.4.1. Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho	Jovens diplomados com nível ISCED 2
POT Capital Humano			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 2 – Reforço do ensino superior e da formação avançada	10ii. Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas	2.2.1. Aumentar o número de diplomados do ensino superior, melhorar a qualidade das ofertas e reforçar a sua orientação para as necessidades do mercado de trabalho	Estudantes do ensino superior elegíveis de acordo com critérios definidos em regulamento próprio Jovens entre os 17 e os 30 anos com ensino secundário incompleto ou completo que procuram uma formação de ensino superior de curta duração de nível pós-secundário Docentes do ensino superior Entidades do SNCT e Pessoas Individuais portadoras do grau de Mestre; Investigadores doutorados inseridos em Centros de I&D
		2.2.2. Apoiar novos doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	
POT Capital Humano			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 3 – Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade	10iii. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de	2.3.1. Elevar o nível de qualificação da população adulta e reforçar a orientação dos jovens NEET	Jovens e adultos que procuram certificar as suas competências profissionais Formandos com idade superior a 18 anos, com o 9º ano de escolaridade ou superior,

	aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas		sem conclusão do ensino secundário Alunos sem ensino secundário completo Adultos sem o ensino básico ou secundário completos
POT Capital Humano			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 4 – Qualidade e inovação do sistema de educação e formação	10i. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	2.4.1. Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação	Comunidade Escolar

2. Alinhamento Estratégico à escala regional

POR Norte 2020			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas	6.4.1. Incentivar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	Desempregados, inativos (em idade ativa), micro empresários, empreendedores.
	8b. Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	6.5.1. Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas de promoção da competitividade territorial	População e empresas residentes em espaços de baixa densidade.
	8i. Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	6.1.1. Inserção de inativos e de desempregados no mercado de trabalho	Desempregados, DLD e inativos
	8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	6.2.1. Incentivar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	Desempregados e pessoas em idade ativa que pretendam entrar ou permanecer no mercado de trabalho e pessoas em risco de pobreza e exclusão.
	8v. Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas	6.3.1. Aumentar o número de trabalhadores e empresários	Empresários, trabalhadores das

	e dos empresários	aptos à adoção de novas técnicas, tecnologias e métodos organizacionais para melhorar a sua empregabilidade	empresas, doutorados, mestres e licenciados.
		6.3.2. Incrementar a contratação de recursos humanos altamente qualificados, contribuindo para elevar as competências empresariais em I&D&I e intensificar as interações entre empresas e as entidades regionais do SCT.	
POR Norte 2020			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 7 – Inclusão Social e Pobreza	9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	7.3.1. Qualificar e adequar a atual rede de serviços e equipamentos sociais e de saúde à satisfação das necessidades da população	Idosos, crianças e população em geral
	9d. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	7.4.1. Constituir estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades	Comunidades locais.
	9i. Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	7.1.1. Promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de caráter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades	Desempregados beneficiários de subsídio de desemprego Beneficiários do RSI; Vítimas de violência doméstica.
	9vi. Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	7.2.1. Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades	Comunidades locais.
POR Norte 2020			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 8 – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	10a. Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.	8.4.1. Prosseguir a requalificação/modernização das instalações da educação pré-escolar, dos ensinos básico, secundário e superior e dos equipamentos de formação profissional, colmatando situações deficitárias e melhorando as condições para a educação, o ensino e a formação profissional, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema	Alunos do ensino profissional, pré-escolar, básico, secundário e superior, e formandos
	10i. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	8.1.1. Promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, combatendo o insucesso escolar e reforçando as medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária	Alunos e escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário

	10ii. Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas	8.2.1. Aumentar o número de diplomados do ensino superior através da criação de condições para o prosseguimento de estudos no ensino superior de nível ISCED 5, alargando e diversificando esta oferta 8.2.2. Aumentar o número de doutorados e de pós-doutorados, criando condições para a conclusão dos respetivos programas de estudo, num quadro de melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, tendo em vista o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação nos domínios regionais de especialização inteligente	Alunos do ensino superior
	10iv. Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes	8.3.1. Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de formação pós-secundária e de cariz profissionalizante, reforçando a oferta de técnicos especializados que o desenvolvimento da economia requer, favorecendo a transição qualificada da escola para a vida ativa e promovendo a melhoria e a eficiência do sistema de educação e formação	Alunos de cursos tecnológicos

POR Norte 2020

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivo Especifico	Grupo-alvo
Eixo 9 – Capacitação Institucional e TIC	2c. Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha	9.3.1. r o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC	Administração pública desconcentrada e local e os cidadãos e as empresas utilizadoras dos respetivos serviços
	11ii. Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	9.2.1. Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais	Administração pública desconcentrada e local e outros agentes regionais relevantes

3. Alinhamento Estratégico à escala sub-regional

EIDT Cávado 2014-2020	
Prioridade Estratégica	Linha de Intervenção
PE.2 Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e	2.1. Conceber, animar e apoiar tecnicamente a capacitação e funcionamento de um Pacto para a Empregabilidade no Cávado
	2.2. Valorizar o potencial integrador dos territórios locais e das suas redes de confiança e de complementaridade no combate ao abandono escolar

do emprego	2.3. Dotar os espaços de oferta educativa e de formação profissional das condições infraestruturais, laboratoriais e de tecnologias educativas e de formação favoráveis a ambientes de aprendizagem inclusivos e favoráveis à empregabilidade
	2.5. Estruturar e organizar o microempreendedorismo de base local, nomeadamente premiar os empresários que invistam na sua qualificação
PE.3 Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado	3.1. Potenciar o Pacto para a Empregabilidade do Cávado como instrumento de combate aos riscos de exclusão social
	3.2. Valorizar o tecido institucional de associações de desenvolvimento local e de intervenção social de base local como instrumento crucial da política de desenvolvimento social do território do Cávado, contratualizando um programa de desenvolvimento socioeconómico e de empreendedorismo social focado na melhoria das condições de vida e de prestação de serviços a populações residente em territórios mais carenciados em termos de serviços urbanos
	3.3. Conceber e implementar no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Cávado um programa de ativação de desempregados, designadamente longa duração, com participação de representantes empresariais
	3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza
	3.6. Combater a exclusão social em áreas urbanas desfavorecidas e degradadas
	3.7. Requalificar e refuncionalizar equipamentos sociais com envolvimento de instituições e comunidades locais e articulação com projetos de microempreendedorismo social
PE.5 Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local	5.4. Organizar e dinamizar o Pacto para a Empregabilidade do Cávado
	5.5. Estruturar com recursos de conhecimento a rede de entidades com intervenção na promoção do empreendedorismo social
	5.7. Conceber e implementar plataformas de melhoria de acesso de populações a serviços públicos em territórios de baixa densidade
	5.8. Promover plataformas e redes de voluntariado social
	5.9. Consolidar e aprofundar níveis de acesso on-line a serviços municipais e intermunicipais